



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

---

LISIANE FREITAS DE FREITAS

**OS GRITOS, OS ECOS E O SILÊNCIO QUE EMERGIRAM DA  
GREVE DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO PÚBLICA DO  
PARANÁ DE 2015:  
UMA ANÁLISE DISCURSIVA**

LISIANE FREITAS DE FREITAS

**OS GRITOS, OS ECOS E O SILÊNCIO QUE EMERGIRAM DA  
GREVE DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO PÚBLICA DO  
PARANÁ DE 2015:  
UMA ANÁLISE DISCURSIVA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Estudos da Linguagem. Área de Concentração: Linguagem e Significação.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Mariângela Peccioli  
Galli Joanilho

LISIANE FREITAS DE FREITAS

**OS GRITOS, OS ECOS E O SILÊNCIO QUE EMERGIRAM DA GREVE  
DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO PÚBLICA DO PARANÁ DE 2015:  
UMA ANÁLISE DISCURSIVA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Estudos da Linguagem. Área de Concentração: Linguagem e Significação.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Mariângela P.  
Galli Joanilho  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

---

Prof. Dr. Miguel Luiz Contani  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Silvia Marcia Ferreira Meletti  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Edina Regina Pugas Panichi  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Fabiane Cristina Altino  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Londrina, 06 de maio de 2019.

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

FREITAS, LISIANE FREITAS DE.

OS GRITOS, OS ECOS E O SILÊNCIO QUE EMERGIRAM DA GREVE DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO PÚBLICA DO PARANÁ DE 2015 : UMA ANÁLISE DISCURSIVA / LISIANE FREITAS DE FREITAS. - Londrina, 2019.

197 f. : il.

Orientador: Mariângela Peccioli Galli Joanilho.

Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, , 2019.

Inclui bibliografia.

1. Análise de Discurso - Tese. 2. Enunciados - Tese. 3. Formação Discursiva - Tese. 4. Greve - Tese. I. Peccioli Galli Joanilho, Mariângela . II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas. . III. Título.



**Fonte da imagem:** Disponível em:  
<https://www.youtube.com/watch?v=R2uw65eb7qY>. Acesso em 28 fev. 2018

Dedico este trabalho aos professores que apanharam no dia **29 de abril de 2015**, em Curitiba, àqueles que foram recebidos com bombas alvejadas de um helicóptero, que levaram balas de borracha, por defenderem os seus, os meus, os nossos direitos.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha orientadora Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Mariângela Peccioli Galli Joanilho, por ter depositado tamanha confiança em mim, especialmente por ser eu uma estudante de outra área e ter que começar do zero o trilhar dos caminhos da Análise do Discurso. Por saber esperar o meu tempo, por compreender o meu trabalho na UEL e com sua doce paciência, aguardou o momento certo de maturação deste trabalho.

À mulher fina e elegante que se tornou minha amiga na fila da entrevista de seleção do doutorado. Silvia Regina Tacla, poderíamos ter-nos encarado como concorrentes, haja vista que disputávamos uma vaga com a mesma orientadora, mas ao contrário, nem pensamos nisso! Sua amizade é uma joia para mim! Passamos vários “perrengues” juntas, fizemos trabalhos juntas, escrevemos juntas e seremos doutoras juntas! Muito obrigada por sua amizade.

Ao meu colega de doutorado Renan Luis, pelas aulas pré-provas de doutorado e pelas aulas pós-ingresso no Programa, que tornaram possível a compreensão do âmbito dos estudos da linguagem. Por ser a minha lanterna na escuridão/opacidade dos textos de A.D.

A Daiany Bonácio, um ser humano sem igual que tanto me ajudou nas duas edições do SEDATA e que suas críticas nortearam todo o meu percurso metodológico.

A todos(as) os(as) professores(as) do Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem que foram fundamentais para a minha formação.

Aos sindicatos que contribuíram com este estudo, fornecendo artigos e fotografias. Sindicato dos Professores da UEL – SINDIPROL/ADUEL; Sindicato dos Profissionais das Escolas Particulares de Londrina e Norte do Paraná - SINPRO e o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES-SN.

Aos professores que aceitaram fazer parte de minhas bancas de qualificação e defesa, Prof. Dr. Miguel Contani; Profa. Dra. Silvia Meletti; Profa. Dra. Edina Panichi; Profa. Dra. Fabiane Altino, por todos os valiosos apontamentos que tornaram esse trabalho digno de ser avaliado por esse conclave que une a

Universidade no seu papel de produzir conhecimento para a concretização do nosso papel social enquanto instituição pública, plural e combativa.

Ao meu amigo Nilson Cesar Fraga, pela companhia, pelas verdades ditas, pelas caronas, por me fazer rir e por sempre, quando eu gostaria de ir ao cinema, ou me divertir um pouco, me lembrar “tu tens uma tese para fazer!”. Pelos diversos programas exitosos e outros nada exitosos que fizemos “em família”, pelas viagens... Pelos eventos que abrimos juntos, pela parceria e cumplicidade de sempre! E também por ser o melhor amigo do Matheus e ajudá-lo nas tarefas de Geografia, especialmente a do vulcão! Ah, e por ser meu assistente de impressão!

Ao meu sempre chefe e chef Gilberto Hildebrando, pela maravilhosa experiência que me proporcionou no âmbito da extensão, por acreditar que eu - uma professora em estágio probatório (à época) - poderia assumir uma diretoria junto à Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Sociedade. Meu amor pela extensão tomou proporções imensuráveis.

A Cintia Lara, por todo apoio no gabinete, por todas as vezes que ficou até tarde me esperando para eu encerrar os processos e pautas do C.A!

A Walquiria Brambilla, minha fiel escudeira, desde o tempo em que era minha aluna, e agora, minha colega de trabalho...obrigada por formatar o trabalho para mim, porque eu já não tinha mais forças!

Ao nosso “pseudo gaúcho” e totalmente espanhol Alberto Gonzales (Beto) por ser meu super parceiro de trabalho, por sempre me oferecer ajuda quando estou submersa por afazeres. Por todas as vezes que me salvou das garras da informática, por ter me apresentado o Doodle... E o mais importante, por organizar a roda de chimarrão que nos energiza todas as manhãs.

À família Meletti pelo carinho, pelos livros emprestados e principalmente pelo calor do fogão à lenha que tanto me trouxe acalanto, mesmo quando minha mente estava na tese. Um agradecimento à Silvia Meletti, cujo abraço tira lágrimas, mas limpa almas e dá forças, obrigada pelo carinho!

Aos meus colegas de trabalho e reitores da UEL, Sérgio Carlos de Carvalho e Décio Sabbatini Barbosa, que me confiaram a responsabilidade da chefia de

gabinete de sua gestão, mesmo em processo de término de doutoramento. Espero ansiosa pelo dia em que assinarão o meu diploma. Me sentirei honrada por carregar essas assinaturas, juntamente com o peso do símbolo de nossa Universidade e do conceituado PPGEL!

A Cidinha e a Dona Jane que cuidam de mim no gabinete, até da minha alimentação, o que me dá forças para suportar a dura carga de trabalho, mais a jornada noturna da tese! Minhas “nutris!”, obrigada!!!!

Aos meus estudantes, para quem me qualifico cotidianamente, com vistas a contribuir com a sua formação acadêmica e pela oportunidade de aplicar nas nossas aulas, o que apreendi no processo de doutoramento.

Aos meus pais pela formação humanista que me deram, que com toda a falta de recurso, sempre priorizaram a mim, e aos meus irmãos, os estudos. Agradeço também o apoio com o Matheus, por todas as vezes que me enviaram comida pronta porque eu não tinha tempo de cozinhar... Pai, obrigada por todas as vezes que lavou a minha louça porque eu estava trabalhando e estudando, essas cenas me fizeram chorar de emoção sempre, o amor não depende de dinheiro, dá-se nas coisas simples da vida.

Aos meus irmãos por proporcionarem férias divertidas e finais de semana agradáveis ao Matheus, enquanto eu estudava e escrevia esta tese. Pelos filmes, sessões de cinema, lanches, pipocas, chimarrões, por assumirem um pouco da criação dele, nesses quatro últimos anos.

Ao meu filho Matheus, que representa a melhor parte de mim e que com tão pouca idade me apoiou muito nesta trajetória, ainda que se queixasse dos domingos que deixamos de brincar e de ir ao cinema, pelo dia das mães que passei escrevendo... mas que consegue compreender a minha carreira e a importância desse doutorado para mim. Te amo por todas as vidas!

***“Que ninguém mais ouse duvidar da capacidade  
de luta da classe trabalhadora.”***

(excerto do discurso proferido por Lula,  
na Greve Geral de 1979)

FREITAS, Lisiane Freitas de. **Os gritos, os ecos e o silêncio que emergiram da greve dos professores da educação pública do Paraná de 2015: uma análise discursiva**. 2019. 197 f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Centro de Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2019.

## RESUMO

Este trabalho tem por objetivo investigar os enunciados que emergiram do movimento de greve das Instituições de Ensino Públicas do Paraná, ocorrido em 2015. Busca apontar as formações discursivas dos enunciados em análise, além de investigar as discursividades produzidas pelo governo, pela mídia, pelos sindicatos e pelos professores. Apresenta reflexões acerca dos conceitos de enunciado, discurso, formação discursiva, sujeito, materialismo e ideologia, além de um breve histórico das lutas de classe, organizações sindicais e grandes greves que ocorreram ao longo da história, com vistas a fomentar a análise do *corpus*. Como problematização delimitaram-se os seguintes questionamentos: quais os efeitos de sentido produzidos pelos enunciados construídos na greve dos professores da educação pública do Paraná em 2015? Em quais condições de produção foram elaborados? Para responder às questões de pesquisa, o estudo se apoia na Análise de Discurso de orientação francesa, especialmente nos postulados de Michel Pêcheux (França) e Eni Orlandi (Brasil), o que favorece a compreensão acerca do movimento dos sentidos que surgem da discussão como práticas ideológicas. Ganha destaque também a luta de classe entre trabalhadores da Educação e o Governo do Estado do Paraná. Com este estudo é possível considerar que os enunciados não se configuram em mera transmissão de informação, haja vista que os sujeitos são interpelados pela língua, pela história e pela ideologia, o que tece a marca da subjetividade daquele que fala naquilo que fala. Ademais, que a história se repete, ou melhor, segue ressignificando em diferentes condições de produção, disseminando diversos efeitos e que a Educação é o vetor da transformação de uma sociedade. O caminho trilhado pela Análise de Discurso ofereceu uma produção de sentido que significa nas bases históricas dos fatos e no envolvimento dos sujeitos com as ideologias que dão força para a luta. Se a luta do professor grevista é diária, a leitura pela história materialista não pode se ausentar dos espaços de linguagem para que o sentido dos enunciados seja realmente alcançado.

**Palavras-chave:** Análise de Discurso. Enunciados. Formação Discursiva. Greve.

FREITAS, Lisiane Freitas de. **The statements constructed in the strike of the teachers of the public education of Paraná of 2015**: a discursive analysis. 2019. 197 p. Thesis (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Centro de Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2019.

### **ABSTRACT**

The aim of this work was to investigate statements that emerged from the strike of the Public Education Institutions of Paraná in 2015. It seeks to point out the discursive formations of the statements under analysis, as well as to investigate the discursive processes produced by the government, media, trade unions and teachers. In order to do so, it presents reflections on the concepts of enunciation, discourse, discursive formation, subject, language, history and ideology, as well as a summary of the struggles of class organizations and large strikes that have occurred throughout history, with a view to analysis of the corpus. As a problematization, the following questions were delimited: what are the effects of meaning produced by the statements? In which production conditions were produced? In order to answer the research questions, the study was based on French Speech Analysis, especially in the postulates of Michel Pêcheux (France) and Eni Orlandi (Brazil), which favor the understanding of the movement of the senses that arise from the discussion as ideological practices. Also worthy of mention is the class struggle between education workers and the Government of the State of Paraná. With this study it is possible to consider that the statements do not constitute the mere transmission of information, since the subjects are interpellated by language, history and ideology, which weaves the mark of the subjectivity of the one who speaks in what he speaks. In addition, that history repeats itself, or rather, it continues reframing itself in different conditions of production, disseminating diverse effects, and that Education is the vector of the transformation of a society. The path traced by Discourse Analysis offered a meaning production that means in the historical bases of the facts and in the involvement of the subjects with the ideologies that give strength to the struggle. If the struggle of the striking teacher is daily, reading through materialistic history cannot be absent from language spaces so that the meaning of statements is actually achieved.

**Keywords:** Discourse Analysis. Statements. Discursive Formation. Strike.

## LISTA DE IMAGENS

<b>Imagem 1</b>	- Barreira de Policiais da PM.....	18
<b>Imagem 2</b>	- Carro blindado do Choque .....	18
<b>Imagem 3</b>	- Flores contra balas de borracha.....	18
<b>Imagem 4</b>	- Barreira do Choque.....	18
<b>Imagem 5</b>	- Helicóptero atirando bombas .....	19
<b>Imagem 6</b>	- Fumaça das bombas.....	19
<b>Imagem 7</b>	- Cerco do pelotão de Choque .....	19
<b>Imagem 8</b>	- Professor ferido por bala de borracha.....	19
<b>Imagem 9</b>	- Manifestantes sendo atingidos por spray de pimenta .....	20
<b>Imagem 10</b>	- Três anos após o massacre .....	24
<b>Imagem 11</b>	- Sátira com os Aparelhos Ideológicos .....	42
<b>Imagem 12</b>	- Trabalho escravo e as condições subalternas .....	44
<b>Imagem 13</b>	- Foto dos trabalhadores parados na Greve Geral de 1917 .....	64
<b>Imagem 14</b>	- Capa da 1ª ed. Revista Movimento Comunista.....	65
<b>Imagem 15</b>	- Capa da 1ª ed. do Jornal Voz Operária.....	65
<b>Imagem 16</b>	- Cartaz de campanha de Júlio Prestes .....	67
<b>Imagem 17</b>	- Cartaz de campanha de Getúlio Vargas .....	67
<b>Imagem 18</b>	- Cartaz convocando os paulistas às armas.....	70
<b>Imagem 19</b>	- Cartaz do M.M.D.C convocando os paulistas às armas.....	70
<b>Imagem 20</b>	- Soldados do Governo Vargas – Revolução Constitucionalista de 1932.....	70
<b>Imagem 21</b>	- Cartaz da UDN promovendo a candidatura de Eduardo Gomes .....	73
<b>Imagem 22</b>	- Cartaz da UDN fazendo alusão aos tempos ditatórios de Vargas.....	73
<b>Imagem 23</b>	- Cartaz de Vargas Unidos pelo Povo .....	75
<b>Imagem 24</b>	- Cartaz de Vargas Eleições de 1950.....	75
<b>Imagem 25</b>	- Cartaz eleições 1955 – JK e Jango.....	79
<b>Imagem 26</b>	- Flâmula de Juarez Távora para as eleições de 1955.....	79
<b>Imagem 27</b>	- Placa que marca o início das obras de Brasília .....	82
<b>Imagem 28</b>	- Primeira Propaganda Eleitoral via TV – Jânio Quadros (1960).....	83
<b>Imagem 29</b>	- Apoiadores de Jango no Grande Comício da Central do Brasil .....	86

<b>Imagem 30</b> - Jornal “Última Hora” retratando o Grande Comício da Central do Brasil .....	86
<b>Imagem 31</b> - “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” .....	88
<b>Imagem 32</b> - Faixa abre alas da “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” .....	88
<b>Imagem 33</b> - Cartaz contra o comunismo na “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” .....	89
<b>Imagem 34</b> - Faixas utilizadas na “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” .....	89
<b>Imagem 35</b> - Faixa em Manifestação na época do <i>Impeachment</i> da Dilma Rousseff (2015).....	90
<b>Imagem 36</b> - Militares invadindo o Palácio Guanabara em 1 de abril de 1964 .....	91
<b>Imagem 37</b> - Estudantes velando o corpo do secundarista Edson Luís Lima Souto.....	95
<b>Imagem 38</b> - Manifestação de estudantes, no 1º de maio de 1968 .....	97
<b>Imagem 39</b> - A cavalaria da Polícia em ação na “Sexta-feira Sangrenta” 1968 .....	99
<b>Imagem 40</b> - Discurso de Vladimir Palmeira na Passeata dos Cem Mil .....	100
<b>Imagem 41</b> - Soldados da polícia em ação de prisão no Congresso da UNE (Ibiúna).....	101
<b>Imagem 42</b> - Lula discursando na Greve geral de 1979, em São Bernardo do Campo.....	105
<b>Imagem 43</b> - Artistas apoiando o movimento de Diretas Já .....	107
<b>Imagem 44</b> - Lula discursando em Comício pelas Diretas Já! .....	108
<b>Imagem 45</b> - Mobilização na Praça da Candelária movimento Diretas Já .....	109
<b>Imagem 46</b> - <i>Outdoor</i> saudando o início da Nova República (15/03/1985).....	110
<b>Imagem 47</b> - Capa do Jornal da Tarde – 11 de fev. 1985.....	111
<b>Imagem 48</b> - Movimento estudantil “Caras Pintadas” .....	115
<b>Imagem 49</b> - Manifestação pró <i>Impeachment</i> em São Paulo (25/08/1992) .....	115
<b>Imagem 50</b> - Domingo Negro (manifestação pró <i>Impeachment</i> do Collor) .....	116
<b>Imagem 51</b> - Greve dos Caminhoneiros de 1999 (Governo FHC) .....	118
<b>Imagem 52</b> - Marcha Pelo Brasil e Contra FHC .....	118

<b>Imagem 53</b> - Sepultamento das vítimas do Massacre de Eldorado do Carajás (Pará, 1996).....	119
<b>Imagem 54</b> - Marcha dos Trabalhadores Rurais e MST (1999) .....	120
<b>Imagem 55</b> - Confronto entre polícia e manifestantes, em frente ao Maracanã, contra os gastos da reforma do estádio (jun. 2013) ...	125
<b>Imagem 56</b> - Presidenta Dilma Rousseff sendo vaiada ao tentar fazer o discurso de abertura da Copa das Confederações (15 jun. 2013).....	126
<b>Imagem 57</b> - Faixa de protesto em cerimônia de encerramento da Copa das Confederações (30 jun. 2013).....	126
<b>Imagem 58</b> - Protesto contra a copa no Rio de Janeiro (25/01/2014).....	127
<b>Imagem 59</b> - Ônibus queimado em protesto contra a Copa (abril de 2014).....	127
<b>Imagem 60</b> - Greve dos Metroviários em São Paulo (julho de 2014).....	128
<b>Imagem 61</b> - Manifestação em prol do <i>Impeachment</i> de Dilma Rousseff (15 mar. 2015).....	129
<b>Imagem 62</b> - Movimento Vem pra Rua, com o Pato da FIESP .....	129
<b>Imagem 63</b> - Página do dicionário Sacconi (2010) – verbete Petralha .....	130
<b>Imagem 64</b> - Deputados de oposição pedindo o <i>Impeachment</i> da ex-presidente Dilma Rousseff .....	131
<b>Imagem 65</b> - Aprovação do Processo de <i>Impeachment</i> da ex-presidente Dilma Rousseff pela Câmara dos Deputados .....	132
<b>Imagem 66</b> - Argumentos dos contrários ao <i>Impeachment</i> .....	133
<b>Imagem 67</b> - Argumentos dos favoráveis ao <i>Impeachment</i> .....	133
<b>Imagem 68</b> - Aprovação em primeira instância da PEC 241 / Câmara (10/10/2016).....	134
<b>Imagem 69</b> - Manifestação em São Paulo Contra a PEC 241 (out.2016) .....	136
<b>Imagem 70</b> - Manifestantes fecham a Anchieta em protesto contra PEC 241 ..	136
<b>Imagem 71</b> - Manifestação de pesquisadores no MASP, contra o corte de bolsas da CAPES.....	138
<b>Imagem 72</b> - Edital de Tomada de preços para contratação de professor.....	151
<b>Imagem 73</b> - Cerco de soldados na ALEP (Curitiba) – 25 de abril de 2015.....	157
<b>Imagem 74</b> - Deputados protegidos e professores coagidos .....	159
<b>Imagem 75</b> - Cavalaria da Polícia militar do Paraná contra os professores grevistas – 1988 (Governo Álvaro Dias) .....	160

<b>Imagem 76</b> - Representação gráfica do Massacre de 1988 de autoria de Robson Villalba .....	161
<b>Imagem 77</b> - Faixa sobre o 30 de agosto de 1988.....	166
<b>Imagem 78</b> - Faixa sobre o 29 de abril de 2015.....	166
<b>Imagem 79</b> - Frase Eu tô na LutA (durante a greve).....	167
<b>Imagem 80</b> - Frase Eu tô no LutO (após o 29 de abril) .....	167
<b>Imagem 81</b> - Enunciado tema da luta contra o projeto Escola Sem Partido (dez.2017).....	168
<b>Imagem 82</b> - Professores e Estudantes feridos na manifestação de 29 de abril .....	169
<b>Imagem 83</b> - Adesivo Menos Bala. Mais Giz.....	170
<b>Imagem 84</b> - Menos Marx, mais Mises .....	172
<b>Imagem 85</b> - Professores e Estudantes sendo bombardeados na ALEP .....	176
<b>Imagem 86</b> - Manifestação após o Massacre (30/04) .....	178
<b>Imagem 87</b> - A história se repetiu como tragédia.....	179
<b>Imagem 88</b> - Fotografia da perseguição de manifestantes, pela polícia militar, na ditadura militar (1964).....	179
<b>Imagem 89</b> - Fotografia da perseguição de manifestantes, pela polícia militar, na greve dos professores “massacre de 29 de abril”.....	179
<b>Imagem 90</b> - Faixas utilizadas na “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” .....	180
<b>Imagem 91</b> - Adesivo de carro pedindo um “Brasil SEM comunismo” .....	181
<b>Imagem 92</b> - O Bem-vindo à ditadura .....	181

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	15
<b>1. PERCURSO METODOLÓGICO</b> .....	23
<b>2. A ANÁLISE DE DISCURSO E POSSÍVEIS ENTRELAÇAMENTOS</b> .....	27
2.1 ANÁLISE DE DISCURSO DE LINHA FRANCESA - DO MATERIALISMO HISTÓRICO AOS PRIMEIROS ENSAIOS DE MICHEL PÊCHEUX .....	27
2.1.1 O Discurso Social: sujeito, enunciados e efeitos de sentido .....	34
2.1.2 Memória Discursiva: do interdiscurso à aforização .....	37
2.1.3 Política, Ideologia e Aparelhos Ideológicos .....	40
<b>3. AS LUTAS DE CLASSE E A (R)EVOLUÇÃO DO TRABALHO</b> .....	44
3.1 A COLONIZAÇÃO DO BRASIL E O INÍCIO DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO .....	45
3.2 A SOCIALIZAÇÃO DO TRABALHO X PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO: A PRECARIZAÇÃO SEGUE CAMINHANDO .....	48
3.3 A FORÇA OPERÁRIA E A ORGANIZAÇÃO SINDICAL – PERCURSOS DA HISTÓRIA .....	53
<b>4. OS FATOS POLÍTICOS E O ENTELACE COM OS PRINCIPAIS MOVIMENTOS GREVISTAS DO BRASIL</b> .....	62
4.1 A ERA VARGAS E OS AVANÇOS DA INDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL .....	68
4.2 O CENÁRIO POLÍTICO APÓS GETÚLIO VARGAS E AS MAZELAS DA DITADURA MILITAR .....	79
4.3 OS EMBATES À DITADURA E O FORTALECIMENTO DA ORGANIZAÇÃO SINDICAL .....	94
4.4 DIRETAS JÁ! O AVANÇO DAS CAMPANHAS CÍVICAS E O ENFRAQUECIMENTO DA DITADURA .....	107
4.4.1 A Nova República e o fim da ditadura militar .....	109
4.4.2 A Constituição Cidadã e os desdobramentos do regime presidencialista .....	113
4.4.3 O cenário político-econômico brasileiro após o <i>Impeachment</i> de Fernando Collor .....	117
4.4.4 O <i>impeachment</i> volta a assombrar o Palácio do Planalto .....	128
4.4.5 A PEC 241 e o desmonte da educação pública nacional .....	134
<b>5. OS GRITOS, OS ECOS E O SILÊNCIO QUE EMERGIRAM DA GREVE DOS EDUCADORES DE 2015 – Análise do <i>Corpus</i></b> .....	140
5.1 A ORGANIZAÇÃO SINDICAL DOS PROFESSORES DE LONDRINA E DA UEL .....	149
5.2 A GREVE DOS 6 MESES .....	151
5.3 A GREVE DE 2015 E OS ENUNCIADOS CONSTRUÍDOS .....	154
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	183
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	185
<b>ANEXO A</b> .....	191

## INTRODUÇÃO

Os gritos, os ecos e o silêncio que emergiram da Greve dos Educadores de 2015, os dias de chumbo e de gás lacrimogêneo, as datas históricas que marcaram e seguem significando ao longo dos tempos, enunciados que foram construídos e propagados por diferentes vozes que contavam a mesma história. O discurso dos professores, da mídia, do governo e dos sindicatos, o entrelace de todos esses elementos se encontram dispostos neste trabalho e foram sopesados à luz da Análise de Discurso de orientação francesa.

Para melhor compreensão dos fatos fez-se necessário apresentar, antes, o cenário/contexto no qual foram construídos os enunciados em análise, bem como as condições de produção, em função de que estas compreendem fundamentalmente os sujeitos e a situação, e a seguir, explicitam-se os objetivos, na página 21.

A educação pública do Estado do Paraná vem sofrendo um crescente desmonte, especialmente nos últimos dez anos, período que compreende o final do governo Requião (Roberto Requião de Melo e Silva) do Partido PMDB, que administrou o Estado por duas gestões consecutivas, 2003/2006 e 2007/2010 e foi sucedido pelo governo Beto Richa (Carlos Alberto Richa) do PSDB, que se encontrava, nessa época, em seu segundo mandato (2011/2015 e 2015/abril de 2018). Ambos foram marcados por redução de verbas para o âmbito educacional, que se contrapunha aos altos impostos que pouco se viam revertidos em benefícios para a população paranaense.

Contudo, no Governo Beto Richa, além do ataque direto à educação, houve ainda um processo de desvalorização do funcionalismo público, com atrasos de reajustes salariais preconizados em lei, acordos firmados que não foram honrados, tampouco o direito constitucional de reparação de perdas em função da inflação (medido pelo IBGE, com base no IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor) foi cumprido.

Em seu primeiro mandato, esses ataques ao funcionalismo público foram velados e sem muito alarde. O então governador fechou a gestão anunciando que as contas do Estado estavam superavitárias e que a Educação seria prioridade em sua segunda administração. A fala de que havia feito uma boa administração e de que o Paraná estava financeiramente bem convenceu 55,7% da população paranaense que o elegeu logo no primeiro turno. Cabe destacar que em Londrina,

sua cidade natal, este candidato registrou 79,5% (fonte TSE, 2014), e pelo alto percentual é possível inferir que muitos desses são professores da rede pública estadual.

Logo após a garantia de seu segundo mandato, o reeleito governador Beto Richa, em 01 de dezembro de 2014, encaminha à Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP) 20 projetos de Lei que previam reajustes fiscais e confiscos de verbas dos servidores, com vistas a “refazer” o caixa do Estado. A esse conjunto de projetos foi dado o nome pelas entidades sindicais de “pacotão de maldades”. Em uma época de preparativos natalinos e que boa parte dos trabalhadores conta com décimo terceiro salário e 1/3 de férias, o governo não paga estes benefícios e só os vem quitar no ano seguinte, de forma parcelada (para os professores da educação básica) além de encerrar inúmeros contratos de professores e servidores temporários (sem aviso prévio), o que se refletiu em turmas sem professores por alguns meses e também na suspensão do PDE<sup>1</sup> (Plano de Desenvolvimento da Escola), deixando sem capacitação continuada, centenas de professores da educação básica.

O projeto do Governo compreendia, dentre outras propostas, o de reajuste na alíquota do IPVA de 2,5% para 3,5%, aumento do ICMS sobre a gasolina para 29%, a autorização para a contratação de empréstimo de US\$ 300 milhões do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Contudo, o que gerou maior polêmica foi o número de alterações do fundo de previdência dos servidores públicos. Até dezembro de 2014, aposentados e pensionistas estavam isentos da contribuição previdenciária de 11% sobre o que recebiam de benefício, porém, após o projeto de lei, esse direito já não estaria mais garantido.

O PL511/2014 apresentado pelo governo previa impor um fim a essa imunidade salarial para os indivíduos desta categoria, cujos vencimentos superavam R\$ 4.390,24 (teto máximo do Regime Geral de Previdência Social-RGPS). Previa

---

<sup>1</sup> O Programa de Desenvolvimento Educacional - PDE é uma política pública de Estado regulamentada pela **Lei Complementar nº 130**, de 14 de julho de 2010 que estabelece o diálogo entre os professores do ensino superior e os da educação básica, por meio de atividades teórico-práticas orientadas, tendo como resultado a produção de conhecimento e mudanças qualitativas na prática escolar da escola pública paranaense, integrado às atividades da formação continuada em educação, disciplina a promoção do professor para o nível III da carreira, conforme previsto no "Plano de carreira do magistério estadual", **Lei Complementar nº 103**, de 15 de março de 2004. O objetivo do PDE é proporcionar aos professores da rede pública estadual subsídios teórico-metodológicos para o desenvolvimento de ações educacionais sistematizadas, e que resultem em redimensionamento de sua prática. (fonte: Ministério da Educação).

também estabelecer o mesmo valor para a aposentadoria dos servidores em exercício, ou seja, os que ingressassem a partir da data da aprovação do projeto de lei já não aposentariam com o valor integral, mas sim, com o teto máximo do RGPS. Além disso, o caráter de urgência, como foi proposto pelo governo, deixava clara a desorganização financeira pela qual o Estado estava passando.

No tocante aos professores, o projeto contemplava o fim de abonos como o quinquênio, a diminuição da hora-atividade, a redução do número de contratações e a não efetivação dos aprovados em concursos de 2013, o que gerou descontentamento a esta classe trabalhadora.

O Projeto de Lei foi levado à Câmara, em uma época de desmobilização dos servidores, abrangendo o final de ano letivo e período de recesso acadêmico, o que de certa forma, dificultava uma organização de massa para tentar frear as propostas elencadas. Ainda assim, como os procedimentos para a aprovação dos projetos de lei são morosos e, logo a ALEP também entrou em recesso, essa situação se arrastou até o final de janeiro de 2015. Motivados pelo atraso dos 13º salários e do não pagamento de 1/3 de férias, os professores da rede pública e das universidades estaduais decidem não retomar as aulas em fevereiro, desembocando em greve geral.

Milhares de professores, organizados pelas suas respectivas entidades sindicais, acamparam por quatro dias em frente à Assembleia Legislativa do Paraná, na tentativa de demover o Executivo da implantação do referido projeto de lei. Inúmeras manifestações ocorreram ao longo do segundo mês do ano. A greve se arrastou até meados de março, quando o governo recuou o projeto e acordou (por meio de seus secretários da Fazenda e Casa Civil) pagar os atrasados devidos, dentre outros benefícios prometidos a cada entidade sindical. Entre os dias 18 de março e 20 de abril os sindicatos das categorias tentaram negociar os reajustes com o Governo, porém, sem êxito.

Quando as atividades voltavam à normalidade, de forma paulatina e mais uma vez, velada, o governador Beto Richa “fatia o pacote<sup>2</sup>” e tenta tramitar, em regime de urgência, na ALEP, outros Projetos de Lei - PLs, tendo entre as propostas o confisco de 8 bilhões do Fundo previdenciário dos servidores (Paranaprevidência), superavitário até aquele momento.

---

<sup>2</sup> Expressão empregada pelos sindicatos dos professores.

Essa proposta de saque mobilizou, mais uma vez, grande massa de professores, estudantes e servidores públicos à ALEP, no dia 27 de abril de 2015. O que os manifestantes não esperavam é que seriam recebidos pelo maior contingente de policiais já visto no Estado. A tropa de choque garantia a segurança dos deputados que trabalhavam para a aprovação do projeto, alguns deles chegaram à ALEP de camburão da tropa de choque da polícia militar e entraram escoltados, como se pode observar pelas imagens a seguir:

**Imagem 1** - Barreira de Policiais da PM



**Imagem 2** - Carro blindado do Choque



Fonte: Acervo do SINDIPROL/ADUEL

**Imagem 3** - Flores contra balas de borracha



**Imagem 4** - Barreira do Choque



Fonte: Acervo do SINDIPROL/ADUEL

A manifestação dos servidores era pacífica, mas ainda assim, a polícia invadia os acampamentos e os ameaçava com bombas de efeito moral. Dessa vez, os manifestantes foram impedidos de acompanhar, do lado de dentro, a tramitação e

votação do projeto proposto pelo Governador. Havia pressa para que as propostas fossem aprovadas, e o regime de urgência dava celeridade a todo processo, que de praxe, é muito lento. Não obstante, no dia 29 de abril, após ser aprovado pelas comissões de Justiça e Finanças, o projeto de lei retorna e está a um passo de ser aprovado, o que acirra os ânimos do lado de fora da Assembleia.

Do lado de dentro, a base governista não se importava com os ataques de bombas e balas de borrachas que assolavam os servidores e estudantes que estavam acampados nas adjacências da ALEP. Tinham pressa. Inúmeras pessoas feridas e sem assistência médica, helicópteros sobrevoavam e bombardeavam ainda mais os manifestantes. Foi um dia de horror e que manchou de sangue o Estado do Paraná, exposto nas manchetes dos principais jornais do mundo. Estava registrado na história do Estado o “Massacre de 29 de abril”.

**Imagem 3** - Helicóptero atirando bombas



Fonte: acervo do SINDIPROL/ADUEL

**Imagem 4** - Fumaça das bombas



**Imagem 5** - Cerco do pelotão de Choque



**Imagem 6** - Professor ferido por bala de borracha



Fonte: acervo do SINDIPROL/ADUEL

**Imagem 1** - Manifestantes sendo atingidos por spray de pimenta



**Fonte:** acervo do SINDIPROL/ADUEL

Derrotados, físico-psico e moralmente, os sujeitos que sofreram diretamente o ataque no dia 29 de abril, regressaram às suas cidades de origem e, a partir do relato pessoal dos grevistas acerca do que aconteceu na ALEP, acirrou-se ainda mais o descontentamento dos servidores para com o Governo atual, desencadeando a segunda greve do ano, que perdurou por mais tempo, encerrando-se somente na última semana de junho de 2015.

O contexto histórico daquele momento fez reativar a memória da ditadura militar e uma série de ataques contra professores que já sofremos no Estado, a lembrar do dia 30 de agosto de 1988, quando o então Governador Álvaro Dias, soltou a cavalaria da polícia sobre os professores. Em meio a essas duras memórias, inúmeros enunciados foram construídos, a exemplo de “Menos Bala. Mais giz”; “Fora Beto Richa”; “Não foi confronto, foi massacre” e “Nenhum direito a menos”, dentre outros como charges e entrevistas que foram produzidas no recorte temporal pautado.

Com base no exposto, delimitamos como problematização os seguintes questionamentos: quais os efeitos de sentido produzidos pelos enunciados construídos na greve dos professores da educação pública do Paraná em 2015? Em quais condições de produção foram elaborados?

Nessa esteira, objetivamos analisar as discursividades produzidas sobre os enunciados que emergiram do momento de greve das Instituições de Ensino Públicas do Paraná, ocorrido de fevereiro a maio de 2015. Buscou, especificamente, apontar quais os enunciados representam o discurso do governo, dos sindicatos de

professores, da mídia e dos professores, bem como as formações discursivas dos enunciados em análise.

Assim, este trabalho apresenta em seu **primeiro capítulo** o percurso metodológico necessário para a análise do *corpus*, os métodos, as fontes e as formas de coleta dos materiais e o crescente de ações que guiou toda a escrita desta tese.

O **segundo capítulo** traz aporte teórico acerca da Análise de Discurso de orientação francesa, seus precursores e elementos essenciais, como a concepção de sujeito, enunciados e os processos de produção de sentido. Aborda memória discursiva, com o interdiscurso e o intradiscurso, o que favorece a compreensão do movimento dos sentidos que insurgem da discussão como práticas ideológicas. O materialismo histórico, essencial para a compreensão das lutas de classe e dos enunciados em tela, também se faz presente nesta seção.

Um arcabouço histórico acerca das lutas de classe, dos movimentos trabalhistas e das primeiras formações sindicais no Brasil, em razão da crescente precarização do trabalho, desde a colonização, é apresentado no **terceiro capítulo**. Aborda a socialização do trabalho e os processos de industrialização. Contempla ainda os avanços a partir do advento da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

O **quarto capítulo** traz fatos políticos e o cenário posto pelos governos de Getúlio Vargas, apresentando avanços e retrocessos da legislação constitucional e trabalhista. Disserta acerca dos principais movimentos grevistas no contexto mundial e no cenário nacional, até chegar nos entraves que surgiram da relação de poder entre os profissionais da educação e o Governo e que marcaram a história da educação pública do Estado do Paraná. Ressalta os embates ocorridos no período da ditadura militar e o fortalecimento da organização sindical. Descreve ainda, o processo de transição para a Nova República. Finaliza com a PEC 241 e o desmonte da educação pública nacional.

Por fim, o **quinto capítulo** traz a análise do *corpus*, compreendido pelos enunciados construídos no movimento de greve dos educadores do Estado do Paraná, por meio de cartazes, *slogans*, faixas e também a partir das informações veiculadas pela Secretaria de Estado da Educação - SEED, pela imprensa em geral, além das entrevistas concedidas pelo Governador Beto Richa, pelos professores e representantes sindicais. Para melhor situar o leitor, apresenta um breve histórico dos sindicatos de professores de Londrina, cada um com sua base, por categoria e

territorial, desde a sua evolução de associações sindicais para sindicatos regulamentados pela Constituição de 1988. Carrega também um conciso apanhado da greve dos seis meses, ocorrida entre 2001 e 2002, apresentando a saga deste importante movimento de classes.

## 1 PERCURSO METODOLÓGICO

Intitularam este capítulo as palavras “Percurso Metodológico” e não “Metodologia”, como comumente é empregada em trabalhos acadêmicos, para ressaltar que não foi adotado um único método, mas sim, um eixo teórico de análise, que norteou o caminho percorrido ao longo dos quatro anos do processo de doutoramento, que incluiu o conhecimento adquirido por meio das disciplinas ofertadas pelo PPGEL, a troca de conhecimento favorecida pelo corpo docente do mesmo programa, além das orientações com a docente orientadora.

O percurso metodológico se inicia, então, em uma das primeiras conversas com a minha orientadora, que sugere, a partir do meu envolvimento com as questões sindicais, e pelo fato recente do dia 29 de abril, à época, o estudo em tela, à luz da análise de discurso. Um dos grandes desafios de realizar este trabalho foi me distanciar dos acontecimentos e tratar a greve como objeto de investigação.

Iniciamos o estudo delimitando as questões de pesquisa: “quais os efeitos de sentido produzidos pelos enunciados construídos na greve dos professores da educação pública do Paraná em 2015?”; “Em quais condições de produção foram produzidos?”. Nesse sentido, com vistas a responder os questionamentos pautados, foi necessário buscar aporte teórico na Análise de Discurso de orientação francesa, especialmente nos postulados de Michel Pêcheux (França) e Eni Orlandi (Brasil), o que favorece a compreensão acerca do movimento dos sentidos que emergem da discussão como práticas ideológicas.

*Mister* elucidar que neste trabalho o enunciado é estudado de forma polissêmica, ou seja, o seu sentido vai além da acepção de uma palavra, ou de uma frase. “O enunciado é definido como a unidade de comunicação elementar, uma sequência verbal investida de sentido e sintaticamente completa” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2014, p. 196). Assim, diferentes enunciados em uma única frase, podem produzir diferentes sentidos.

O enunciado não é uma unidade do mesmo gênero que a frase, a proposição ou ato de fala [...]. Em seu modo singular de existência (nem absolutamente linguístico, nem exclusivamente material), ele é indispensável para que se possa dizer se há ou não frase, proposição, ato de fala, e para que se possa dizer se a frase é correta (ou aceitável, ou interpretável), se a proposição é legítima e bem formada, se o ato de fala está conforme os requisitos e se foi bem efetuado (FOUCAULT, 1997, p. 123).

Também empregamos nesta escrita o enunciado compreendido como imagem, ou seja, o acontecimento da greve, simbólico na “discursivização do social sob o prisma da imagem e de alguns processos de visualização.” (LAGAZZI, 2013, p. 104).

Consideramos que a leitura da imagem também é essencial para a compreensão dos sentidos transmitidos por ela, uma vez que, cada observador traz consigo diversos discursos portadores de cargas semânticas diferentes, para juntá-los com a situação presente. “A imagem enquanto enunciado mobiliza objetos que expressam sentidos particulares e universais, em que o sujeito une-se aos fatos histórico-sociais para a formação dos sentidos no acontecimento enunciativo.” (LAGAZZI, 2013, p. 105).

Foram analisados neste trabalho os enunciados “Menos Bala. Mais Giz. Somos todos professores”; “Não foi confronto, foi massacre!”; “Eu tô na Luta!”; “Eu tô no luto”; “Educação em Luta. Do luto à luta”; “(Eu) luto pela educação”, todos construídos no momento da greve de 2015, ou em razão dela, *a posteriori*.

Na sequência, passamos a coletar fotografias, imagens, entrevistas e todo o material que vinha sendo produzido acerca da greve dos educadores de 2015. Importante ressaltar que a coleta do *corpus* não se deu somente nesse ano, ao contrário, como o fato continua ressignificando ao longo da história, seguimos com a coleta até os últimos meses de escrita desta tese, como demonstra a **Imagem 10**, a seguir:

**Imagem 2** - Três anos após o massacre



**Fonte:** Disponível em: <<https://www.esmaelmorais.com.br/2018/04/3-anos-do-massacre-de-29-de-abril/>> Acesso em: 20 ago. 2018.

No que tange ao *corpus*, cabe salientar que a análise discursiva apresenta duas espécies a serem escolhidas pelo pesquisador, a experimental e a de arquivo, a saber: “*corpus* experimental é obtido por materiais de resposta à entrevista, a questionário e outras formas de recolher dados/fatos. O segundo é delimitado a partir de documentos referentes a um determinado assunto” (MARQUEZAN, 2009, p. 101).

O *corpus* deste trabalho se caracteriza como arquivo, uma vez que é constituído pelas informações veiculadas pela Secretaria de Estado da Educação - SEED, pela imprensa em geral, das entrevistas concedidas pelo Governador Beto Richa e representantes sindicais (professores), produzidas e veiculadas na mídia, no período da greve da educação pública do Estado do Paraná, no ano de 2015. Esta delimitação se deu em razão da necessidade de se analisar os enunciados construídos pelos sindicatos dos professores, pela mídia, pelo governo, pelos professores grevistas e pela sociedade. Foram contemplados também cartazes, *outdoors*, fotografias, *slogans*, charges, dentre outros materiais relevantes para este estudo.

Os vídeos mais expressivos da greve e as charges utilizadas neste trabalho, especialmente os dos dias 28 e 29 de abril de 2015, foram capturados do *youtube*, no ano de 2017 (mesmo após o término da greve, os arquivos continuam disponíveis), estes retratavam o acampamento dos professores e sindicalistas na frente da Assembleia Legislativa do Paraná – ALEP, bem como o cerco da polícia militar e da tropa de choque, além das bombas que foram arremessadas por meio do helicóptero contratado pelo governo do Estado, segundo relatado pelos manifestantes que estiveram no local.

As entrevistas do Governador Beto Richa foram resgatadas pelos sites dos jornais de Tv da época, especialmente por meio do “Bom dia Paraná” e do “Paraná Tv”, que após a exibição nos telejornais locais, ficam disponíveis no site da Globo.com. Algumas entrevistas foram produzidas pelo próprio Governo do Estado e dispostas no *site* do Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná - DIOE (<http://www.imprensaoficial.pr.gov.br/>).

As fotografias foram extraídas, em maior parte, do banco de imagens do *google* e uma outra parcela foi cedida, por empréstimo e para fins de pesquisa, pelo Sindicato dos Professores da UEL – SINDIPROL/ADUEL, entidade de quem também foi possível obter alguns jornais e materiais impressos produzidos na época

da greve em estudo. Outros sindicatos contribuíram com esta pesquisa, fornecendo artigos, são eles: Sindicato dos Profissionais das Escolas Particulares de Londrina e Norte do Paraná - SINPRO e o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES-SN.

Na sequência, passamos à pesquisa bibliográfica acerca dos fatos históricos que influenciaram a constituição das associações de classe, dos sindicatos e dos grandes movimentos trabalhistas, além de um estudo das Constituições Federais que contemplavam, ou não, os direitos trabalhistas, tendo como foco a legalidade da greve.

Importante ressaltar que não estamos tratando de simples enunciados que foram elencados para representar cada uma das categorias de sujeitos apontados anteriormente, mas sim, enunciados que se destacaram por algum motivo, em meio a tantos que foram ditos neste momento histórico e, por conseguinte, se tornaram *slogans* da luta pela educação.

A autora deste trabalho participou da greve de 2015, como docente (ainda em estágio probatório), mas já sindicalizada pelo Sindipro/Aduel, entretanto, naquele momento, ainda não imaginava pautar a greve como mote de sua pesquisa de doutoramento, por isso, não se pode dizer que houve uma observação direta participante, uma vez que não foi adotado um diário de campo.

## 2 A ANÁLISE DE DISCURSO E POSSÍVEIS ENTRELAÇAMENTOS

Esta seção tem como objetivo compor um conjunto de considerações acerca dos conceitos de Enunciado, Discurso e Formação Discursiva, com vistas a fomentar a análise do *corpus*. Contudo, para que pudéssemos investigar os enunciados, fez-se necessário, antes, contemplar conceitos e outras conjecturas que favorecessem conhecer os elementos presentes na base teórica do materialismo histórico, bem como na linha de análise delimitada pela Análise de Discurso.

### 2.1 ANÁLISE DE DISCURSO DE LINHA FRANCESA - DO MATERIALISMO HISTÓRICO AOS PRIMEIROS ENSAIOS DE MICHEL PÊCHEUX

O Materialismo Histórico representa uma base teórica formulada especialmente nos escritos de Karl Marx e Friedrich Engels, que se propõe a uma compreensão do processo histórico universal, fundamentada no labor humano, em sua finalidade de satisfazer às necessidades econômicas da sociedade (saúde, alimentação, moradia...) e na luta estabelecida entre as classes sociais pelo controle dos instrumentos e frutos desta produção.

A articulação entre a linguística e a psicanálise, sob a égide do materialismo histórico, ocasionou a emergência de um domínio teórico em que a língua, o sujeito, a história e o sentido são concebidos no interior das relações sociais em que saberes e poderes não se dissociam no processo discursivo (PIOVEZANI; SARGENTINI, 2011, n.p).

Esse método lança um olhar sobre o modo de produção do sistema capitalista, que concebe a História como uma “relação material entre sujeitos para desmascarar as relações de exploração e alienação do homem pelo homem” (CUTRIM; MARQUES, 2017, p. 117).

O Marxismo, por sua vez, sugere uma interpretação do capitalismo industrial como uma crítica radical da civilização. Na perspectiva de Marx, o conflito de classes só pode terminar com a revolução socialista que desmantelaria o poder econômico dos donos do capital. Marx desenvolve também uma concepção da sociedade baseada na dialética, por meio da qual pontua que as transformações que a

sociedade vive, ao longo da história, se dão a partir dos conflitos e contradições que vão surgindo entre os sujeitos.

À medida que se desenvolvem as contradições da sociedade a luta de classes adquire um caráter mais agudo, até que chega um momento em que as classes oprimidas conseguem apoderar-se do poder político e começam a destruir as antigas relações de produção. Este processo consciente e violento de destruição das antigas relações de produção e, portanto, das classes sociais que são seus portadores, é o que o marxismo denomina **revolução social** (HARNECKER, 1983, p. 190, grifo da autora).

Marx parte de uma realidade material, percebendo a realidade humana como um sistema, em que todos os elementos estão articulados e se influenciando mutuamente. Dessa forma, a realidade econômica (maneira como os homens trabalham e produzem), somada às relações sociais (maneira com que eles se relacionam), organizadas pelas instituições políticas (as instituições que os sujeitos criam para formar e reproduzir essa organização econômico-social), e os valores, ideias, e concepções (conteúdo ideológico), estão relacionados.

Essa realidade econômica e social é a base sobre a qual vai se desenvolvendo todo um conjunto de ideias e de valores. A base material é determinada pelas relações que os homens estabelecem para produzir, para sobreviver, para transformar a natureza e garantir a sua riqueza e, por conseguinte, a sua existência.

Na produção, diz Marx, os homens não atuam só sobre a natureza, mas também uns sobre os outros. Só produzem colaborando de uma maneira determinada e trocando entre eles as suas atividades. Para produzir, entram em determinadas relações uns com os outros, e não é senão nos limites destas relações sociais que se estabelece a sua ação sobre a natureza, que se realiza a produção (STALIN, 1982, p.37).

Ao contrário do idealismo, que considera o mundo com a encarnação da ideia absoluta, do espírito universal, da consciência, o materialismo filosófico de Marx parte do princípio de que o mundo, pela sua natureza, é material.

As relações de produção estão relacionadas com o nível de desenvolvimento da técnica das forças produtivas e esse conjunto determina todas as outras características da sociedade, as leis, as instituições políticas, a vida

espiritual, os valores e a moral. Esses elementos não são simples reflexos da base material, mas são determinantes e condicionantes da realidade econômica e social.

Linhas gerais, o materialismo histórico é a interpretação da história, a partir de um aspecto material. Na forma como a sociedade se organiza para produzir materialmente aquilo que é indispensável para a sua subsistência, para o acúmulo de riqueza, enfim, para garantir a satisfação das suas necessidades.

Harnecker (1983, p. 62) sintetiza que “existem dois tipos de produção: as relações técnicas de produção (relações do homem com a natureza), e as relações sociais de produção (relações dos homens entre si, através dos meios de produção)”. Assim, as relações de produção encontram-se constituídas pelas relações técnicas e pelas relações sociais de produção.

“O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política, e intelectual de maneira geral. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas ao contrário, seu ser social determina sua consciência.” (EAGLETON, 2011, p. 16).

Nessa perspectiva, a economia de uma sociedade determina todas as demais relações sociais (determinismo econômico), e estas, por sua vez, estão ligadas aos fatores de produção. Tem-se então, uma Infraestrutura (campo econômico), a maneira como a sociedade produz aquilo que é necessário para a sua existência, a partir dos meios de produção. Por outro lado, temos, segundo a sociologia Marxista, a Super-estrutura (campo ideológico), o campo em que temos a maneira como a sociedade pensa.

Na super-estrutura encontramos formas jurídicas e políticas, o Estado, cuja função essencial é legitimar o poder da classe social que possui os meios de produção econômica. Mas a super-estrutura contém mais do que isso: ela também “consiste em certas formas definidas de consciência social (política, religiosa, ética, estética e assim por diante), que o marxismo designa como ideologia.” (EAGLETON, 2011, p.18).

As relações sociais de produção não podem ser consideradas apenas como relações humanas, relações entre homens. São Relações entre agentes da produção, isto é, entre homens que têm uma função bem determinada na produção de bens materiais, a qual depende da forma em que se relacionem com os meios de produção: **entre proprietários dos meios de produção e produtores diretos**. Esta relação entre homens passa, portanto, através de uma relação com os objetos: os meios de produção (HARNECKER, 1983, p. 63, grifo da autora).

A partir do determinismo econômico, a infraestrutura seria responsável por definir o campo ideológico, ou seja, a maneira como a sociedade pensa, se organiza culturalmente, o Estado, a religião, a moral e os costumes seriam o reflexo da estrutura econômica.

Todo processo de produção não só produz produtos materiais como também produz e reproduz suas condições sociais de produção, isto é, reproduz constantemente as relações de produção dentro das quais opera o processo de produção capitalista. Assim, ao mesmo tempo em que produz mercadorias, reproduz as relações capitalistas de produção: o capital e o trabalho assalariado (HARNECKER, 1983, p. 63).

Viver em sociedade exige cumprir algumas regras e, neste contexto, percebe-se que o Estado organiza e controla boa parte delas, por meio da força, não necessariamente a física, mas uma força de lei, uma punição administrativa, uma sanção, dentre outras formas de poder e/ou dominação. Em um estado capitalista, o interesse de uma classe dominante vai se tornando um interesse geral, construindo um pensamento único, hegemônico, algo consentido. O filósofo italiano Gramsci, por sua formação Marxista, já nos mostrava uma ideia de Estado e Hegemonia.

Para Gramsci, a hegemonia representa uma dominação consentida, em que as estruturas de poder, as regras impostas pelos meios institucionais (nem sempre democráticos), aos poucos, passam a ser aceitas como naturais e legítimas, gerando uma espécie de alienação.

O homem cria a si mesmo ao criar o seu mundo, mas na sociedade de classes é alienado dessa natureza essencial por formas específicas de alienação na divisão do trabalho, na propriedade privada e no modo capitalista de produção, no qual o trabalhador perde tanto o produto de seu trabalho, como o sentido de sua própria atividade produtiva, em consequência da expropriação de ambos pelo capital (WILLIAMS, 2007, p. 54).

O pensamento hegemônico, de certa forma se delinea com o apoio dos meios de comunicação, da escola, da igreja e outras instituições sociais. Podemos entender a hegemonia como uma “política que expressa ou visa ao predomínio político. Em épocas mais recentes, usou-se hegemomismo para descrever especificamente a política das grandes potências ou superpotências, cujo objetivo é dominar os outros” (WILLIAMS, 2007, p. 199).

Nesse crescente teórico também é importante considerar o conceito de ideologia:

um sistema dotado de uma existência e de um papel históricos no seio de uma sociedade determinada. Sem entrar no problema das relações de uma ciência com seu passado (ideológico), digamos que a ideologia como sistema de representações se distingue da ciência pelo fato de que nela a função prático-social predomina sobre a função teórica, ou de conhecimento (ALTHUSSER, 1965, p.238, apud CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2014, p. 267).

A função da ideologia é a de “legitimar o poder da classe dominante na sociedade; em última análise, as ideias dominantes de uma sociedade são as ideias da sua classe dominante.” (EAGLETON, 2011, p. 18).

Considerando os estudos de Marx, escritos acerca da ideologia, do materialismo histórico, das relações sociais, chegamos aos tecidos da Análise do Discurso. Mussalim e Bentes (2011) atribuem a origem da Análise de Discurso a Jean Dubois e a Michel Pêcheux, sendo que ambos partilhavam do Marxismo e da Política, das convicções sobre a luta de classes, a história e o movimento social, e sob este horizonte, do Marxismo e da Linguística que nasce a Análise do Discurso. É o que podemos chamar de viés Histórico – Materialista.

A teoria da Análise do Discurso defende a dualidade da linguagem, ou seja, da concomitância do caráter formal, atravessado por entradas subjetivas e sociais que, segundo Brandão (2014, p.11), “provoca um deslocamento nos estudos linguísticos até então balizados pela problemática colocada pela oposição língua/fala que impôs uma linguística da língua.” Complementa que, nessa perspectiva, passasse a buscar uma “compreensão do fenômeno da linguagem, não mais centrado apenas na língua, sistema ideologicamente neutro, mas num nível situado fora desse polo da dicotomia Saussureana.” (BRANDÃO, 2014, p.12).

A Análise do Discurso (AD) de origem francesa deu voz a uma articulação entre a linguística, o marxismo e a psicanálise, favorecendo a mediação entre a linguagem e a ideologia e a polissemia do discurso. Considerando as dimensões apontadas por Maingueneau (1997) como o quadro das instituições em que o discurso é produzido, as quais delimitam fortemente a enunciação; os embates históricos, sociais que se cristalizam nos discursos e o espaço próprio que dada discurso configura para si mesmo no interior de um interdiscurso; pode-se aliar ao pensamento de Brandão (2014, p.18) que

a linguagem passa a ser um fenômeno que deve ser estudado não só em relação ao seu sistema interno, enquanto formação linguística a exigir de seus usuários uma competência específica, mas também enquanto formação ideológica, que se manifesta através de uma competência sócio-ideológica (BRANDÃO, 2014, p.18).

Nessa perspectiva, não se pode falar de Análise de Discurso, sem considerar os pressupostos de Althusser (no que concerne a ideologia) e Foucault (acerca do discurso), uma vez que é com base nesses dois autores que Pêcheux pauta os seus estudos.

Althusser desenvolve uma teoria das ideologias, por meio da qual a ideologia “representa uma relação imaginária dos indivíduos com sua existência, que se concretiza materialmente em aparelhos e práticas” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2014, p. 267). Complementa que a ideologia está ligada ao inconsciente pelo viés da interpelação dos indivíduos em sujeitos.

No que tange à concepção de discurso, Foucault (1997) define por um “conjunto de enunciados, na medida em que se apoiem na mesma formação discursiva; ele é constituído de um número limitado de enunciados, para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência.” (FOUCAULT, 1997, p. 135).

Unindo essas duas correntes, temos a síntese do pensamento de Michel Pêcheux:

De um lado podemos lembrar aqui o pensamento de Foucault (1969), no interior de um pensamento filosófico dedicado ao estudo da história, e de outro o pensamento de Michel Pêcheux (1969, 1975), que constitui a análise do discurso como modo de se poder pensar a determinação histórica e o político como próprios do processo de significação do dizer (no qual se constitui o sujeito). Para essa posição o objeto fundamental dos estudos é o discurso enquanto objeto integralmente linguístico e integralmente histórico (GUIMARÃES, 2006, p. 151).

Para compreender as relações do sentido, trazemos à tona o conceito de Pêcheux (1999) acerca da Análise de Discurso, quando ressalta que:

a A.D não pretende se instituir em especialista da interpretação, dominando o sentido dos textos, mas somente construir procedimentos expondo o olhar-leitor a níveis opacos à ação estratégica de um sujeito (tais como a relação discursiva entre sintaxe e léxico no regime dos enunciados, com o efeito do interdiscurso induzido nesse regime, sob a forma do não-dito que aí emerge, como discurso outro, discurso de um outro ou discurso do **Outro**). (PÊCHEUX, 1999, p. 8, grifo nosso).

A Análise do Discurso supera a interpretação de um texto, nos mostra como os objetos simbólicos produzem sentidos, “analisando assim, os próprios gestos de interpretação que ela considera como atos no domínio simbólico, pois eles intervêm no real sentido.” (ORLANDI, 2003, p. 26). Trabalha seus limites, seus mecanismos, como “parte do processo de significação. Também não procura um sentido verdadeiro por meio de uma ‘chave’ de interpretação. Não há uma verdade oculta atrás do texto.” (ORLANDI, 2003, p. 26). O texto é polifônico e, assim, um único enunciado pode produzir uma série de efeitos de sentido.

A importância que essa desconstrução epistemológica traz para a linguística pode ser vista no alargamento do escopo teórico que a ciência da linguagem assume frente aos desafios do sentido. Nessa relação, a Análise de Discurso adota uma perspectiva que o sentido não é dado, mas construído ideologicamente nas esferas de produção e fortalece o diálogo teórico entre a linguística, a história e a psicanálise.

Essa noção só é possível pelo período de grandes rupturas epistemológicas por meio das quais a A.D se fortificou como ciência. Neste caso, os procedimentos de análise e a formação de um lugar para o sentido afirmam o primado do acontecimento sócio-histórico e o lugar da significação na história materialista.

Assim, como apontado, não há um sentido “por trás do texto”, mas um jogo de significação implementada na materialidade histórica e justaposta pelos sujeitos que disseminam essas posições sociais. Isso reflete uma posição de sujeito como sujeito historicamente situado que só é um sujeito na história e pela história. Essa disposição atravessará nossas análises dos sujeitos de sentido.

Em outras palavras, por decorrência dessa alteração epistemológica, o conceito de sujeito também é alterado e passa a ser entendido como uma entidade não mais unitária. Diferente, o sujeito é disperso e assume um papel de sujeito de acordo com a posição ideológica a que ele estaria filiado. Este sujeito ocupa lugares

diferentes nas diversas formações sociais que o determinam. Com isso, pode-se dizer que o sujeito para Análise de Discurso é um sujeito plural.

Nessa perspectiva, ao entrarmos em contato com os conceitos da Análise de Discurso, o sentido, o discurso e o sujeito vão desafiando as definições e todos esses conceitos se constituem a partir da enunciação que é marcada sócio-historicamente.

### 2.1.1 O Discurso Social: sujeito, enunciados e efeitos de sentido

Como posto, a concepção da A.D vai além da Teoria da Comunicação preconizada por Jakobson, de que uma mensagem era transmitida, de forma linear, por um emissor e recebida, decodificada, por um receptor. Para a A.D o discurso é social e não individual, desse modo, não trabalha com indivíduo, mas com sujeito que é interpelado ideologicamente.

Nesse quadro, partindo do sujeito, a sua posição passiva é baseada na concepção de representação na enunciação. Ou seja, a baixa posição de um sujeito ativo reconfigura sua posição na linguística que passa a ser interpretado como um sujeito posicionado socialmente e ideologicamente marcado pela história materialista. Esse conceito de sujeito é motivado por Pêcheux visando alinhar seu construto teórico às posições do período.

Nessa esteira, em um momento o sujeito ocupa um posicionamento de enunciador, em outro, de enunciatário, ou de locutor. Essa multiplicidade refere-se às condições de produção que permitem a mudança das posições ideológicas e das mudanças históricas que interferem na transformação do sujeito.

A possibilidade de enunciar por diferentes ideologias determina que o sujeito da Análise de Discurso só pode ser diverso e distinto de um sujeito sempre uno e ativo. Por ser instável e condicional de acordo com as situações de enunciação, o sujeito só consegue enunciar na própria dinamicidade que também determina o discurso.

Logo, o discurso é dinâmico, vivo e produz efeitos de sentido que são construídos em condições determinadas e que estão, de alguma forma, presentes no modo como se diz. Assim, a Análise de Discurso considera que o sentido nunca está dado, por outro caminho, a parte constitutiva do sentido de todo texto depende do contexto histórico-social de produção dos enunciados.

O contexto histórico-social, então, o contexto de enunciação, constitui parte do sentido do discurso e não apenas um apêndice que pode ou não ser considerado. Em outras palavras pode-se dizer que, para a AD, os sentidos são historicamente construídos. (MUSSALIN, 2009, p.123)

Como vimos até aqui, na perspectiva da Análise de Discurso, o sujeito é social e carrega com ele muitas características e a principal delas é a questão ideológica. Esse sujeito não é livre, é assujeitado, ou seja, marcado ideologicamente, clivado, atravessado e se constitui sócio-historicamente. Ser assujeitado não significa passividade, ao contrário, na AD, o receptor é tão intenso quanto o emissor, é ativo. O assujeitamento do sujeito não significa, contudo, “concebê-lo como ‘mestre de sua morada’, como origem do dizer e dono dos sentidos”. (PIOVEZANI; SARGENTINI, 2011, n.p).

Não há discurso que não esteja em relação com outros, que não forme um intrincado nó de discursividades. O leitor comum fica sob o efeito dessas relações; o analista (ou leitor que conhece o que é discurso) deve atravessá-los para, atrás da linearidade do texto (seja oral, seja escrito), deslindando o novelo produzido por esses efeitos, encontrar o modo como se organizam os sentidos (ORLANDI, 2003, p. 89).

Os discursos não são únicos, porque os efeitos de sentidos nunca são os mesmos. O que dá dinamicidade é a enunciação. Desse modo, temos que a Enunciação é processo, é constituição. Enunciação do discurso é pensar como os discursos são construídos, enquanto o Enunciado é o produto final, o resultado (evidências - possíveis e prováveis efeitos de sentido).

A enunciação é caracterizada pelo aspecto dialógico e de constituição complexa a partir de diferentes posições que se relacionam o ato de enunciar. O processo de enunciação desloca a função de prontidão do dizer e reforça o dito dentro do processo histórico. Nesse sentido, não tem como o enunciado discursivo, produto desse processo ser deslocado desse ato enunciativo histórico.

O discurso produz efeitos de sentido, significando na história e na sociedade. A AD olha para o equívoco e suspende a evidência. Todavia, o sentido se faz com a contradição, que mostra que o discurso é movimento sempre – deslize, ato falho. Discurso é processo é movimento. Michel Pêcheux em sua obra

“*Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*” deixa claro, inclusive pelo título, que não se deve crer na obviedade de um texto, pois se ele está em movimento, nunca está pronto, ou seja, em constante formação.

Assim, o discurso não representa mera transmissão de informação, pois no funcionamento da língua e pela história, temos um complexo processo de constituição desses sujeitos e produção de sentidos. Recorrendo à complexidade da ligação entre a língua e a história, o discurso é o objeto de estudo que possibilita essa ligação.

Nesse quadro, a Análise de Discurso funciona como uma ciência de entremeio que elege o discurso como seu nível de análise. Como já foi apontado, o discurso é produzido pelas condições materiais e ideológicas que o fazem. O discurso não teria outro estatuto que não o de um resultado de uma formação ideológica que o determina.

Importante ressaltar que para a AD os sujeitos ocupam posicionamentos (sujeito professor, sujeito mãe, sujeito sindicalista, sujeito governador) e vê-se nesse sentido a multiplicidade de sujeitos (desdobramento de sujeitos). Há várias vozes presentes em um discurso que insurgem de determinadas condições de produção. O que é dito hoje produz um efeito de sentido, porém, em outro determinado momento sócio-histórico poderia mobilizar outros efeitos de sentido.

O fato de o discurso gerar efeitos de sentido, de acordo com sua presença histórica, postula a proeminência do ato enunciativo sem ser deslocado do seu acontecimento na história. Todo dito mobiliza o já dito que prescreve os caminhos de envolvimento entre o sujeito que enuncia e o sujeito que acompanha o discurso. Basicamente, é como se ativasse um intercâmbio de sentidos, uma memória, uma movimentação entre história e ideologia, o que podemos dizer por memória discursiva.

### 2.1.2 Memória Discursiva: do interdiscurso à aforização

O discurso, por meio da perspectiva da A.D, mantém uma relação (memória) com outros discursos. Nesse sentido, corroboram Charaudeau e Maingueneau (2014):

O discurso é também dominado pela memória de outros discursos. [...] Qualquer gênero discursivo mantém uma relação com a memória: certos enunciados são conservados, outros não, e as modalidades de sua conservação são inseparáveis de sua identidade. Os jornais diários, escritos ou televisionados, são concebidos como imediatamente perecíveis, enquanto os discursos constituintes têm uma relação privilegiada com a memória: discursos literários, religiosos, jurídicos[...] (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2014, p.325).

Mais uma vez, o discurso é dinâmico, vivo, e carrega consigo as inter-relações políticas, históricas, ideológicas, culturais e sociais. Pêcheux pressupõe que o discurso é atravessado e carrega conflitos sociais presentes em seu interior (interdiscurso). Interdiscurso, para a A.D, representa memória. Quando se busca a memória, busca-se também a interdiscursividade, relacionando aquele dizer com outros que já foram ditos e também com os “não ditos”, haja vista que para a A.D o silêncio também tem muito a proferir.

No sentido discursivo, a memória - o interdiscurso, como definimos na análise de discurso – é o saber discursivo que faz com que, ao falarmos, nossas palavras façam sentido. Ela se constitui pelo já-dito que possibilita todo dizer (ORLANDI, 1999, p.64).

Sob essa perspectiva, no interdiscurso, a pertinência dos critérios ideológicos assume posição fundamental para o reconhecimento do sentido. Com isso, o interdiscurso é o lugar da interdependência dos dizeres e silêncios que determinam aquilo que pode ser dito nos espaços que ocupamos e os sentidos gerados nesses espaços.

Assim definido, a relação estrutural do sentido enfatiza sua necessária dependência com o que já foi dito e os sentidos já gerados nesse espaço. Nesse caso, o sentido enunciado pelo sujeito deixa a língua na opacidade (a língua não é

transparente e, por conseguinte, precisa buscar na memória discursiva para chegar a alguma apreensão de sentido).

Os processos de produção do discurso implicam três momentos igualmente importantes: 1. sua constituição, a partir da memória do dizer, fazendo intervir o “contexto histórico-ideológico mais amplo; 2. sua formulação, em condições de produção e circunstâncias de enunciação específicas; e 3. sua circulação que se dá em certa conjuntura e segundo certas condições.” (ORLANDI, 2012).

Nesse jogo da enunciação histórico-sociológico, o sujeito é instaurado em suas condições estabelecidas por esse cenário apontado por Orlandi (2012). É no interior desse segmento que pretendemos apreender as identidades ou semelhanças dos dizeres dos professores e sua constituição no interdiscurso grevista.

Como veremos nas análises, procuramos verificar a operacionalidade do interdiscurso de greve e a particularização dos enunciados nos espaços histórico-ideológico de greve, na história do Brasil. Apresentaremos essas reflexões pautadas nessa convergência discursiva da história materialista e no desejo de transformação da prática social que cercam o país e que aparecem no interdiscurso de greve.

A AD aborda o discurso como prática social, efeito de sentido entre interlocutores, construído no movimento em que se interligam o intradiscurso (discurso como estrutura) e o interdiscurso, ou seja, o “já-dito em outro lugar”. (PÊCHEUX, 1997).

Discurso é língua em curso, em movimento. Nessa esteira, interdiscurso “é o conjunto do dizível, histórica e linguisticamente definido. Pelo conceito de interdiscurso Pêcheux nos indica que sempre já há discurso, ou seja, que o enunciável, (o dizível) já está aí e é exterior ao sujeito enunciator”. O interdiscurso pode se caracterizar pela associação entre as palavras e o sentido que elas ativam na memória dos sujeitos. Para ilustrar, podemos citar um dos enunciados que analisamos neste trabalho “somos todos professores”, que emergiu alguns meses depois do atentado ao Jornal humorístico Charlie Hebdo, em Paris, e que gerou grande comoção nas redes sociais. Em solidariedade às vítimas, foi lançado à época, a *hashtag* #JeSuisCharlie “Somos todos Charlie”. Percebe-se, nesse caso, um interdiscurso, que gerou o enunciado na greve dos professores.

Há de se mencionar, também, o conceito de campo discursivo, uma vez que as pequenas frases – e seu processo de irrupção, produção e circulação – só podem

ser compreendidas a partir do interdiscurso, isto é, da interação de discursos, isso porque sua “identidade discursiva está construída na relação com o Outro” (MAINGUENEAU, 1997, p. 119).

No que tange à destacabilidade dos enunciados, Maingueneau (2007, p. 155) relata a noção de enunciação aforizante, ou seja, para o autor “há enunciados que estão à parte do contexto que lhe deu origem.” O regime enunciativo específico dos chamados ‘enunciados destacados, enunciados curtos, na forma oral ou escrita, são representados, em geral, por uma única frase, que são retirados de seu contexto original (MAINGUENEAU, 2007, p. 155).

Cabe aqui mencionar aspectos pertinentes à aforização, também conhecida por enunciação aforizante, que “confere um estatuto pragmático específico a um enunciado desprovido de contexto”. (MAINGUENEAU, 2011, p. 16). A enunciação aforizante “não entra na lógica do gênero de discurso, quer se trate de frases que são destacadas de todo texto ‘por natureza’ (provérbios, emblemas, slogans etc.) ou de frases que tenham sido destacadas de textos diversos” (MAINGUENEAU, 2011, p. 16).

A aforização difere da enunciação textualizante, porque independe de um texto, de um contexto e, por conseguinte, não requer um orador e um receptor, o enunciado produz sentido mais amplo. “Não há posições correlativas, mas uma instância que fala a uma espécie de ‘auditório universal’, que não se reduz a um destinatário localmente especificado” (MAINGUENEAU, 2010b, p. 13).

Dizer que a enunciação aforizante não entra na lógica do gênero de discurso, não é, portanto, dizer que ela é proferida “fora” de qualquer gênero. Isso quer apenas dizer que é preciso tomar consciência da pretensão ilocutória ligada à aforização, que é ser uma fala “ab-soluta”, sem contexto, convocada em um texto que, ele mesmo, não é “ab-soluto” (MAINGUENEAU, 2011, p. 16). A aforização, grosso modo, refere-se a uma frase sem texto, que pode ser primária (destacada por natureza), ou secundária (destacada de um texto).

Dentro dessa disposição, os *slogans* são recursos que oferecem a contundência da história e sua inegável presença como acontecimento destacado. Tal afirmação será reforçada nas análises dos *slogans* que fazem parte da greve dos professores, nos quais as repercussões ganham destaque na mídia, nas redes sociais e nos dizeres dos participantes da greve.

Esses slogans ganharão destaque nas análises e na percepção do seu funcionamento isolado dos outros textos e sua disseminação e uso diversificado nas redes sociais, em charges e outros objetos que reforçam a materialidade histórica do dizer.

Diante desse desafio, o analista de discurso não deveria ousar afirmar o que o sujeito quis dizer, mas sim, levanta hipóteses a partir das pistas fornecidas pelo seu dizer. Não só desvela acontecimentos, mas descortina, atribui um novo sentido, do dito e do não dito. Na construção e análise de determinado discurso, a noção de sentido, de condições de produção, de formação ideológica e do próprio contexto em que se insere esse discurso são aspectos igualmente importantes e complementares no processo de sua compreensão.

### 2.1.3 Política, Ideologia e Aparelhos Ideológicos

Podemos definir política por injunções que regem as relações do sujeito com a linguagem. Na subjetividade o sujeito se coloca. É a linguagem que constitui o sujeito. Se a Política pode ser considerada a somatória das injunções das relações deste sujeito, vale ressaltar que o momento político reflete, as contradições entre os efeitos políticos.

Para a análise do discurso francesa, a ideologia é um conceito central. O filósofo marxista Althusser desenvolve, então, uma teoria das ideologias, segundo a qual a ideologia representa uma relação imaginária dos indivíduos com sua existência, que se concretiza materialmente em aparelhos e práticas.

Na teoria marxista, ideologia representa o “conjunto de ideias presentes nos âmbitos teórico, cultural e institucional das sociedades, que se caracteriza por ignorar a sua origem materialista nas necessidades e interesses inerentes às relações econômicas de produção.” (COSTA, 2014, p.4) e termina por beneficiar as classes dominantes. A ideologia aparece ligada ao inconsciente pelo viés da interpretação dos indivíduos em Sujeito. Assim, cada formação ideológica constitui um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem individuais, nem universais, mas que se relacionam.

Neste sentido, é possível considerar que nossas decisões são tomadas a partir de nossa posição na sociedade, ou seja, não são autônomas/individuais. Não

somos um agente autônomo que deseja enunciar algo. Estamos presos às relações de classe e a aparelhos ideológicos. Podemos definir aparelhos ideológicos, ancorando-nos aos postulados de Althusser (1985) que os define como agentes que têm por função reproduzir e justificar o modo de produção vigente e que disseminam a ideologia dominante na sociedade capitalista. Como exemplos de aparelhos ideológicos podemos citar a igreja (com todos os seus dogmas), a escola, e o Estado. Para o Marxismo, a ideologia dominante dissemina-se por meio de aparelhos específicos, que incluem o sistema educacional, a família nuclear e os meios de comunicação. Para Althusser (1985), os aparelhos ideológicos de Estado moldam os sujeitos individuais, interpelando-os constantemente.

Os aparelhos ideológicos nos ensinam a sermos “domesticados”. Trabalham incessantemente reproduzindo ideologias. Reproduzir a ideologia, de certa forma, garante a reprodução das condições de produção do capitalismo. No caso em tela, quando há uma greve, pode-se inferir que há uma parte dos professores que se recusam a reproduzir a ideologia do Estado e, por conseguinte, promovem assembleias, organizam paralisações, manifestações, o que ocasiona uma luta de classes, um confronto entre a organização dos professores e o poder do Estado (força de execução e de intervenção repressiva).

Althusser (1985) faz uma distinção entre Aparelhos de Estado (AE) e Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE). Nesse sentido, o Aparelho de Estado compreende o Governo, a Administração, o Exército, a Polícia, os Tribunais, as Prisões e estes, como funcionam pela força e repressão são intitulados por Althusser como Aparelho Repressivo de Estado. Cabe aqui ressaltar que está presente nessa força a violência, a exemplo do que houve no dia 29 de abril, data marcada como o massacre aos professores do ensino público que estavam em greve em 2015. Por outro lado, define os Aparelhos Ideológicos de Estado como certo número de realidades que se apresentam ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas como a escola, a igreja, a família, o jurídico, o sistema político e seus diferentes partidos, a organização sindical, a informação (representada pela imprensa, rádio, jornal, televisão).

**Imagem 3** - Sátira com os Aparelhos Ideológicos



Fonte: Imagens do Google.

O mesmo autor afirma que “o Aparelho repressivo de Estado funciona pela violência, enquanto os Aparelhos Ideológicos de Estado funcionam pela ideologia.” (ALTHUSSER, 1985, p. 46).

Pêcheux (1999) e Althusser (1985) defendem uma proposição estruturalista, ou seja, para eles as estruturas sociais é que determinam a ação humana. A escola, por exemplo, é uma estrutura, não é fruto de decisões individuais. E assim é a linguagem, estruturada, porque há relações sociais e classes que a determinam. Neste sentido, o papel da linguística, especialmente a análise de discurso, centra-se em compreender as enunciações dos discursos, como que estes são produzidos, quais são os sentidos desta produção.

Mais uma vez é o caminho do discurso que confere unidade para desvelar essa identidade. É pelo discurso e no discurso que a produção deixa seus vestígios ideológicos de sentido. Isso ilustra o nosso desafio de verificar o processo de sentido da greve dos professores em relação a sua situação histórica de greves do país. Essa relação é produzida numa dinâmica que será detalhada no próximo capítulo.

Essas questões ficam bem marcadas quando Pêcheux, em sua obra “O Discurso: estrutura ou acontecimento”, analisa a expressão de alegria “*on a gagné*” (ganhamos) que surgiu quando o partido socialista ganha a eleição na França (noite de 10 de maio de 1981), com o candidato François Mitterrand, depois de mais de 50 anos fora do poder. O autor analisa como se produz e qual o sentido desta expressão naquele momento na França. Contudo, a mesma expressão já havia sido empregada em jogos de futebol, quando o time francês saía vitorioso. Embora seja a

mesma frase, retratam dois acontecimentos diferentes, condições de produção distintas, sendo uma no âmbito político e outra no meio esportivo, o que se percebe entre elas é um deslizamento de sentidos.

Trabalhando um conteúdo político para este resultado ao mesmo tempo transparente e opaco, evidente e equívoco, ao “ganhamos” daquela noite somar-se-ão enunciados que minimizam ou “burocratizam” a dimensão do acontecimento (F. Mitterand é eleito presidente da República Francesa), assim como enunciados imbuídos (a coalização socialista-comunista se apodera da França), dentre outros. Em meio a este denso confronto discursivo, num jogo metafórico incessante (mas também parafrástico), é que o acontecimento daquela noite vai sendo sobredeterminado por redes de memória capazes de o absorver em suas séries (FONSECA, 2010, p. 146).

O exemplo anterior pode ser considerado uma aforização, como outras que serão analisadas como parte do nosso *corpus*, após a explicitação do processo metodológico, a exemplo do “Menos Bala, Mais Giz”, sendo que a palavra bala, em diferentes condições de produção pode produzir diferentes efeitos de sentido.

A seguir, apresentamos dois capítulos que relatam um pouco a história da colonização e a transformação das forças de trabalho, bem como a crescente precarização do labor, perpassando pelos governos que mais impactaram e, ao mesmo tempo, impulsionaram as lutas de classes que contribuíram para a consolidação dos sindicatos.

### 3 AS LUTAS DE CLASSES E A (R)EVOLUÇÃO DO TRABALHO

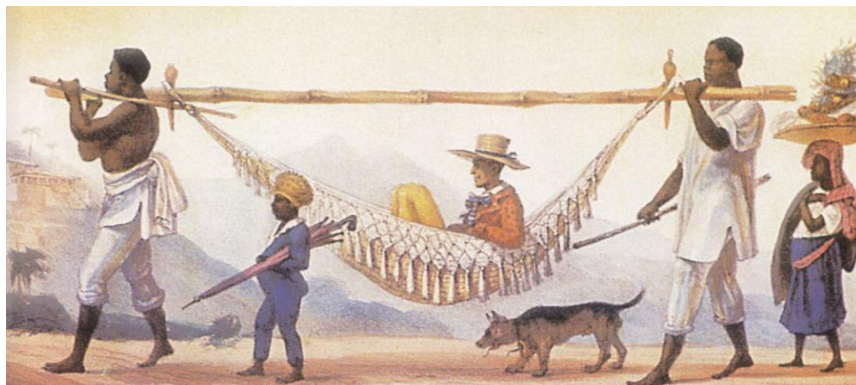
*“A revolução ensinou a arte de ocupar os espaços com mais densidade.” (Trotsky)*

A evolução do trabalho perpassa pela história do capitalismo e dos conflitos havidos entre as classes sociais. As principais mudanças na legislação trabalhista também se constituíram a partir de conflitos e dessas lutas de classe. Desde as relações servo-contratuais do Feudalismo até a escravidão, percebia-se essa dualidade de poderes e que impulsionaram, ao longo dos séculos, as grandes revoluções.

A história de todas as sociedades que existiram até nossos dias tem sido a história das lutas de classes. Homem livre e escravo, patrício, e plebeu, barão e servo, mestre de corporação e companheiro, numa palavra, **opressores e oprimidos, em constante oposição**, têm vivido numa guerra ininterrupta, ora franca, ora disfarçada; uma guerra que terminou sempre, ou por uma transformação revolucionária, da sociedade inteira, ou pela destruição das duas classes em luta (MARX; ENGELS, 1999, p. 7, grifo nosso).

Os embates de classe no Brasil já tiveram início em sua colonização com o trabalho escravo forçado pelo poder econômico dos senhores de engenho. Parte dos negros que foram arrancados de suas famílias para viverem em senzalas, sob o açoite dos capatazes e feitores, se rebelavam e se refugiavam nos quilombos, dando início à formação de uma nova classe, ainda que precária, mas independente, de trabalhadores.

**Imagem 10** - Trabalho escravo e as condições subalternas



**Fonte:** Disponível em: <<https://www.fatosdesconhecidos.com.br/os-5-piores-castigos-dados-aos-escravos-no-passado/>> Acesso em: 15 de jul. 2017.

Os escravos, mormente de etnia negra, advindos principalmente da África, eram humilhados e dominados por uma pequena parte da população (camada social), que se considerava “superior”, pelo poder político e econômico que detinham.

Não havia no período da escravidão uma relação entre empregados e empregadores, mas o conflito envolvia capital e trabalho, de modo que a organização dos oprimidos (escravos dos quilombos) e sua resistência diante dos novos opressores (bandeirantes), recrutados a mando do capital, representou manifestação da unidade de uma coletividade de iguais, que marcou seu lugar na história.

### 3.1 A COLONIZAÇÃO DO BRASIL E O INÍCIO DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO

A colonização do Brasil, ocorrida no século XVI, se propulsou com os escravos trazidos da África, em navios negreiros, em condições subumanas, uma vez que os portugueses, quando aqui chegaram, tentaram inserir os indígenas no trabalho pesado e manual das lavouras, porém, foram impedidos pelos jesuítas que os defendiam. Os escravos africanos eram livremente comercializados pelos senhores de engenho e submetidos a maus tratos e violência dos feudais.

Os maus tratos aos escravos e o sofrimento gerado pelo afastamento de suas famílias da terra de origem favorecia a fuga das senzalas, constituindo os Quilombos, sendo o maior deles o Palmares, criado em 1580. Era uma forma de trabalho livre. Sua economia era essencialmente agrícola e a produção era de forma comunitária.

Sem chefes, sem leis e valendo-se dos mais rudimentares recursos iniciaram plantações de canaviais, roças de milho e os artífices que vinha da cidade montaram tendas de ferreiro, de fabricação de cestos, de chapéus, abanos, potes e vasilhas e outros dedicaram-se à criação de galinhas, à caça e à pesca (AROUCA, 2003, p.25).

O Quilombo dos Palmares representava uma ameaça aos senhores de engenho. Em 1654, já ocupava uma área de 27.000 quilômetros quadrados, abrigando 20 mil quilombolas. Por conseguinte, Palmares foi atacado inúmeras vezes, por Bandeirantes, que eram surpreendidos por armadilhas desenvolvidas pelos próprios escravos e outras armas como lanças, facas, flechas. Ao longo dos

anos também armazenavam armas de fogo e pólvora, roubadas de fazendas vizinhas.

Palmares construiu uma sociedade igualitária desconhecida pelo sistema colonial imposto pela metrópole. Diante de sua estrutura singular constituía uma ameaça à produção dos engenhos. Assim, o Governo de Pernambuco, com apoio do rei, traçou o plano de guerra para destruir o Quilombo (AROUCA, 2003, p.25).

Em 1693, uma tropa de 9 mil homens, chefiada pelo Bandeirante Domingos Jorge Velho, promoveu uma chacina, aniquilando homens, mulheres e crianças, dentre estes o seu grande líder, o Zumbi dos Palmares, cuja cabeça foi decapitada e exposta espetada em uma lança de pau na praça principal de Porto Calvo, para servir de exemplo e para provar que o rei não era imortal. Sem o seu principal líder, o Quilombo foi se esvaindo até o seu completo fim, em 1710.

O sistema econômico arrastou a escravidão por aproximadamente trezentos anos, haja vista que esta era a única forma de manter o trabalho nas minas e lavouras da época. Poucos eram os que condenavam esse tipo de prática, porém, não tinham força política para derrubar esse sistema.

O movimento abolicionista só veio a surgir em meados do século XIX, tendo como um dos principais atores o historiador, jurista e diplomata Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo, que rompeu as barreiras de uma família escravocrata, em detrimento dos menos favorecidos.

Em 1850 inicia-se o processo de abolição da escravatura, com a proibição do tráfico de escravos para o Brasil, por meio da força política do ministro da Justiça da época, o jurista Eusébio de Queiróz Coutinho Matoso da Câmara, que pressionado pelas exigências impostas pelo governo da Grã-Bretanha que proibia o comércio de escravos entre África e América, criou a Lei Eusébio de Queiróz. Essa legislação garantia, inclusive, a fiscalização por parte da marinha britânica de impelir qualquer embarcação de escravos que se direcionavam às terras brasileiras.

Mesmo com a força da lei e com a fiscalização do governo britânico o tráfico de negros não cessou imediatamente, levou aproximadamente vinte anos para o seu fim, existindo nesse período o mercado ilegal e o tráfico interno de escravos.

Em setembro de 1871 é promulgada a Lei do Ventre Livre, assinada pela filha de Don Pedro I, a princesa Isabel, que estabeleceu que os filhos de escravos, a partir daquela data, já nasceriam livres, era a primeira parte da tríade que intendia

por fim ao movimento escravocrata brasileiro, sendo os outros dois a Lei dos sexagenários e, finalmente, Lei Áurea.

Joaquim Nabuco persiste com os seus ideais abolicionistas, defendendo a liberdade dos escravos com veemência na Câmara dos deputados, o que lhe custou a não reeleição em 1882. A partir daí, cria a Sociedade Antiescavidão Brasileira que desempenhou importante papel para a abolição da escravidão, em 1888.

Em 1885 ganha fulcro a Lei Saraiva Cotegipe, escrita por Conselheiro Saraiva, mas levada a cabo pelo poder político de Barão de Cotegipe, contudo, se tornou popular como a Lei dos Sexagenários, que decretava que estariam livres os escravos que completassem sessenta anos de idade.

Entretanto, para se tornar liberto, o escravo beneficiado por esta condição teria que pagar uma indenização ao seu senhor, por pelo menos mais três anos prestando-lhe serviços, ou até que completasse 65 anos. Apesar de terem menos valor comercial, estes escravos ainda representavam a força de trabalho dos senhores de engenho, e que, para mantê-los no labor, acabavam burlando os seus registros com idades falsas, menores só para que não chegassem ao teto do previsto pela Lei.

Até mesmo os escravos que conseguiam efetivamente a liberdade após os 60 anos, na maioria dos casos, estes não tinham para onde ir, o que os mantinha nos engenhos em troca de abrigo e comida, ainda que as condições fossem subumanas.

Em 13 de maio de 1888, finalmente, decreta-se pela princesa Isabel, a Lei Áurea, que põe fim à escravidão no Brasil, dando liberdade a todos os negros mantidos por este cruel regime. Tem-se a abolição da escravidão, entretanto, permanecemos presos a uma escravidão ideológica, que segundo os preceitos de Marx, só seria rompida por meio da educação e revolução do proletariado em busca do seu verdadeiro poder.

### 3.2 A SOCIALIZAÇÃO DO TRABALHO X PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO: A PRECARIZAÇÃO SEGUE CAMINHANDO

*A burguesia, em uma palavra, colocou no lugar da exploração ocultada por ilusões religiosas e políticas, a exploração aberta, desavergonhada, direta, seca.*  
(Manifesto Comunista, Marx; Engels, 1848)

Após o fim da escravatura, os agricultores, para manterem o sistema de produção, passaram a buscar trabalhadores, agora, assalariados, especialmente da Alemanha e Itália, período que gerou aumento significativo de imigrantes no Brasil. Em algumas regiões já se percebia, nesta época, a substituição dos antigos engenhos, dando início ao surgimento das indústrias. Saem os escravos e surgem os lavradores que, embora tivessem um salário, este estava longe de ser digno da condição humana.

Depois da abolição, os escravos que ainda tinham vigor para o trabalho, abandonavam as zonas rurais e invadiam os grandes centros, especialmente Rio de Janeiro, porém, sem escolaridade, continuavam sendo servís, alocados em atividades braçais, das construções civis e das fábricas.

Cinco anos após a abolição, mais precisamente em 1893, o governo, agora republicano (República Velha), apoia a criação de impostos (tributos) nos municípios, atribuindo taxas de todo o vendedor, dos feirantes e cobrava impostos também para pesar e vender os produtos. No entanto, Antônio Vicente Mendes Maciel (conhecido por Antônio Conselheiro), líder religioso, chegou ao Município baiano de Bom Conselho, com mais duzentos seguidores (fiéis) e mandou queimar todas as placas que explicitavam a cobrança dos tributos. Por estes e outros atos foi taxado por louco e fanático religioso.

Em sua peregrinação, acusava o poder republicano de “instituir uma nova forma de cativeiro do povo que assim iria trabalhar apenas para o governo” (AROUCA, 2003, p.25). Ainda assim, Antônio Conselheiro dominou o pequeno vilarejo do sertão da Bahia (Arraial de Canudos) e atraiu os escravos recém-libertos, indígenas e camponeses. Este mesmo vilarejo foi destruído pelo exército do governo republicano, em 1896, na chamada Guerra de Canudos.

Sob a égide de Floriano Peixoto, o governo inicia uma espécie de recenseamento, obrigando a todos os sujeitos a declarar a profissão, a cor, a religião

e o estado civil. Todos acreditavam que estas informações gerariam, em um futuro próximo, em mais um sistema de servidão do proletariado. O indivíduo que recém havia se libertado, agora continuava sendo escravo do latifundiário.

Em 1920 um novo recenseamento no Brasil foi realizado e apontou que havia muito mais estabelecimentos rurais (648 mil) contra 13.300 industriais. Fazendas de café de grande porte assumem feição capitalista, enquanto no Nordeste, a lavoura de açúcar emprega trabalhadores braçais, muitos deles ex-escravos, sem um mínimo de conhecimento. Os fazendeiros de café, substituíram os senhores de engenho, como classe mais rica e influente do país (AROUCA, 2003, p.28).

O processo de industrialização caminha a curtos passos, em função da pífia estrutura econômica e da mão de obra barata e desqualificada, constituída essencialmente por escravos recém-libertos.

As condições de trabalho nas indústrias eram inseguras. “O trabalho era árduo e sujo, jornadas extenuantes e salários insignificantes. A exploração do menor e da mulher constituía regra sem exceção.” (AROUCA, 2003, p.30).

Durante a Idade Média, as crianças laboravam no seio de corporações denominadas *guilden*, em conjunto com os adultos. A partir do século XIX, com a Revolução Industrial, iniciada com a máquina a vapor, além dos trabalhos nas minas de carvão, as crianças trabalhavam nos moinhos e fiações. Com o crescimento das fábricas de tecidos e desenvolvimento das manufaturas, as crianças também trabalhavam em casa, com o acabamento da produção das manufaturas (GRUNSPUN, 2000, p. 46, destaque do autor).

Os operários eram submetidos a duras jornadas de trabalho e serviços insalubres, inclusive as crianças. Mais um avanço da precarização do trabalho.

A burguesia industrial tinha como meta o lucro imediato e a mão de obra não significava nada mais do que um componente indispensável para seu atingimento. Por isso era altamente considerável o contingente de **menores, a partir de cinco anos**, e de mulheres empregadas nas indústrias, recebendo salários ainda mais baixos (AROUCA, 2003, p.30, grifo nosso).

Marx defendia a necessidade de uma revolução operária (proletária) socialista, em contraponto às revoluções burguesas. Entretanto, isso só começou a tomar corpo em 1917, com a Revolução Bolchevique, na Rússia (Revolução Vermelha), embora as críticas à burguesia já teriam sido duramente marcadas no

documento elaborado por Marx e Engels, em 1848, denominado Manifesto Comunista, que representa, até hoje, um dos maiores tratados políticos da história.

Onde quer a burguesia tenha chegado ao poder, ela destruiu todas as relações feudais, patriarcais, idílicas. Ela rompeu impiedosamente os variegados laços feudais que atavam o homem ao seu superior natural, não deixando nenhum outro laço entre os seres humanos senão o interesse nu e cru, senão o insensível "pagamento à vista". Ela afogou os arrepios sagrados do arrebo religioso, do entusiasmo cavalheiresco, da plangência do filisteísmo burguês, nas águas gélidas do cálculo egoísta. Ela **dissolveu a dignidade pessoal em valor de troca, e no lugar das inúmeras liberdades atestadas em documento ou valorosamente conquistadas, colocou uma única inescrupulosa liberdade de comércio**. A burguesia, em uma palavra, colocou no lugar da exploração ocultada por ilusões religiosas e políticas, a exploração aberta, desavergonhada, direta, seca (MARX; ENGELS, 1998, p. 161).

Contudo, os movimentos socialistas que ocorriam na Europa, juntamente com a 1ª internacional de Marx (1864) não repercutiram no Brasil naquele momento. As Internacionais representavam grandes reuniões públicas de operários.

A primeira delas, ocorrida em Londres, deu origem à Associação Internacional dos Trabalhadores, cujo comitê inaugural contou com a participação de Karl Marx, que ingressou, em princípio, apenas para redigir os documentos oriundos das reuniões, entretanto, tornou-se o grande líder, dirigente e autor dos principais textos que foram disseminados a partir destes encontros. Marx “conduz as massas operárias à ideia da necessidade de tomar o poder político, de fundar um Partido proletário independente e de assegurar a união fraterna entre os operários dos diferentes países.” (MOURRE, 1998, p. 694).

Este princípio norteador estava explícito inclusive no Hino da Internacional, veja este excerto: “todo o mundo da violência destruiremos, até os fundamentos e, depois, construiremos o nosso mundo novo: quem nada foi, tudo será” (STUTCHKA, p.45).

Em 1889 surge a Segunda Internacional, mais conhecida por “Internacional Operária e Socialista”, com a proposta de se constituir uma associação livre de partidos socialdemocratas e trabalhistas, integrada tanto por elementos revolucionários quanto reformistas. Contudo, os preceitos progressistas caíram por terra quando seus seguidores decidem apoiar os governos imperialistas na Primeira

Guerra Mundial. A Segunda Internacional se esvaiu em 1914, mas ressurgiu com caráter reformista, em 1923.

Em 1898, surge o POSDR – Partido Operário Social-Democrata Russo (traduzido do russo), liderado essencialmente por Martov e Lenin, que calcados nos preceitos de Marx e Engels (que a força revolucionária estava no proletariado), visavam aglutinar as diversas organizações revolucionárias em um único partido.

Entretanto, Lenin e Martov começaram a ter divergências políticas, haja vista que Lenin passou a almejar constituir um partido pequeno, constituído apenas por revolucionários profissionais. Em oposição vinha o pensamento de Martov, que idealizava a concepção de um grande partido, composto por ativistas de renome. Ambos defenderam suas posições no Segundo Congresso do POSDR. Assim, em 1903, o Partido Operário Social-Democrata Russo se dividiu em duas facções, quais sejam, Bolcheviques (liderados por Martov) e Mencheviques (liderados por Lenin). Receberam este nome pelo significado em russo de Bolcheviques (maioria) e Mencheviques (minoridade), fazendo menção à quantidade de votos que ambos grupos tiveram no referido congresso.

Os Mencheviques defendiam uma revolução paulatina, que se conquistaria primeiro pela democracia, passando pelo desenvolvimento do capitalismo (com o surgimento de suas contradições), para depois se implantar o socialismo. Já os Bolcheviques defendiam uma revolução rápida, uma guinada mais radical da política, defendendo que os trabalhadores só chegariam ao poder pela luta revolucionária, contemplando, inclusive, uma revolução socialista armada, se fosse preciso.

Os Bolcheviques chegaram ao poder em 1917 (durante a revolução Russa) e foram responsáveis, um ano mais tarde, pela criação do Partido Comunista da União Soviética. “Os comunistas eram aqueles que estavam claramente a favor da derrubada revolucionária da ordem existente e do estabelecimento de uma sociedade igualitária.” (MARX; ENGELS, 1998, p. 10).

É na Revolução Russa que também se originam os Sovietes (*soviets*), conselhos de operários, com estrutura piramidal, cuja base era composta por soviets de fábricas. O termo soviets foi empregado para nominar os trabalhadores que defendiam a autogestão, ou seja, o regime de trabalho sem patrões.

Níveis sucessivos estabeleciam-se a partir de então. Nas cidades *soviets* de distrito e de província. O conjunto era coroado pelo Congresso de *soviets* de operários, soldados e camponeses, órgão supremo e soberano, que elegia um Comitê Executivo que, por sua vez, designava um Conselho dos Comissários do Povo (CCP), o governo efetivo do País. (REIS FILHO, 1983, p. 32).

Nessa esteira de autogestão, surgem em 1920, os anarquistas, cujas ideias predominaram em um momento em que o proletariado tinha tradição de artesanal, individualista e organizativamente mais deficiente. O Anarquismo se constituiu por uma ideologia política totalmente contrária a qualquer tipo de hierarquia e de dominação de qualquer ordem, seja econômica, política ou social.

Seguindo com o relato das Internacionais, temos, em 1921, o advento da União Internacional dos Partidos Socialistas, ocorrida em Viena. Denominada por “Segunda e meia Internacional”, foi constituída por partidos que haviam saído, temporariamente da II Internacional, dentre eles, os mencheviques russos. Tinham como objetivos “contrabalançar a influência cada vez maior da Internacional Comunista entre as massas operárias, que se haviam afastado da desprestigiada II Internacional.” (MOURRE, 1998, p. 694).

As internacionais se sobrepunham, a exemplo da Terceira Internacional que ocorreu no período de 1919 a 1943. Esta edição foi denominada Internacional Comunista, por reunir os partidos deste segmento e que, de certa forma, deu continuidade aos trabalhos da Primeira Internacional, seguindo os preceitos idealizados por Karl Marx. Teve como fundador o revolucionário comunista Vladimir Ilyich Ulyanov (Lênin). A criação da Internacional Comunista representou a concepção de “um Estado Maior político-ideológico do movimento revolucionário do proletariado.” (MOURRE, 1998, p. 694).

A quarta internacional, organização comunista, só veio a surgir em 1938, na França, com o objetivo evidente de auxiliar os trabalhadores a alcançarem, efetivamente, o socialismo (igualdade de meios e oportunidades para todos). Idealizada por Trotski e seus seguidores, após serem expulsos da União Soviética. Estes consideravam que a Terceira Internacional não levaria os trabalhadores ao poder político. Este movimento influenciou vários outros que surgiram décadas mais tarde, a partir de conflitos sociais, a exemplo da Liga Comunista Revolucionária (1938), da Luta Operária (1939), além do Partido Comunista Internacional.

A Quarta Internacional passou por várias rupturas ao longo de sua existência. Foi perseguida pela polícia secreta soviética, rechaçada por países capitalistas, a exemplo dos Estados Unidos e França. Durante a Segunda guerra mundial isso se agravou ainda mais, dificultando o contato entre os seus membros. Inicia-se nesse momento um enfraquecimento do socialismo. As revoltas de grupos de trabalhadores que ocorreram à época, se davam sob influência de grupos soviéticos e maoístas (comunismo liderado por Mao Tse Tung – China).

A precarização do trabalho avançava, e os trabalhadores, desunidos e desorganizados coletivamente, enfraqueciam a classe operária. A organização sindical se fazia cada vez mais necessária. Alguns fatos políticos, ao longo da história, impulsionaram a criação das associações de classes e os primeiros sindicatos, conforme explicitamos no capítulo a seguir.

### 3.3 A FORÇA OPERÁRIA E A ORGANIZAÇÃO SINDICAL – PERCURSOS DA HISTÓRIA

A expansão do capitalismo e a exploração da classe operária em detrimento ao lucro, as jornadas abusivas de trabalho e sua precarização, a máquina em substituição do trabalho artesanal, impulsionaram a organização das associações de trabalhadores.

As primeiras organizações sindicais surgem na Inglaterra, em 1824, após muita pressão dos trabalhadores. Havia na época muitas paralizações nas fábricas em virtude das altas jornadas de trabalhos e condições subumanas de labor. Essas paralizações geravam um descontentamento por parte dos empregadores, pois afetavam a obtenção do lucro.

A força política dos operários, de forma organizada resultou na criação das uniões sindicais, denominadas *trade unions*, que passaram a garantir as primeiras reivindicações e direitos trabalhistas a estes trabalhadores, como pisos salariais e uma espécie de fundo de greve, chamados de Caixa de Resistência. “Surgem em um tempo em que se aguçam as oposições de classe em todo o mundo, em que o grande capitalista embolsa inauditos dividendos, enquanto a classe trabalhadora torna-se miserável.” (STUTCHKA, 2001, p. 71).

O vocábulo sindicato faz alusão à ideia de representação. “Etimologicamente tem origem na palavra *syndicat*, utilizada para a designação de pessoas que

estavam ligadas a uma corporação, sob a tutela de um *sindico (syndic)*” (SANTOS, 2003, p. 28).

O conceito e as atribuições do sindicato passaram por constantes transformações, e de certa forma, a ideia do *syndicat* foi superada por significados muito mais amplos, se as primeiras organizações contemplavam apenas questões salariais e de jornadas de trabalho, hoje a abrangência destas entidades é muito maior, a exemplo do que preceitua o jurista Antonio de Lemos Monteiro Fernandes:

Sindicato é uma associação com fins específicos predeterminados na lei: a defesa e promoção dos interesses socioeconômicos dos seus membros, não comportando apenas os interesses coletivos atinentes ao exercício da profissão, mas os de toda a condição social do trabalhador como cidadão, inclusive a ação sindical centrada em problemas sociais de caráter extraprofissional (FERNANDES, 1994, p. 67).

Santos (2003, p.30) ressalta que a palavra sindicato é empregada para denominar “associações profissionais e econômicas de primeiro grau, ao passo que os termos Federação e Confederação designam entidades sindicais de grau superior.” Nessa época, a economia brasileira era essencialmente rural, voltada mais fortemente para o cultivo da cana de açúcar, algodão e café. “Era o Brasil uma grande fazenda administrada em comum por um grupo de fazendeiros senhores das terras que se revezavam em poder” (AROUCA, 2003, p. 21).

Os imigrantes que aqui chegaram traziam consigo uma bagagem de luta que influenciava o proletariado brasileiro, especialmente no período industrial, em que jornadas de trabalho de 14 horas faziam parte do cotidiano destes trabalhadores. A força de trabalho era alavancada por homens, mulheres e também crianças, exploradas pelo capital e pela moeda do lucro.

Os salários eram indignos e, em alguns casos, eram rebaixados, ou até não pagos, como forma de punição, por algum erro, ou mau comportamento do sujeito. Tais atrocidades despertaram nos trabalhadores da época, um desejo de organização de uma classe que pensava em condições melhores de labor.

Marx sempre afirmou que o proletariado só teria força se estivesse unido. Em 23 de fevereiro de 1871 escreve uma carta a Bolte, em que descreve as relações entre a política e a economia, fazendo uma correlação entre o capital e as lutas dos proletariados, vejamos:

O movimento político da classe operária tem por finalidade, naturalmente, a conquista do poder político para si, e para isso é necessário, como é lógico, que “vá à frente uma organização da classe operária relativamente desenvolvida, que se formou das suas próprias lutas económicas (sic)”. (MARX, 1871, apud LOSOVSKI, 1974, p. 21). Começaram pelas Associações de Socorro Mútuo (criadas, voluntariamente, para prestar auxílio financeiro aos seus associados, quando passassem por algum corte salarial), para depois, surgir a União Operária que, com o surgimento das indústrias, passou a se organizar por ramos de atividades, o que seria o prelúdio de uma organização sindical.

As associações permitiram ampliar os domínios das práticas democráticas para diversas esferas da vida social, constituindo meios alternativos para dar voz aos desfavorecidos em função das condições desiguais e de distribuição de dinheiro e poder. Nessa senda, a associações tem revelado como um importante instrumento da sociedade, tornando efetivo o direito da igualdade e democracia. (LÜCHMANN, 2014, p. 160).

No Brasil, a primeira Associação de Socorro mútuo foi criada em 1878, intitulada *Società Italiana di Beneficenza*, por cujo nome já se pode perceber que era constituída pelos imigrantes italianos que firmaram bandeira no Brasil. As demais que surgiam ano a ano, em maioria, também tinham origem italiana, como se pode observar pelos apontamentos de Biondi (2012, p.75):

Società Italiana di Beneficenza (1878); SIMS Vittorio Emanuele II (1879); SIMS Militi Italiani (1886); Unione Meridionale Italiana (1887); Unione Veneta San Marco (1888); SIMS Leale Oberdan (1889); SIMS Lega Lombarda (1897); Società Democratica Toscana di Mutuo Soccorso “Galileo Galilei” (1898); Società Operaia di Mutua Assistenza (1899); SIMS Vittorio Emanuele III (1900); Operaia “Umberto I” (1900); SIMS Unione della Mooca (1902); Società Italiana di MS (1904); Società “Italia” di MS (1905); Società di Mútuo Soccorso del Cambucy (1922); Luigi Biondi Dossiê Società di MS Colonia di Polignano a Mare-Bari (1923); Operaia Fusaldese (1924); Unione della Mooca (1925); União Fraterna de Água Branca (1925) (BIONDI, 2012, p.75):

A criação destas associações no Brasil teve inspiração na Europa, pois começaram a surgir na Inglaterra e foram regulamentadas pela lei britânica, em 1875. Seguiam o modelo de mutualismo, denominados por *Friendly Societies*. Em 1899, nesse mesmo país, já figuravam mais de seis mil associações desta natureza.

Mesmo com o agrupamento dos indivíduos em classes, não se podia permitir que vivessem estanques do restante da sociedade, haja vista que “a classe não é apenas um relacionamento entre grupos, é também sua coexistência no interior de uma estrutura social, cultural e institucional estabelecida por aqueles que estão por cima” (HOBBSAWM, 1987, p.64).

Os resquícios da escravidão, ainda que após a sua abolição e a onda de imigrantes advinda da Europa, cujos trabalhadores se depararam com uma sociedade desprovida de direitos trabalhistas, expostos a condições subumanas de trabalho, motivou a criação dos sindicatos no Brasil. Esses imigrantes já detinham a metodologia de criação de associações de classes, e alguma noção de direitos da classe trabalhadora, favorecendo ainda mais a composição dos primeiros sindicatos. Cabe aqui salientar que as greves não surgiram no século XIX. A primeira ação coletiva de parar o trabalho ocorreu, segundo registra Castro (1986, p.10), em Tebas, no ano de 2100 a.C., “quando as pessoas estavam a serviço no templo de Mut negaram-se a continuar o trabalho”. O trabalho na época era pago em alimentação que, além de insuficiente, era muitas vezes irregular. “As mulheres daqueles trabalhadores é que convenceram seus companheiros a pedirem ao governador da cidade, Psanc, dois pães suplementares por dia de trabalho. Se os pães fossem negados, eles paralisariam o serviço.” (CASTRO, 1986, p. 10).

Outros eventos que se aproximam ao que conhecemos por greve ocorreram ao longo da história, porém, pouco registrados pela literatura, como a fuga dos hebreus do Egito, retratada em Êxodo (segundo livro da Bíblia). “Já na era Cristã – em 977, na Normandia, e em 1008, na Bretanha – há também notícias de tentativas de revolta dos trabalhadores, semelhantes às greves.” (CASTRO, 1986, p. 11).

Contudo, no século XVI é que se percebe mais expressivamente os movimentos de trabalhadores por aumento de salários, “denominada por *tríc* – em Lyon, no período de 1527 a 1539”. (CASTRO, 1986, p. 11).

O termo greve só surgiu em 1805, segundo Castro (1986) empregado para utilizar a paralização voluntária e coletiva dos trabalhadores. Enfatiza, ainda, que Proudhon e Marx utilizaram o vocábulo no final da primeira metade do século XIX.

A greve é a forma de luta instrumental e extrema dos trabalhadores. Consiste na cessação coletiva, combinada e voluntária do trabalho, por iniciativa dos trabalhadores, rompendo a relação funcional habitual entre patrão e empregado, com objetivo de terem atendidas reivindicações não satisfeitas (CASTRO, 1986, p. 13).

Contudo, a greve, ao longo da história, representa luta, resistência, um processo mais amplo e complexo. Voluntário, em certo aspecto, mas obrigatório em face ao desrespeito dos direitos dos trabalhadores, das péssimas condições de trabalho. Faz parte de um processo mais amplo de conflitos de interesses e de classes, entre o capital e o trabalho, no seio das sociedades capitalistas.

A greve não é o único mecanismo para dirimir conflitos entre patrões e empregados, ou para reivindicar melhores salários, mas se configura como o mais eficaz, uma vez que em boa parte, o cruzar dos braços dos trabalhadores representa perda de lucro, o que, definitivamente, não é bem-vindo pelo sistema capitalista. Há pequenas paralisações, de um ou dois dias que já conseguem lograr êxito em suas pautas de reivindicações. Entretanto, há outras que se arrastam por mais tempo, como a greve da Universidade Nacional Autônoma do México, ocorrida em 1999, que durou mais de um ano, sustentada pela resistência dos estudantes, que lutavam contra um novo plano de cobranças de mensalidades e contra as normas aprovadas pelo Conselho Universitário que eles consideravam antidemocráticas. Mormente, greves no âmbito das universidades, são mais longas, uma vez que, de certa forma, a educação pública não prejudica, grosso modo, os lucros, ao contrário, o Estado acaba economizando com energia elétrica, água, telefone e outros serviços.

As greves que causam maior impacto mercadológico, como a dos caminhoneiros e ferroviários, costumam levar poucos dias, algumas, até horas. Ao movimento grevista, em função de seus objetivos, podem se atribuir outros nomes, conforme demonstra o quadro a seguir:

**Quadro 1 – Tipologia de greve e suas diversidades e variações**

Tipologias	Conceitos e características	Exemplos
<b>Greve das horas extras</b>	Paralisação do trabalho, após o término da jornada normal do dia, como forma de protesto à jornada excessiva, extra jornada e que não é paga.	<b>Greve dos Enfermeiros</b> – que defendem a jornada de 35h semanais, prevista em lei, mas raramente é respeitada.
<b>Greve de desligamento</b>	Protesto em que os trabalhadores chegam ao trabalho mais tarde que o horário normal, ou saída antes do término da jornada.	<b>Greve das Operárias de Pawtucket</b> , em Rhode Island (EUA), em 1824, data em que 102 trabalhadoras deixaram seus teares depois que os proprietários anunciaram a redução de seus salários e o aumento de uma hora por dia na jornada.
<b>Greve de massa</b>	Greve generalizada, de caráter nacional e político, ou um conjunto de greves de diferentes tipos, coincidentes com um período revolucionário.	<b>Greve Geral de 1917</b> todo o setor têxtil e inúmeras outras categorias, paralisando em torno de 45 mil trabalhadores em todo o país.
<b>Greve de Protesto</b>	Paralisação curta do trabalho, geralmente por 24h. Neste período marca-se uma posição, independente da obtenção das reivindicações.	<b>Paralisação dos Estivadores do Porto de Santos</b> – em março de 2018, estes trabalhadores paralisaram o trabalho por 24h, para pressionar o sindicato acerca da data-base.
<b>Greve de Solidariedade</b>	Paralisação do trabalho por uma ou mais categorias de trabalhadores em apoio a outra que já estava em greve.	<b>Paralisação dos Petroleiros</b> em solidariedade à Greve dos caminhoneiros (maio de 2018)
<b>Greve Forçada</b>	Paralisação obrigatória do operário, por falta de trabalho.	<b>Paralisação das Montadoras de automóveis</b> (maio de 2018), em função da Greve dos Caminhoneiros, faltaram peças e insumos que forçou a paralisação das atividades.

Quadro 1 – Tipologia de greve e suas diversidades e variações (continuação)

Tipologias	Conceitos e características	Exemplos
<b>Greve Geral</b>	Paralisação de todos os trabalhadores de uma cidade, região, país, podendo até mesmo chegar ao nível nacional.	<b>Greve Geral dos Caminhoneiros (2018)</b> – protestavam contra os altos preços dos combustíveis e pedágios
<b>Greve Perolina / Greve de Braços caídos / Operação tartaruga</b>	Equivale à atual “operação tartaruga”, que consiste na diminuição do rito de trabalho.	<b>Protesto dos Auditores da Receita Federal</b> – em Foz do Iguaçu, em julho de 2016 - realizaram operação tartaruga para liberar as cargas dos portos secos, em protesto ao descumprimento do governo acerca do reajuste salarial.
<b>Greve selvagem</b>	Tipo de greve denominada pelos países anglo-saxões, que é realizada por iniciativa da categoria dos trabalhadores, contrariando a disciplina sindical.	<b>Greve dos trabalhadores da Construção Civil do Estado de São Paulo (maio 2018)</b> – paralisaram as obras, à revelia do Sintracon, que ainda tentava negociar reajuste salarial com o sindicato patronal.
<b>Greve branca ou de braços cruzados</b>	É aquela em que os empregados param de trabalhar, mas ficam em seus postos.	<b>Greve de petroleiros na Refinaria Duque de Caxias (Reduc), na Baixada Fluminense (maio 2018).</b>
<b>Greve de ocupação ou de habitação</b>	Ocupação da empresa para impedir o trabalho de outros trabalhadores (que se recusam a aderir ao movimento); a recusa de sair da empresa, mesmo após o expediente.	<b>Ocupação da Secretaria de Estado da Educação – SEED</b> , em janeiro de 2017 (pelos professores da rede pública), em protesto contra a resolução 113, que reduz a hora-atividade extra-classe.
<b>Greve de advertência / Paralisação</b>	Suspensão do trabalho por algumas horas, no intuito de alertar o empregador de que um movimento maior pode ser deflagrado.	<b>Sem direito, sem aula-</b> paralisação dos professores da rede particular de Educação Básica da cidade de São Paulo, com um dia de aulas públicas e uma assembleia para decidir sobre uma possível greve geral.
<b>Greve intermitente / greve pipoca / greve revezante</b>	A cada dia um setor da empresa paralisa.	<b>Greve dos Correios</b> , ocorrida em março de 2018. Paralisaram, primeiramente a entrega, depois a triagem, e o atendimento ao público.

**Quadro 1** – Tipologia de greve e suas diversidades e variações (continuação)

Tipologias	Conceitos e características	Exemplos
<b>Estado de Greve</b>	indicativo aprovado pelos trabalhadores, em assembleia, alertando aos governantes que, em qualquer momento, poderão deflagrar uma greve.	<b>Professores da rede estadual de ensino</b> (1.200) aprovam <b>Estado de Greve</b> , em 25/11/2017, prevendo uma greve para janeiro de 2018, caso o governo não pagasse as progressões de carreira devidas.
<b>Indicativo de Greve</b>	Uma sinalização que haverá greve (pelo menos com 48h de antecedência), caso a negociação com o governo ou entidade patronal não flua.	<b>Servidores da Secretaria de Meio Ambiente</b> (SEMA-PR), em 02/04/2013 aprovam <b>indicativo de greve</b> , para o dia 08/04/2013, reivindicando aumento da gratificação extra-salarial.
<b>Lock out / lockout</b>	O <i>lock out</i> é uma manifestação de força do empregador. Esta manifestação se dá pelo fechamento temporário de um ou mais postos de trabalho, pelo empregador. <sup>3</sup> No Brasil, esta prática é considerada ilegal, pela CLT.	<b>Lock out da Delphi Diesel Automotive Systems</b> , ocorrido em Barcelona, em fevereiro de 2016, em razão de uma crise financeira.

**Fonte:** a própria autora, com dados de CASTRO (1986) e Cartilha de Greve (2017).

O cenário político também contribui para os movimentos grevistas. A seguir retrataremos os principais fatos desta esfera que aportaram as principais greves do Brasil.

<sup>3</sup> O Direito de Greve e o lock out. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/30131-30584-1-PB.pdf>> Acesso em: 13 abr. 2017.



#### **4 OS FATOS POLÍTICOS E O ENRELAÇO COM OS PRINCIPAIS MOVIMENTOS GREVISTAS DO BRASIL**

O trabalho, de certa forma assistencialista das Associações de Socorro Mútuo, já não atendia mais aos anseios dos operários, que buscavam reivindicar melhores condições de trabalho. Assim, calcados nas pautas de jornada de 8h diárias de trabalho, aumento salarial e regulamentação do repouso semanal remunerado, surgem os primeiros sindicatos do Brasil, a começar pelo sindicato dos trabalhadores rurais, nos anos iniciais da década de 1900.

Em 1903, por meio do Decreto n. 979, os sindicatos são regulamentados no país, preconizando, inclusive a possibilidade de ter não só sindicatos de trabalhadores, mas também de empregadores.

Mesmo antes da legislação que regulamentava a criação dos sindicatos, já havia ocorrido um considerável protesto de trabalhadores, que já pautava a interrupção do trabalho por melhores condições de trabalho, isso em 1720 no Porto de Salvador.

Há muita divergência entre os autores acerca do registro da primeira greve do Brasil. Autores como Castro (1986) retratam ser a greve dos operários das oficinas da Casa das Armas, ocorrida em 1791, no Rio de Janeiro, que pararam de trabalhar por falta de pagamento dos seus salários.

Os estivadores, em 1853, organizaram uma paralisação, no Porto de Fortaleza, contra o transporte de escravos, o que poderia ter sido considerado uma das primeiras greves brasileiras. Contudo, Pedro Castro (1986); Alencastro (1992); Vitorino (1999); convergem os seus registros históricos e apontam como a primeira grande greve do Brasil, a dos tipógrafos do Rio de Janeiro, ocorrida em 1858-59, motivada por melhores condições de trabalho e por reajustes salariais.

A criação de sindicatos se alastrou por todo o Brasil com muita celeridade, surgindo a necessidade de encontros entre as associações de diversas categorias para trocarem informações, para preparação política e, especialmente, para se organizarem contra os desmandos do Governo. Assim, no Rio de Janeiro, período de 15 a 20 de abril de 1906, foi realizado o 1º Congresso Operário Brasileiro, contando com a participação de quarenta e três delegados, oriundos de vinte e oito sindicatos. Como principal resultado deste encontro podemos destacar a fundação da Confederação Operária Brasileira.

Com maioria de anarco-sindicalistas, o congresso votou a criação da Confederação Operária Brasileira (COB), optando pela luta direta de caráter econômico, contra a luta política levada pelos partidos, em especial a eleitoral. O assistencialismo, o mutualismo e o cooperativismo também foram negados. (AGUENA, 2006).

Neste mesmo congresso, sindicatos e federações operárias definiram alguns instrumentos que norteassem as ações da luta operária tendo em vista a pauta de reivindicações. Como principal instrumento, foi delimitada a greve, e manifestações públicas, sem prejuízos ao trabalhador. Para a disseminação das discussões e das ações dos sindicatos houve também nessa oportunidade a criação do jornal “A voz do Trabalhador”. Por fim, para fechar o congresso, foi deliberado que o dia 1º de maio seria marcado, anualmente, como dia de luta dos trabalhadores, uma vez que esta mesma data, com o mesmo cunho, já havia sido marcada em 1889, em Paris, na Segunda Internacional Socialista.

No primeiro Congresso Operário do Brasil participaram as duas tendências existentes na época: **1. Anarco-Sindicalismo**, negava a importância da luta política privilegiando a luta dentro da fábrica através da ação direta. Negava também a necessidade de um partido político para a classe operária. **2. Socialismo**. Reformista, tendência que propunha a transformação gradativa da sociedade capitalista, defendia a Organização Partidária dos Trabalhadores e participava das lutas parlamentares. A ação anarquista começa a se desenvolver entre 1906 e 1924. (STEFZA, 2018, p. 2, grifo nosso)

As represálias aos movimentos sindicais dos trabalhadores vieram nessa mesma esteira. Em 1907, em uma ação conjunta do governo, com a coerção da polícia e dos sindicatos patronais, foram expulsos do país cento e trinta e dois sindicalistas, o que acirrou os ânimos e gerou ainda mais greves por todo o Brasil.

Houve mais duas edições do Congresso Operário Brasileiro, uma em 1913 e a terceira em 1920, mesmo com os fortes ataques do governo à organização sindical.

Na contramão destes congressos encontrávamos os sindicatos amarelos<sup>4</sup> que se opunham às decisões deliberadas nestes eventos. Eram considerados de direita, ou revolucionários.

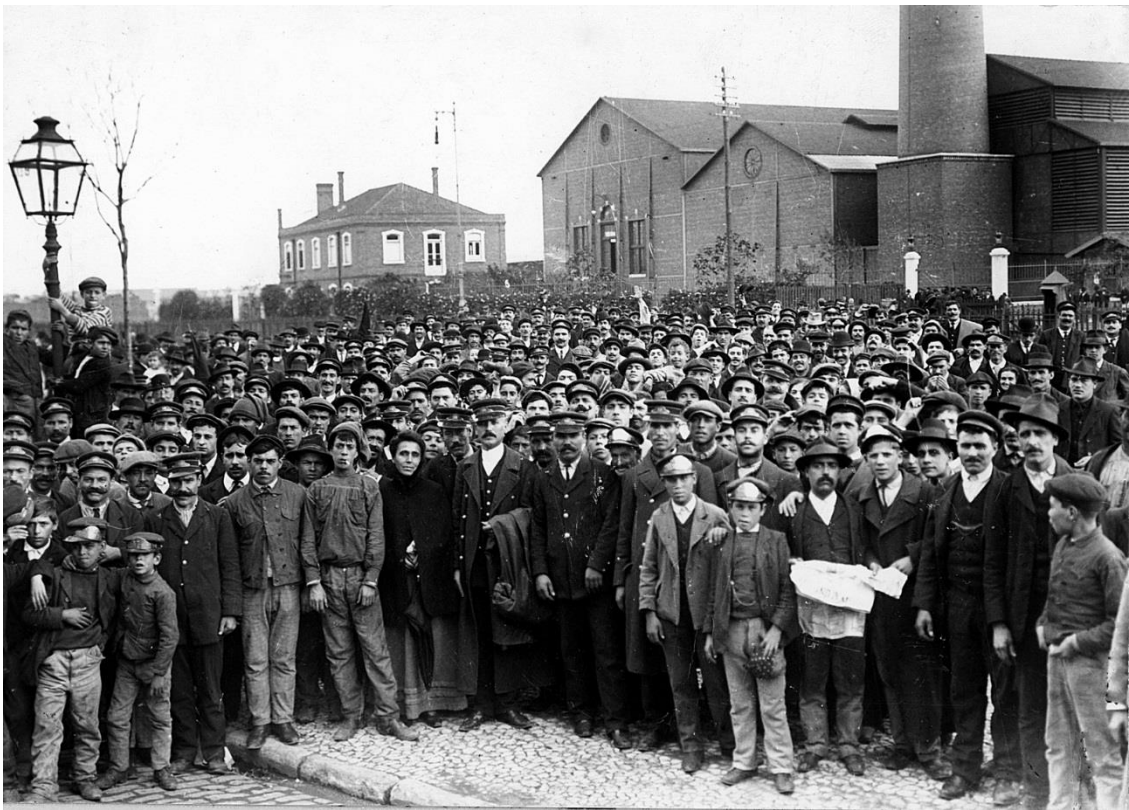
---

<sup>4</sup> Sindicatos constituídos no século XIX na França e na Alemanha. Normalmente formados ou financiados pelos patrões com o objetivo de, pela divisão os trabalhadores, defender seus próprios interesses e não os da classe trabalhadora. São contrários à greve e adotam posição conciliadora. A denominação de “amarelos” (ou Krumiros) decorre da fama de fura-greves que tinham os orientais no século XIX, na França. (MOURRE, 1998)

Em decorrência da 1ª Guerra Mundial, tem-se uma queda brusca de salário dos trabalhadores, crise econômica e índices altos de inflação, o que motivou o maior número de greves já registrado, nos anos de 1917 a 1920.

Neste período, destaca-se a Greve Geral de 1917, composta, inicialmente pelos trabalhadores das fábricas de tecido, com a paralização de mais de 2 mil operários, mas que cresceu e ganhou a adesão de todo o setor têxtil e inúmeras outras categorias paralisando em torno de 45 mil trabalhadores em todo o país.

**Imagem 4** - Foto dos trabalhadores parados na Greve Geral de 1917



**Fonte:** Disponível em: <<https://www.pstu.org.br/100-anos-da-greve-geral-de-1917/>>  
Acesso em 14 de dez. 2016.

Esta imagem comprova que havia muitas crianças trabalhando nas fábricas nessa época, com duras jornadas de trabalho e que não tinham acesso à escola. É o registro de centenas de trabalhadores em sua primeira grande demonstração de força.

Após cinco dias de greve, os trabalhadores conquistaram as suas reivindicações, porém, a duras penas, havendo confronto com o governo, com a polícia, navios de guerra acionados pelo Ministro da Marinha, dentre outras ações truculentas que gerou a morte de um operário, o Sr. Antonio Martinez, sapateiro e

um dos grandes líderes da União Operária, alvejado pela polícia enquanto discursava aos seus companheiros de luta, em frente à fábrica.

Com este episódio, é possível perceber que a violência contra os movimentos grevistas já atravessa séculos. A classe trabalhadora tem seus ideais esmagados por outra classe, a dos policiais, que nestas condições, representam um Aparelho (repressor) do Estado.

**Imagem 5** - Capa da primeira edição da revista Movimento Comunista



**Fonte:** Disponível em:

<<https://midiaIndependente.org/pt/red/2011/08/495246.shtml>>

**Imagem 6** - Capa da 1ª edição do Jornal Voz Operária



**Fonte:** Disponível em:

<<http://memorialdademocracia.com.br/card/a-agitacao-e-propaganda-do-pcb>>

Em 1922, o movimento operário na nação inicia outra fase, com a fundação do Partido Comunista Brasileiro – PCB, criado sob forte influência da Revolução Russa. A ideia central deste partido, à época, era promover no Brasil, uma revolução. Um canal impresso de difusão das ideias comunistas foi criado pelo partido nessa mesma época, a chamada revista “Movimento Comunista”. Três anos mais tarde, publica também o jornal “A Classe Operária”.

Em 1929, congregando todos os sindicatos de origem comunista, é realizado o Primeiro Congresso Sindical Nacional e, a partir daí, surge também a Central Geral

dos Trabalhadores – CGT. Segundo LIMA (2006), as organizações sindicais no Brasil podem ser divididas em três momentos, quais sejam:

a fase pré-corporativista<sup>5</sup> (até 1930), a fase corporativista (que se aperfeiçoa na Constituição de 1937 e se estende até mesmo no regime mais aberto da Constituição de 1946 e no regime militar na égide da Constituição de 1967 e Emenda Constitucional de 1969) e a fase pós-Constituição de 1988, em que, embora atenuados, os traços corporativistas ainda se mantêm firmes (LIMA, 2006, p. 10).

Os conflitos entre capital e trabalho se acirraram na década de 1930. Houve em Nova Iorque, em outubro de 1929, a quebra da Bolsa de Valores, que desencadeou uma crise mundial, e aqui no Brasil atingiu diretamente os produtores de café que lucravam com as exportações deste produto.

Nesse período, as indústrias se consolidaram e se fortaleceram, em parte, pelo próprio esforço da classe trabalhadora. Steinke (2018) salienta que o conflito entre capital e trabalho passou a ser tratado como uma questão política.

O Brasil passou a ser uma classe operária e ganhou maior importância. Por um lado, criou uma estrutura sindical corporativista, dependente e atrelada ao Estado, inspirada no Fascismo italiano; por outro, criou o Ministério do Trabalho, a Justiça do Trabalho e a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). A fundação dos sindicatos oficiais, a criação do imposto sindical e a política populista de Getúlio Vargas estimularam o surgimento dos pelegos. (STEINKE, 2018, p. 5)

A década de 1930 foi marcada por muitos fatos históricos que influenciaram e seguem influenciando os movimentos sindicais, as lutas de classe e, por conseguinte, os movimentos grevistas. O primeiro grande marco é a Revolução de 1930, impulsionada pela conturbada sucessão do presidente Washington Luís (República Velha), que culminou em um Golpe de Estado.

Competia a Washington Luís indicar um sucessor, dentre os presidentes dos Estados de São Paulo e Minas Gerais (governadores da época) que se revezavam, conforme ocorreu em todo o período da República Velha. A esse sistema deu-se o nome de “Política do Café-com-Leite”. Seguindo esta perspectiva, o correto seria

---

<sup>5</sup> A fase pré-corporativista se inicia em 1888 com o fim do trabalho escravo, mas as primeiras leis dispostas sobre sindicalismo somente surgiram no início do século XX, num momento em que prevaleciam ideias do liberalismo, contrárias à intervenção do Estado nas relações de trabalho. A Constituição de 1891, primeira Constituição Republicana, tinha espírito liberal e individualista. Embora nada tenha disposto sobre o sindicalismo, o §8º do seu artigo 72 dizia que: “a todos é lícito associarem-se e reunirem-se livremente e sem armas, não podendo intervir a polícia senão para manter a ordem pública”. (LIMA, 2006, p. 11).

indicar o mineiro Antonio Carlos Ribeiro de Andrada, mas não foi isso o que se efetivou. O presidente Washington indicou o seu companheiro do Partido Republicano Paulista, Júlio Prestes (que não era Presidente de nenhum Estado).

Assim, o bloco operário e camponês concorreu às eleições com Julio Prestes, candidato que representava a população burguesa e latifundiária do café. O Partido Republicano Mineiro, totalmente contrário à candidatura de Prestes e em defesa da manutenção da política do café com leite, apoiou o governador de Minas Gerais, Antônio Carlos de Andrada, entretanto, mesmo após realizar alianças com outros Estados, este último cedeu sua candidatura a Getúlio Vargas (gaúcho).

Paraíba, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, formaram, então, a Aliança Liberal (AL), com Getúlio Vargas, candidato a presidente e apontando João Pessoa para a vice-presidência. A indicação de Vargas se deu em função de sua trajetória profissional como advogado e os projetos que desenvolveu no cenário político, como a defesa pelo voto secreto, as reformas democráticas e sociais e a independência do judiciário. Essas questões ficam bem marcadas no cartaz de campanha de Vargas, como demonstra a **Imagem 17**, a seguir, enquanto Prestes defendia o desenvolvimento e o progresso de São Paulo.

**Imagem 7** - Cartaz de campanha de Júlio Prestes.



Fonte: disponível em: wikipedia. Eleições no Brasil de 1930

**Imagem 8** - Cartaz de campanha de Getúlio Vargas.



Fonte: disponível em: wikipedia. Eleições no Brasil de 1930

Em meados de 1929, com o avanço dos candidatos da Aliança Liberal, já se percebia uma possível Revolução. O que acirrava os ânimos e inflamava os discursos nas grandes tribunas, a exemplo do que foi proferido pelo senador (da época) Cândido Mota, em 24 de setembro de 1929, em sessão do Senado do Congresso Legislativo do Estado de São Paulo.

A guerra anunciada pela chamada Aliança Liberal não é contra o Sr. Júlio Prestes, é contra nosso Estado de São Paulo, e isso não é de hoje. A imperecível inveja contra o nosso deslumbrante progresso que deveria ser motivo de orgulho para todo o Brasil. Em vez de nos agradecerem e apertarem em fraternos amplexos, nos cobrem de injúrias e nos ameaçam com ponta de lanças e patas de cavalo!

Prestes é eleito em 21 de maio de 1930, mas a posse só se daria em setembro do mesmo ano, como regiam as leis da época. Entretanto, foi impedido de ser empossado por um movimento militar (Exército e Marinha) que queria moralizar a política do país, uma vez que era comum haver fraudes nas eleições.

#### 4.1 A ERA VARGAS E OS AVANÇOS DA INDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL

Em 1930 Getúlio Vargas assume o poder. Cabe ressaltar que o seu vice, João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, não teve oportunidade de governar, pois havia sido assassinado em julho daquele ano, morte que impulsionou a revolta dos militares e favoreceu a Revolução, uma vez que alegavam que o crime teria sido motivado pelos opositores.

Vargas ficou na presidência do Brasil inicialmente por 15 anos (1930-1945), mas é eleito novamente - por eleições democráticas - presidente em 1951 até agosto de 1954, quando se suicida com um tiro no peito. Como teve apoio dos militares, o seu governo sofreu forte influência dos tenentes. Seus primeiros anos no poder foram marcados pelo populismo, mas em meados de 1937, inicia-se uma fase ditatorial.

A Revolução de 1930 dá início à consolidação de um Estado Nacional forte, com apoio da sociedade. Entretanto, Vargas vincula a estrutura sindical ao Estado, por meio do Ministério do Trabalho e sob a égide de uma política de conciliação entre o capital e o trabalho, ação que acabou maculando as bases políticas e sociais que os sindicatos vinham construindo nas décadas anteriores. Nesse cenário, se

configuraram alguns sindicatos pelegos<sup>6</sup>, denominados dessa maneira, em função de amenizarem os conflitos entre os patrões e a classe trabalhadora. Lindolfo Collor, o então Ministro do Trabalho, promulga a Lei Sindical de 1931, sendo este documento o primeiro desenho do sindicalismo oficial do Brasil.

Ainda assim, sob o controle do Estado, outros sindicatos, mais combativos, resistiram e seguiam na luta por melhores condições de trabalho e consagraram os primeiros direitos trabalhistas brasileiros. A Lei de Férias foi uma importante conquista, e na sequência a jornada de oito horas, reivindicação antiga da classe operária, mais tarde o direito do descanso semanal remunerado e a regulamentação do trabalho do menor.

Em 1932 ocorre uma Revolução Constitucionalista (guerra paulista), último confronto armado ocorrido no Brasil, com duração de 87 dias (9 de julho a 4 de outubro), que foi ocasionada pela elite paulistana, especialmente grandes fazendeiros, inconformados com a Revolução de 1930 e insatisfeitos com o Governo Vargas. Houve vários confrontos com a intervenção da polícia e em um deles a morte de quatro estudantes, que foram as mais emblemáticas deste movimento e que os transformaram em mártires. **Martins, Miragaia, Dráusio e Camargo**, foram homenageados com a sigla M.M.D.C, e mais tarde esse mesmo acróstico passou a designar a organização clandestina que conspirava contra Vargas.

O aparecimento do fenômeno de uma nova constituição está ligado não tanto às vicissitudes do Estado, mas à sucessão de regimes políticos; porque está ligado à idéia (sic) de transformação da soberania, não de formação (ou de transformação) do Estado. E os regimes políticos se sucedem por meio de um ato revolucionário que encobre também o conceito de Golpe de Estado (as distinções entre golpe de Estado e revolução seriam, para esse fim, secundárias, ou por uma passagem sem ruptura, uma transição constitucional (BARROSO, 1999, p. 86).

Barroso (1999) nos relata que, mesmo ficando esses quatro óbitos na história, é possível apontar, com base em dados oficiais que foram mortos 934 pessoas nestes dias. A Revolução Constitucionalista tinha como mote a

---

<sup>6</sup> Pelego – substantivo masculino [Brasil] - pele de carneiro a que se deixa ainda aderente a lã. (Serve para tapete, ornamentação etc.); [Popular] e Pej. **Denominação dada a membros de sindicatos que agiam sob inspiração do Ministério do Trabalho ou de políticos ditos trabalhistas. [Figurado] Pessoa servil, dominada por outra; capacho.** (Fonte: Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/pelego/>> Acesso em: 12 dez. 2017, grifo nosso)

promulgação de uma nova Constituição e, sobretudo, a convocação de eleições para a presidência do Brasil.

**Imagem 9** - Cartaz convocando os paulistas às armas.



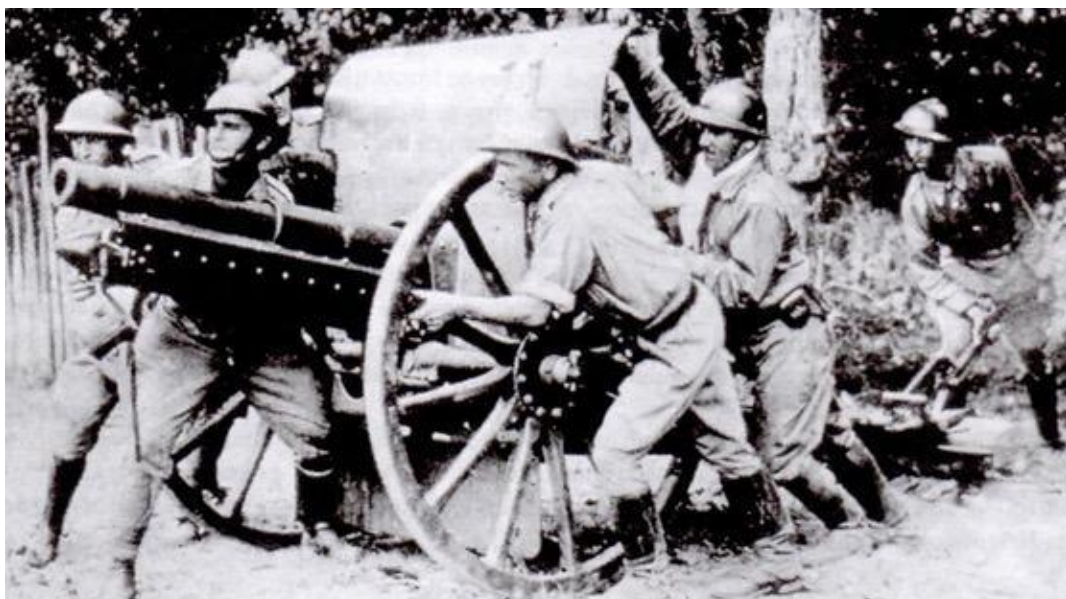
**Fonte:** Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Revolu%C3%A7%C3%A3o\\_Constitucionalista\\_de\\_1932](https://pt.wikipedia.org/wiki/Revolu%C3%A7%C3%A3o_Constitucionalista_de_1932) Acesso em: 13 fev. 2018.

**Imagem 10** - Cartaz do M.M.D.C convocando os paulistas às armas.



**Fonte:** Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Revolu%C3%A7%C3%A3o\\_Constitucionalista\\_de\\_1932](https://pt.wikipedia.org/wiki/Revolu%C3%A7%C3%A3o_Constitucionalista_de_1932) Acesso em: 13 fev. 2018.

**Imagem 11** - Soldados do Governo Vargas – Revolução Constitucionalista de 1932



**Fonte:** [www.historia-do-brasil/revolucao-constitucionalista-de-1932](http://www.historia-do-brasil/revolucao-constitucionalista-de-1932)

Após o fim da Revolução de 1932, avançava o governo Vargas, mas cresciam também as mobilizações das classes trabalhadoras. Nessa toada, nasce em 1934 a Aliança Nacional Libertadora, dirigida pelo Partido Comunista Brasileiro e liderada por Prestes e alguns militares que estavam descontentes com a atuação de Getúlio Vargas. Objetivavam acabar com o fascismo no país.

Para frear as mobilizações o Governo decreta, em 1934, a Lei de Segurança Nacional, que proibia o direito de greve, ao mesmo tempo em que tornava ilegal a Aliança Nacional Libertadora e estabelece a Comissão de Repressão ao Comunismo. Inconformados, os comunistas organizam a Federação Sindical Regional (em São Paulo e no Rio de Janeiro) e um ano mais tarde realizam a Convenção Nacional de Unidade dos Trabalhadores, e a partir daí, conseguem reestabelecer a Confederação Sindical Unitária que se configurava como uma central sindical dos trabalhadores brasileiros.

Neste mesmo ano é publicada a Constituição de 1934, fruto das mobilizações e reivindicações ocorridas na Revolução Constitucionalista de 1932. Nesta carta magna já se percebiam algumas nuances de constituição cidadã, uma vez que se estabeleciam direitos à educação, com a obrigatoriedade e gratuidade do ensino primário, além de direito à cultura, estabelecimento de legislação trabalhista e a garantia de participação popular na eleição de seus governantes. Outro destaque importante é que esta Constituição concedeu o direito ao voto às mulheres. Os votos passaram a ser secretos também nesta data.

Importante pontuar que antes deste documento constitucional o Brasil havia tido outros dois, sendo o primeiro publicado em 1824 (no Brasil Império) e que vigorou até 1891, quando foi promulgada a segunda Constituição no Brasil República, e esta de 1934 na segunda República que seguiu por apenas 3 anos, já que em 1937 Getúlio Vargas publica novo texto após ter ordenado o fechamento do Congresso Nacional, já com um viés mais ditatorial.

Calcada nos interesses de alguns grupos políticos mais autoritários, a Constituição de 1937 desvelou uma postura fascista e centralizadora do presidente Vargas. Estava instalado o Estado Novo, com o fim do Senado e da Câmara dos Deputados. Como o Governo sabia que surgiriam muitas críticas às suas ações, criou o Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP, em uma tentativa de impor censura à imprensa e, por conseguinte, controlar a publicitação de manifestações contrárias às suas determinações.

Foi um dos períodos mais conturbados da era Vargas. Perseguiu opositores políticos, especialmente aqueles que tinham alguma ligação com os partidos comunistas. Entregou a esposa de seu maior opositor, Luís Carlos Prestes, ao governo nazista, a senhora Olga Benário Prestes, morta no Campo de Extermínio de Bernburg.

A Constituição de 1937 traz a proibição das greves dos trabalhadores, decreta o exílio aos opositores do Governo e retoma a pena de morte para os crimes políticos, presente na primeira Constituição e revogada pela segunda carta magna. Por ter sido inspirada na legislação maior da Polônia, e por seu perfil fascista, foi apelidada de Constituição Polaca.

Mesmo com o regime ditatorial e com a censura da imprensa houve várias manifestações contrárias a este documento, além de uma nova tentativa de golpe. Assim, sua vida foi curta, apenas dois anos, haja vista que em 1939 outra Constituição foi promulgada, retomando alguns pontos democráticos e outros que favoreciam a classe trabalhadora, como o estabelecimento de salário mínimo, a carteira profissional, férias remuneradas e o advento da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, retomando o direito de greve.

Entre 1939 e 1945, o Governo Vargas, ainda sob a égide da ditadura, traz investimentos ao Brasil, cria a Companhia Siderúrgica Nacional, favorece a instalação da Vale do Rio Doce e também a Hidrelétrica do Vale do São Francisco, ambas garantindo trabalho a muitos operários. A classe trabalhadora quase dobra seu contingente, ao mesmo tempo em que sua força de trabalho é duramente explorada. Neste mesmo período cria o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, para gerar números que favoreciam o seu governo.

Em 1945, Getúlio Vargas é deposto, em decorrência de um golpe militar, que o obrigou a se exilar em São Borja, sua cidade de origem, embora este exílio tenha durado poucos meses, haja vista que no mesmo ano se candidatou ao Senado e foi vitorioso. Como a Constituição de 1937 tinha posto fim à Câmara dos Deputados e também, não previa o cargo de Vice-Presidente, não havia a possibilidade legal de substituição do Presidente. Para sanar este problema, a vacância foi coberta por José Linhares, presidente do Supremo Tribunal Eleitoral da época, que ficou no cargo pelo período de 30 de outubro de 1945 a 31 de janeiro de 1946.

Neste hiato presidencial, o movimento popular, coordenado pelo Partido Comunista Brasileiro, conquista a anistia ampla e irrestrita, libertando os presos

políticos, comunistas que estiveram presos durante todo o Estado Novo. Com poucos meses de legalização o PCB se tornou o maior partido comunista da América Latina, chegando a duzentos mil filiados. Esse avanço levou ao poder quatorze deputados e faz Luis Carlos Prestes, o senador mais votado da República.

Às pressas, em dezembro de 1945, ressurgiu a Assembleia Nacional Constituinte que convocava novas eleições presidenciais. Cai o poder e a ingerência do Ministério do trabalho junto aos sindicatos. Cria-se o Movimento Unificador dos Trabalhadores – MUT, com vistas a proporcionar mais liberdade sindical, retomar as lutas de classe e, especialmente, acabar com a censura da imprensa, colocando fim ao Departamento de Imprensa e Propaganda.

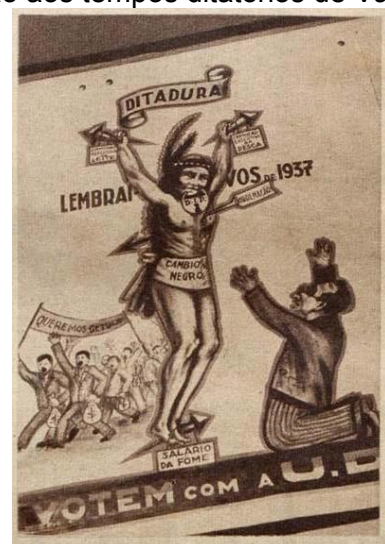
Candidataram-se o Brigadeiro Eduardo Gomes, pela União Democrática Nacional – UDN, obtendo 35% dos votos; o general Eurico Gaspar Dutra, apoiado pelo PSD – Partido Social Democrático e também pelo PTB – Partido Trabalhista Brasileiro, sendo este eleito com 55% dos votos. O PCB lançou o engenheiro e político Yedo Fiúza, porém, conquistou apenas 10% dos votos.

**Imagem 12** - Cartaz da UDN promovendo a candidatura de Eduardo Gomes



**Fonte:** Disponível em:  
<<http://memorialdademocracia.com.br/card/udn>  
> Acesso em 12 maio 2018.

**Imagem 13** - Cartaz da UDN fazendo a alusão aos tempos ditatórios de Vargas



**Fonte:** Disponível em:  
<<http://memorialdademocracia.com.br/card/udn>  
> Acesso em 12 maio 2018.

A campanha de Eduardo Gomes foi expressiva, com vários cartazes, todos relembando o período ditatório de 1937, cuja Constituição colocou fim aos direitos dos trabalhadores, à liberdade de imprensa, e à justiça, conforme demonstra a **Imagem 21**. O Cartaz da **Imagem 22** salienta o Golpe do Estado Novo, retratando

os queremistas<sup>7</sup> com sacos de dinheiro, o que tentava vincular a candidatura do oponente com os interesses dos ricos. Este mesmo cartaz remete à Constituição de 1937 e ao período dos baixos salários.

Mesmo com esses argumentos e com um discurso democrático, perde o candidato da UDN e sai vitorioso o candidato General Dutra, que foi Ministro de Guerra durante todo o Governo de Getúlio Vargas. Assim que foi eleito, Dutra decretou o fim do Movimento Unificador dos Trabalhadores – MUT e suspendeu as eleições sindicais.

Descontentes com a suspensão das eleições sindicais, os trabalhadores organizam o Congresso Sindical dos Trabalhadores do Brasil, reunindo 2.400 delegados no Rio de Janeiro, que representavam também as Federações dos Empregados do Comércio e a Federação dos Empregados no Comércio Hoteleiro. O maior ganho do evento foi o lançamento das diretrizes e bases para a criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio.

Já no primeiro ano de seu governo, Dutra promulga, no âmbito de um Congresso recém-eleito, a Constituição de 1946, a quinta carta magna do Brasil. De cunho mais democrático, buscava resgatar os direitos mais expressivos da Constituição de 1934, assim, reestabeleceu a estrutura independente dos poderes legislativo, executivo e judiciário e extinguiu a pena de morte por crimes políticos, pôs fim definitivamente à censura da imprensa e retomou o direito à greve. Instituiu, ainda, a eleição direta para Presidente da República, com mandato de cinco anos.

Em 1950, final do governo Dutra, iniciam-se as eleições para o cargo de Presidente, tendo como candidatos, Getúlio Vargas, por uma coligação entre o Partido Trabalhista Brasileiro - PTB e o Partido Social Progressista – PSP; Eduardo Gomes, novamente a opção da UDN – União Democrática Nacional; e Cristiano Machado, pelo PSD – Partido Social Democrático. A plataforma de campanha de Vargas trazia a ampliação dos direitos trabalhistas, tanto para os operários da cidade, quanto para os trabalhadores do campo, propunha também uma ampla reforma agrária.

Como Vargas, nos seus primeiros quinze anos no poder, tinha a imprensa em suas mãos, por meio da censura e só permitindo divulgar as benfeitorias

---

<sup>7</sup> Queremista foi um movimento político que denominava os indivíduos que queriam o retorno de Vargas ao poder, se utilizavam da frase “**Queremos** Getúlio” em 1945, ano em que foi deposto do poder. (grifo nosso)

promovidas em seu governo, este político tinha grande apelo junto à população, aliás, era considerado o candidato mais populista. Desde esta época já se identificava o poder de influência da mídia. Além disso, a Constituição de 1934 trouxe inúmeros benefícios aos trabalhadores, ainda que a de 1937 tenha acabado com muitos deles. Com o apoio popular, Vargas é eleito novamente em 3 de outubro de 1950, com 48,73% dos votos.

**Imagem 14** - Cartaz de Vargas Unidos pelo Povo 1950



**Fonte:** Disponível em:

<<http://m.memorialdademocracia.com.br/card/ptb-com-bandeiras-sociais-de-getulio>>.

Acesso em: 12 maio 2018

**Imagem 15** - Cartaz de Vargas para as eleições de 1950



**Fonte:** Disponível em:

<<http://m.memorialdademocracia.com.br/card/ptb-com-bandeiras-sociais-de-getulio>>.

Acesso em: 12 maio 2018

Os cartazes postos nas **imagens 23 e 24** explicitam o apelo “pelo povo” que Getúlio Vargas se utilizou para ganhar as eleições de 1950. O cartaz da **imagem 23** deixa clara a coligação, expressa pelos 3 elos unidos. A **Imagem 24** apresenta outra particularidade, com o candidato vestido de bombachas, típico traje gaúcho, reforçando a campanha no Estado do Rio Grande do Sul, onde o candidato nasceu.

Com a flexibilização de direitos trazidos pela Constituição de 1946 e com a ampliação dos direitos trabalhistas, conforme compromisso de campanha assumido por Vargas, cresce o número da classe trabalhadora que, em 1953, chegou a 1,5 milhão de indivíduos formalmente engajados nas indústrias. Contudo, essa trajetória foi acompanhada de mais de 500 paralisações.

Em 1953, houve em todo o Brasil 800 greves, tendo como a mais expressiva a Greve Geral dos Trabalhadores, ocorrida em São Paulo, reunindo operários das indústrias têxteis, metalúrgicos, marceneiros, vidraceiros e gráficos, fazendo cruzar

os braços cerca de 300 mil empregados e, por isso, ficou conhecida como a “Greve dos 300 mil”.

Importante salientar que o Partido Comunista Brasileiro, mesmo que de forma velada, teve importante participação nestes movimentos, no auxílio à organização e mobilização das reivindicações que extrapolavam a esfera econômica, pois lutavam pela retomada da liberdade sindical, e defendiam as riquezas nacionais, por meio de uma campanha de criação da Petrobrás, uma vez que Getúlio Vargas clamava que “O petróleo é nosso”, mas pouco avançava na defesa de nossos recursos naturais.

Após vinte e sete dias de paralização, a Greve dos 300 mil saiu vitoriosa, em partes, uma vez que o Tribunal Regional do Trabalho, após um acordo com a classe patronal, conseguiu um acordo que concedeu 32% de aumento salarial para toda a classe trabalhadora em greve. Entretanto, cerca de 400 grevistas perderam os seus empregos, boa parte sindicalistas, de modo que os patrões temiam a influência destes junto aos demais empregados, o pensamento da “laranja podre contaminar o restante das laranjas do saco”.

A greve dos 300 mil veio apontar aos trabalhadores e ao povo de todo o Brasil o caminho certo da luta decidida contra o atual governo de fome e terror e de traição nacional, revelou o poderio cada vez maior da classe operária em nosso país e seu insubstituível papel de dirigente de todas as classes e camadas sociais interessadas no progresso político, econômico e social de nossa pátria, mostrando a todos, com a prova concreta dos fatos, com a experiência direta das massas, que esse **caminho de luta unida, organizada e audaz é o único caminho que conduz à vitória** (REVISTA PROBLEMAS, 1953, p. 1, grifo nosso).

Três semanas após a vitória da Greve dos 300 mil, entram em greve 100 mil marítimos, no Brasil inteiro, paralisando o transporte naval e o comércio internacional. Cabe lembrar que a última greve marítima se deu em 1930 e propagou o exemplo de luta de classe, união e força em sua organização.

Tanto a greve de São Paulo quanto a dos marítimos, foram vitoriosas em suas principais reivindicações. Os operários mostraram a sua força, o seu grau consciência de classe, que indiscutivelmente se vai elevando e que permitiu dobrar as manobras e as violências do governo de Vargas e Garcez. Grevistas de S. Paulo e da marinha mercante lutaram com ardor com êxito pela libertação dos seus companheiros presos, **defenderam a liberdade de manifestação e a liberdade sindical**, mostraram com os atos a sua decisão de se dirigir por si mesmos. (REVISTA PROBLEMAS, 1953, p. 1, grifo nosso).

Fortalece-se, em concomitância, o movimento dos trabalhadores do campo, tanto que em 1954 é criada a União dos Trabalhadores Agrícolas do Brasil - ULTAB, e que impulsionou a criação de uma série de sindicatos rurais na época. Em 1955 criam a primeira Liga Camponesa. Todas estas instituições tinham como bandeira de luta a reforma agrária.

As grandes greves de São Paulo colocaram definitivamente a classe operária na sua justa posição de dirigente de todo o povo brasileiro em sua luta histórica pela paz, as liberdades e a independência nacional. Desta posição nenhuma força a poderá mais arrancar. A classe operária levará o povo à vitória da revolução democrática e anti-imperialista que há de pôr abaixo as atuais classes dominantes e substituir o seu poder reacionário, guerreiro e de traição nacional por um governo efetivamente popular e democrático, um governo de paz, de liberdade e bem-estar para o povo, um governo que confisque as empresas imperialistas e entregue a terra aos camponeses, que defenda a independência e a soberania do Brasil.<sup>8</sup>

Esta segunda fase do governo Vargas ficou marcada por sua mediação entre a dualidade de poderes existentes à época, tendo, de um lado, os empresários e militares brasileiros que defendiam o capital e a abertura da economia para o capital estrangeiro, além de medidas que pretendiam estancar os altos índices de inflação. Na contramão vinham os nacionalistas, com os trabalhadores, militantes da esquerda que lutavam contra a inserção do capital estrangeiro, na defesa de um projeto de desenvolvimento, com a participação integral do Estado na economia. Nesta esteira, Vargas cria em outubro de 1953 a Petrobrás, estatal responsável pelo refino de petróleo no Brasil.

Contudo, a onda de greves continua e, para estagnar a reação dos movimentos sindicais, Getúlio Vargas designa João Goulart para presidir o Ministério do Trabalho e este defendia o quantitativo de 100% de reajuste salarial. Essa ação foi rechaçada pela classe patronal e pelas elites brasileiras, o que acirrava as críticas dos opositores do Governo. Vargas foi acusado de corrupção política e de promover a “esquerdização” no Brasil.

As acusações de corrupção e a aliança das elites exigia a renúncia de Getúlio Vargas, ainda em 1954, restando poucos meses para o término de seu mandato. O presidente não suportou a pressão política e se suicidou, com um tiro no coração, no dia 24 de agosto do referido ano.

---

<sup>8</sup> Manifesto de 1º de maio de 1953, do Comitê Nacional do Partido Comunista do Brasil.

Sousa (2018, n.p.) relata que na carta-testamento escrita por Getúlio ele relata a sua derrota perante grupos nacionais e internacionais que desprezavam a sua luta pelo “povo e, principalmente, pelos humildes”.

Depois desta morte trágica, uma parcela da população passou a rechaçar os grupos políticos e a imprensa que eram contrários a Vargas e o transformou em um herói nacional. Graças a essa comoção é que o Governo não sofreu um novo golpe de Estado. Assim, assume a presidência o vice-presidente, João Café Filho, que em um período conturbado, administrou o país sob forte influência da UDN.

Em virtude de problemas de saúde, Café Filho precisou deixar o cargo e foi substituído por Carlos Luz, presidente da Câmara dos Deputados à época, mas logo foi destituído do cargo por Marechal Henrique Lott, Ministro da Guerra, em função de que considerava Luz uma ameaça ao processo eleitoral que ocorreria em poucos meses. Marechal Lott indica, então, Nereu Ramos que tinha em mente retornar o cargo a Café Filho, entretanto, Lott não permitiu.

Em 1955 são convocadas novas eleições, mesmo havendo um movimento contrário, alegando que o país havia passado por um período conturbado e trágico ao mesmo tempo, com a morte de Getúlio. Foram candidatos: Ademar de Barros, pelo Partido Social Progressista - PSP; Juarez Távora, pela União Democrática Nacional - UDN; e Juscelino Kubitschek, pelo Partido Social Democrático – PSD, sendo este último o eleito, com 35,68% dos votos, uma das disputas eleitorais mais apertadas do Brasil. Nesta época não havia segundo turno.

## 4.2 O CENÁRIO POLÍTICO APÓS GETÚLIO VARGAS E AS MAZELAS DA DITADURA MILITAR

Juscelino e Jango (João Goulart) se utilizaram da memória de Vargas, como apelo eleitoral, como mostra a **Imagem 25**, cujo cartaz de campanha traz a frase “Juntos pelos ideais de Getúlio Vargas”. Já Juarez Távora, apela com o *slogan* “A revolução pelo voto”, como mostra a **Imagem 26**, ou seja, que só mudaria a situação do Brasil votando neste candidato.

**Imagem 16** - Cartaz eleições 1955 – JK e Jango.



**Fonte:** Disponível em:  
<<http://guiadoscuriosos.uol.com.br/blog/2010/10/03/reliquias-de-eleicoes-passadas>>  
Acesso em: 15 mar. 2018

**Imagem 17** - Flâmula de Juarez Távora para as eleições de 1955



**Fonte:** Disponível em:  
<<http://guiadoscuriosos.uol.com.br/blog/2010/10/03/reliquias-de-eleicoes-passadas>>  
Acesso em: 15 mar. 2018

Logo nos primeiros dias de governo, Juscelino Kubitschek lançou o seu Plano (Programa) de Metas, uma espécie de projeto de desenvolvimento nacional, contendo 31 metas (objetivos), constando da última a construção de Brasília e a respectiva transferência da capital federal para esta nova cidade. Este plano levou o forte *slogan*, que se tornou a sua marca, qual seja “50 anos de progresso em 5 anos de governo”.

O Programa de Metas abrangia cinco setores da economia e que se dividiam em várias outras metas para cada um destes setores, quais sejam: energia, transportes, indústrias de base, alimentação e educação. Segundo SILVA (2017, p. 2) “esses três primeiros setores receberam 93% dos recursos, e educação e alimentação contaram apenas com 7% dos investimentos. O resultado mais significativo do Plano de Metas foi o crescimento em 100% na indústria de base nacional.” Já se percebe a desvalorização da educação no governo de J.K.

Para a construção de Brasília, o arquiteto Oscar Niemeyer realizou um concurso para escolher um plano piloto para Brasília. Na ocasião o projeto vencedor foi o de autoria do urbanista Lúcio Costa. Vale lembrar que a transferência da capital federal para o centro do Brasil já constava da Constituição de 1891, contudo, só no governo de Juscelino que isso se concretizou.

Em 1956 iniciam-se as obras da construção de Brasília, após gigantesca mobilização de mão de obra, recursos financeiros e matéria prima, para um local, até então, considerado desértico. Para gerenciar todo o complexo de construção foi criada a NOVACAP – Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, que em princípio seria extinta com o término das obras, entretanto, se consolidou e permanece até a atualidade, gerindo as principais obras de interesse do Distrito Federal.

A nova capital do Brasil foi construída em apenas quatro anos, sendo inaugurada, às pressas, por J.K, em 21 de abril de 1960, graças ao esforço de mais de 60 mil operários que vieram de vários estados brasileiros, mas, principalmente das regiões norte e nordeste e que passaram esse período em barracões, com precárias condições de vida e de trabalho. Os migrantes, candangos como ficaram conhecidos, trabalhavam em jornadas de 14h a 18h por dia. Como o pagamento se dava por hora trabalhada, muitos laboravam dia e noite, com poucos minutos de descanso. Mais uma vez se vê na história brasileira uma mancha pela exploração de operários.

Eu pegava empreitada de 200 horas e com dois dias eu dava ela pronta. Trabalhava dois dias e duas noites direto assim. Aí baixava eu, minha pá e minha picareta e não queria saber. Nosso lazer era esse: contar história do passado, das pessoas que a gente tinha deixado na terra da gente. Aqui não tinha lazer. Aqui tinha que ser igual porco: comer, trabalhar e dormir.<sup>9</sup>

---

<sup>9</sup> Depoimento de um candango na época da construção de Brasília. Fonte: Disponível em: <<http://memorialdademocracia.com.br/card/construcao-de-brasilia/5>> Acesso em: 31 maio 2018.

Faltava pouco para o trabalho ser considerado escravo. Há relatos, inclusive, de adoção de estratégias para manter os operários reclusos nos canteiros de obras, uma forma de mantê-los mais preparados para o trabalho no início da semana, a conhecida “contra farra, dor de barriga”.

No fim de semana, para segurar os operários no canteiro de obras do aeroporto comercial — hoje Aeroporto Juscelino Kubitschek — e impedir que saíssem para a farra nas cidades vizinhas — Luziânia, Anápolis ou Planaltina —, o engenheiro Schmitz, na sexta-feira, deixava de ferver os talheres usados no acampamento. Sem higiene, os restos de laticínios se convertiam — pela ação de uma bactéria — em ácido butanoico, que provoca dor de barriga. Com esse incômodo sintoma, muita gente pensava duas vezes antes de deixar o acampamento no fim de semana (MEMORIAL, 2018, p. 2).

A construção de Brasília gerou polêmica, desequilíbrio econômico no Brasil, aumento da inflação e vários protestos de trabalhadores que lutavam contra as precárias condições dos candangos que foram obrigados a apressarem as obras para cumprirem o cronograma, duplicando a jornada de trabalho, que já era abusiva, sofrendo ameaças, cortes de salários e cortes de água, além de trabalharem sem equipamentos de proteção específicos. Segundo Bezerra (2018), estima-se que mais de três mil operários tenham morrido nestes canteiros de obras.

A placa de inauguração das obras (**Imagem 27**) explicita a opinião contrária à construção, com a frase “A nova capital do Brasil, Brasília: alguns contra, muitos a favor, todos beneficiados!”. Pela Imagem também fica explícito, que no início da construção, os operários ainda tinham expressão de felicidade, uma vez que a obra possibilitava uma mudança de vida, uma forma de melhorar a renda e, por conseguinte, melhorar as condições dos entes familiares que nos seus estados de origem ficaram. Mas não foi exatamente isso que ocorreu.

**Imagem 18** - Placa que marca o início das obras de Brasília



**Fonte:** Disponível em: <<https://www.todamateria.com.br/a-construcao-de-brasilia/>>

O último ano da construção de Brasília foi ainda mais crítico e conturbado, haja vista que os recursos financeiros findaram e ainda havia muito a se fazer. Juscelino não conseguiu mais empréstimos junto ao Fundo Monetário Internacional – FMI, o que o levou a vender títulos da dívida pública, aumentando a inflação, e, por conseguinte, o custo de vida. Tentando frear os avanços dos índices inflacionários, o então Ministro da Fazenda, Lucas Lopes criou o Plano de Estabilização Econômica – PEM, por meio do qual foi possível injetar capital estrangeiro em nossa economia, fervilhando os ânimos dos opositores de esquerda.

Em 1961 termina a gestão de J.K. junto à presidência do Brasil, assumindo o cargo, após vencer a última eleição direta antes da ditadura, o populista Jânio Quadros, ancorado na coligação PTN-PDC-UDN-PR-PL<sup>10</sup>, e tendo como vice presidente João Goulart (PTB), eleitos em separado, não em forma de chapa conjunta, conforme previa a Constituição de 1946. Eram dois candidatos de posições políticas bem díspares, o primeiro claramente opositor às ideias de Getúlio Vargas e o segundo, defensor do legado de Vargas, constituíram, assim, um governo de coalizão, mas que não duraria muito tempo.

As eleições de 1960 contaram com um elemento novo, a propaganda eleitoral, via televisão. O único candidato a usar esse recurso foi justamente o vitorioso. Com inserção de 24 segundos, em que mostrava uma família tradicional

<sup>10</sup> PTN – Partido Trabalhista Nacional; PDC – Partido Democrata Cristão; UDN – União Democrática Nacional; PR – Partido Republicano; PL – Partido Libertador.

(pai, mãe e filho), à mesa, tomando café da manhã, quando, de repente o pai, reclama do aumento do preço do leite. O diálogo termina com o chefe da família dizendo: “É, o jeito é votar no Jânio” e logo após entra a voz do locutor com a frase “Jânio é a única esperança do Brasil”. Jânio ficou conhecido por candidato vassourinha, por seu lema apelativo de “varrer a corrupção do país”.

**Imagem 19** - Primeira Propaganda Eleitoral via TV – Jânio Quadros (1960)



**Fonte:** Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=GdPtBvMh4jQ>> Acesso em 31 maio 2018

Com esta propaganda é possível perceber a forte influência da mídia televisiva nos resultados das eleições presidenciais, mesmo que naquela época ainda fosse pequeno o número de casas com um aparelho de TV, mas, os poucos que tinham, eram de formadores de opinião, que disseminavam o que viam para os demais de seu círculo social e de trabalho. Além disso, as imagens retratam ainda, o quão forte já era, à época, o apelo da família tradicional, uma vez que Jânio Quadros se sustentava por meio de um discurso contra os comunistas e em defesa da família brasileira.

Contudo, Jânio Quadros ficou no poder apenas sete meses, renunciando em agosto de 1961, alegando fortes pressões políticas de opositores. “Foi em seu Governo, breve, mas meteórico, que se firmaram diretrizes tão avançadas que, muitos anos passados, voltamos a elas, sem possibilidade real de desconhecer as motivações que as inspiraram.” (SILVA, 1975, p. 63). O motivo da renúncia, não se sabe ao certo, mas o fato fez acentuar a crise no país.

Em seu lugar, deveria assumir o vice-presidente João Goulart, porém, foi impedido pelos ministros militares (grupo conservador), por setores das Forças Armadas e por uma comoção popular de parte da sociedade que não aceitava a renúncia de Quadros. Foi criada imediatamente uma Junta Provisória, composta por estes ministros, para governar o país, enquanto ocorria, paralelamente, a chamada Campanha da Legalidade, caracterizada por uma mobilização civil (de resistência), liderada por Leonel Brizola, que buscava garantir a posse de João Goulart (cunhado de Brizola), defendendo a manutenção da ordem jurídica e o preconizado pela Constituição vigente.

Os militares consideravam Jango um esquerdista e temiam que o político promovesse uma Revolução Comunista no país. O imbróglio se estende por quatorze tumultuados dias. Brizola, utilizando-se do apoio de mais de cem emissoras de rádio em todo o Brasil, conseguia mobilizar e convencer a população, entretanto, do lado contrário, seguiam refratários os ministros militares. Eis que em 2 de setembro de 1961, o Congresso Nacional aprova a Emenda Constitucional n. 4 que alterou o regime governamental do Brasil para Parlamentarismo, uma forma encontrada para diminuir a resistência à Jango, uma vez que com essa emenda, ele se limitaria a ser um chefe de Estado.

Cabe esclarecer que o Parlamentarismo, instituído por esta emenda, tinha caráter provisório, previsto para vigorar por quatro anos, ou seja, até 1965, final do mandato de Goulart, momento em que se realizaria um plebiscito nacional, por meio do qual a população teria o direito de escolher o regime de governo que regeria o país a partir de então.

Com esse novo regime o poder executivo era exercido pelo Presidente e pelo Conselho de Ministros. Assim, em 7 de setembro de 1961, João Goulart toma posse em meio a um cenário político bastante conturbado. Com o Parlamentarismo, o presidente passa a ser eleito pelo Congresso Nacional, por maioria absoluta, e não mais por eleições diretas, o que representaria um grande retrocesso à democracia brasileira, caso permanecesse após o plebiscito.

A crise econômica, política e financeira que assolou o país após a construção de Brasília, somando-se à renúncia de Jânio Quadros, impulsionou a realização do IV Congresso Sindical Nacional, em 1962, no qual foi criado o Comando Geral dos Trabalhadores – CGT, entidade intersindical que tinha em vista

orientar e coordenar os trabalhos sindicais da época, tornando-os mais combativos e menos servis.

O CGT, em nome dos trabalhadores brasileiros, entendia que, juntamente com os camponeses, estudantes, intelectuais, servidores do Estado e patriotas das Forças Armadas, formavam uma poderosa e invencível frente única em luta pela emancipação nacional (CASTRO, 1986, p. 49).

Contudo, o CGT não conseguiu ser reconhecido pelo Ministério do Trabalho e logo encerrou suas atividades.

A consulta pelo regime de governo que aconteceria somente em 1965 foi antecipada para 1963, em que a população optou pelo retorno do presidencialismo, com 82% dos votos, contra apenas 18% que defendiam a manutenção do parlamentarismo. Com esse resultado, Jango conseguiu retomar o seu pleno poder e terminar o seu governo com maior expressividade, porém, com forte resistência da direita, o que o levou a fortalecer alianças com grupos de esquerda, pois só assim conseguiria implementar as reformas de bases e minimizar as desigualdades sociais, sua principal bandeira de governo.

Dentre estas pautas estava a reforma agrária, o que gerou descontentamento por parte dos latifundiários, tanto que vários generais, dentre eles, Castelo Branco, articulavam medidas contra o governo de Jango, alegando que as medidas do presidente ameaçavam a segurança nacional. Em março de 1963, João Goulart instituiu o Estatuto do Trabalhador Rural, que garantia aos trabalhadores do campo, os mesmos direitos sindicais, trabalhistas e previdenciários dos que atuavam nos centros urbanos. O apoio que este governo dava aos camponeses propulsionou a criação da CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, em dezembro de 1963.

Em 13 de março de 1964, Jango realiza, na Praça da República (Central do Brasil, Rio de Janeiro), o que ficaria marcado como o maior comício da história do Brasil, reunindo aproximadamente 200 mil pessoas, marcando, assim, o início das reformas de base. Este fato histórico foi transmitido pelas emissoras de TV e rádio de todo o país, ampliando ainda mais o alcance das palavras proferidas.

**Imagem 20** - Apoiadores de Jango no Grande Comício da Central do Brasil



Fonte: Acervo do Arquivo Nacional / Correio da Manhã

**Imagem 28** - Jornal "Última Hora" retratando o Grande Comício da Central do Brasil



Fonte: Acervo do Arquivo Nacional / Correio da Manhã

Pode-se perceber pela **Imagem 29** que Jango contava com apoio de várias organizações sindicais, mas, sobretudo, das entidades de classe dos trabalhadores rurais e que apoiavam o presidente em seus projetos de reforma agrária, isso fica claro também por meio do discurso proferido naquela data. Percebe-se também o controle da polícia militar, comum em todas as manifestações de massa, além da presença de correntes partidárias, nesse caso específico, os que buscavam a legalidade do Partido Comunista.

Dirijo-me a todos os brasileiros, não apenas aos que conseguiram adquirir instrução nas escolas, mas também aos milhões de irmãos nossos que dão ao Brasil mais do que recebem, que pagam em sofrimento, em miséria, em privações, o direito de ser brasileiro e de trabalhar sol a sol para a grandeza deste país.

[...] Aqui estão os meus amigos trabalhadores, vencendo uma campanha de terror ideológico e sabotagem, cuidadosamente organizada para impedir ou perturbar a realização deste memorável encontro entre o povo e o seu presidente, na presença das mais significativas organizações operárias e lideranças populares deste país. Chegou-se a proclamar, até, que esta concentração seria um ato atentatório ao regime democrático, como se no Brasil a reação ainda fosse a dona da democracia, e a proprietária das praças e das ruas. Desgraçada a democracia se tiver que ser defendida por tais democratas.

Democracia para esses democratas não é o regime da liberdade de reunião para o povo: o que eles querem é uma democracia de povo emudecido, amordaçado nos seus anseios e sufocado nas suas reivindicações. A democracia que eles desejam impingir-nos é a democracia anti-povo, do anti-sindicato, da anti-reforma, ou seja, aquela que melhor atende aos interesses dos grupos a que eles servem ou representam.

A democracia que eles querem é a democracia para liquidar com a Petrobrás; é a democracia dos monopólios privados, nacionais e internacionais, é a democracia que luta contra os governos populares e que levou Getúlio Vargas ao supremo sacrifício.

Não há ameaça mais séria à democracia do que desconhecer os direitos do povo; não há ameaça mais séria à democracia do que tentar estrangular a voz do povo e de seus legítimos líderes, fazendo calar as suas mais sentidas reivindicações.[...]O nosso lema, trabalhadores do Brasil, é “progresso com justiça, e desenvolvimento com igualdade”. [...]Hoje, com o alto testemunho da Nação e com a solidariedade do povo, reunido na praça que só ao povo pertence, o governo, que é também o povo e que também só ao povo pertence, reafirma os seus propósitos inabaláveis de lutar com todas as suas forças pela reforma da sociedade brasileira. Não apenas pela reforma agrária, mas pela reforma tributária, pela reforma eleitoral ampla, pelo voto do analfabeto, pela elegibilidade de todos os brasileiros, pela pureza da vida democrática, pela emancipação econômica, pela justiça social e pelo progresso do Brasil<sup>11</sup>.

A resposta a esta grande manifestação chegou logo, seis dias depois (19/03/64), em São Paulo, ocorre a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, que reuniu cerca de 500 mil pessoas (conservadores e religiosos) que temiam a tomada do Brasil pelo Comunismo. Percebe-se nesta marcha a participação

---

<sup>11</sup> Excertos do Discurso de Jango, proferido no Grande Comício da Central do Brasil. Veja o discurso na íntegra disponível no endereço eletrônico: <http://www.ebc.com.br/cidadania/2014/03/discurso-de-jango-na-central-do-brasil-em-1964>.

expressiva de mulheres, como pode se perceber pela **Imagem 31**, o que não era muito comum para a época.

**Imagem 21** - “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”



**Fonte:** Disponível em: <<http://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/20963-marcha-da-familia-com-deus-pela-liberdade>> Acesso em: 31 de maio 2018

**Imagem 22** - Faixa abre alas da “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”



**Fonte:** Disponível em: <<http://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/20963-marcha-da-familia-com-deus-pela-liberdade>> Acesso em: 31 de maio 2018

**Imagem 23** - Cartaz contra o comunismo na “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”



**Fonte:** Disponível em: <<http://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/20963-marcha-da-familia-com-deus-pela-liberdade#foto-340266>> Acesso em: 31 de maio 2018

**Imagem 24** - Faixas utilizadas na “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”



**Fonte:** Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=cUD8MsaLkqw>> Acesso em: 31 de maio 2018.

As faixas trazidas pelos manifestantes faziam alusão à integridade da Constituição, à democracia e às reformas, mas, sobretudo, dizeres que combatiam o comunismo (**Imagem 34**). As **imagens 32 e 33** retratam que os manifestantes

conservadores usavam as cores pátrias para mostrar a sua posição contrária ao comunismo. É possível considerar que esses fatos, símbolos e discursos continuam significando até os dias atuais, haja vista que é possível perceber os mesmos simbolismos e cores nos movimentos “Fora Dilma” e “Fora PT”, inclusive o rechaçar da cor vermelha que em 1964 se referia aos partidos comunistas e hoje se refere ao Partido dos Trabalhadores. A faixa abre alas com a frase “O Brasil não será uma nova Cuba” (**Imagem 32**) também tem aparecido nas manifestações atuais, especialmente aquelas organizadas pelos partidos da direita. Observamos faixas com esses dizeres na época do pedido de *Impeachment* de Dilma Rousseff, em 2015, como demonstra a **Imagem 35**.

**Imagem 25** - Faixa em Manifestação na época do Impeachment da Dilma Rousseff (2015)



**Fonte:** Disponível em: <<https://br.pinterest.com/pin/357895501613803804/>> Acesso em 31 maio 2018

O grande comício da Central do Brasil fez insuflar a ira dos militares e grandes proprietários de terra, tanto que em 31 de março de 1964, três mil soldados foram conduzidos ao Rio de Janeiro, a mando do general Mourão Filho, para iniciar um plano que culminaria em um Golpe de Estado, dando início ao período mais sombrio do Brasil, o da ditadura. Essa ação teve apoio do então chefe do estado-maior do Ministério da Guerra o general Castello Branco, motivado por seu interesse em ser presidente e tomar o lugar de João Goulart. Essa noite ficou conhecida como “A longa noite do sindicalismo brasileiro”, uma vez que vários líderes sindicais foram perseguidos, espancados, e muitos obrigados ao exílio.

**Imagem 26** - Militares invadindo o Palácio Guanabara em 1 de abril de 1964



**Fonte:** Disponível em: <<https://www.publico.pt/2014/03/30/mundo/noticia/o-primeiro-dia-da-longa-noite-que-deixou-o-brasil-em-brasa-1630090>> Acesso em 31 de maio 2018.

Em decorrência a estes ataques, em 1º de abril de 1964, dá-se o golpe que implementou no Brasil o regime militar e promoveu a deposição de Jango. Imediatamente, tropas invadem também o Congresso Nacional. Com isso, João Goulart foi obrigado a se exilar no Uruguai, não mais regressando ao país. Nesse mesmo período, inúmeros representantes sindicais do âmbito rural foram presos, exilados, perseguidos e alguns, assassinados pelos militares. Em 11 de abril do mesmo ano, é eleito pelo Congresso Nacional (eleições indiretas) o Marechal Castello Branco.

O golpe civil militar de 1964 foi como uma mão de ferro em cima da classe operária brasileira, que vinha multiplicando suas lutas e fortalecendo suas organizações sindicais. O governo intervém nos sindicatos, arrocha o salário do trabalhador, proíbe o direito de greve, retira a estabilidade, impõe o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, intensifica o serviço de assistência social dos sindicatos, enfim, cria uma série de situações novas que o movimento operário tem que enfrentar (OPOSIÇÃO Sindical, 1982, p. 22).

O Golpe militar de 1964 representa a mais dura repressão política da história do Brasil, com ataques à classe trabalhadora, preconização de inúmeras leis que visavam a congelar salários e restringir direitos trabalhistas. Desse modo, não podemos atribuir a ditadura somente aos militares, haja vista que o conjunto de ações que se desencadearam neste período tinha apoio dos latifundiários, dos proprietários de indústrias e de parte da classe média. Havia apoio também por parte da população conservadora da igreja católica, que se declarava contra o comunismo.

O período militar foi marcado por uma série de Atos Institucionais – AI, começando pelo AI-1, no dia 9 de abril, decretado pelo supremo Comando Militar. Essa normativa colocava fim a uma série de benefícios trabalhistas, a exemplo do fim da estabilidade em cargos públicos. Por meio dos Atos Institucionais, o presidente teria o direito de cassar mandatos políticos, propor emendas à Carta Magna e declarar estado de sítio<sup>12</sup>

Com o discurso de impedir o avanço do comunismo no Brasil e acabar com a corrupção, Castello Branco desencadeou a denominada “Operação Limpeza” que culminou na prisão de inúmeros líderes sindicais e até líderes religiosos, além da cassação de vários outros políticos como Leonel Brizola, Jânio Quadros e J.K. Estava em seus planos também, ao menos em seus palanques, retomar a credibilidade internacional do país, claro que isso representava abrir as portas e a economia para os Estados Unidos.

---

<sup>12</sup> Estado de sítio é um estado de exceção, instaurado como uma **medida provisória de proteção do Estado**, quando este está sob uma determinada ameaça, como uma guerra ou uma calamidade pública. Esta situação de exceção tem algumas semelhanças com o estado de emergência, porque também implica a **suspensão do exercício dos direitos, liberdades e garantias**. Quando o estado de sítio está em vigor, o poder legislativo e judiciário passam para o poder executivo, como uma forma de proteger a ordem pública. Assim, o Estado fica com a capacidade de reduzir algumas liberdades dos seus cidadãos. Algumas das restrições podem ser: suspensão do direito de liberdade de reunião, alguns indivíduos podem ser obrigados a permanecer em um lugar determinado, bens podem ser requisitados, intervenção em empresas de serviço público. No entanto, o Governo não pode interferir no direito à vida, à integridade pessoal, à capacidade civil, à cidadania, à liberdade de religião, etc. (Disponível em: <https://www.significados.com.br/estado-de-sitio/> grifo nosso)

Os trabalhadores rurais que viveram o apogeu na era Jango, viviam agora as agruras do regime militar. Os trabalhadores das cidades viam os seus direitos “pisoteados” e não poderiam se articular ou se rebelar, especialmente após a promulgação da Lei 4.330 de 1º de junho de 1964, que acabava com o direito de greve.

Castello Branco segue firme com os decretos dos Atos Institucionais. O AI-2 institui a eleição indireta para Presidente do Brasil. Extingue inúmeros partidos políticos existentes até 1965, restando apenas dois, quais sejam: a Aliança Renovadora Nacional - ARENA e o Movimento Democrático Brasileiro – MDB. Em 1966, pelo AI-3, estabelece eleições indiretas também para os prefeitos das capitais e municípios considerados de segurança nacional, e para os Governadores.

Em 1966 termina a gestão de Castello Branco e novas eleições ocorrem, ainda de forma indireta e regida pelo militarismo. Vence o pleito o General Artur da Costa e Silva que imprime ao regime militar um caráter ainda mais duro. Planeja criar uma nova Constituição para dar garantias às suas ações futuras.

O AI-4 aprova o texto Constitucional de 1967, que legalizava o regime militar e, por conseguinte, a ditadura, aumentando o controle do Poder Executivo, cabendo a este, legislar em matéria de segurança e orçamento. Estabelece eleições indiretas para presidente. Desta maneira, Costa e Silva mantinha uma hierarquia constitucional centralizadora. Englobava ainda, todos os preceitos preconizados pelos Atos Institucionais anteriores. Acaba com o direito de greve. Destaque para a decretação da pena de morte para crimes de segurança nacional.

A inflação em 1967 não parava de crescer, de modo que Costa e Silva decide implementar um plano de recuperação econômica, que englobava incentivo ao turismo, tanto que criou o Instituto Brasileiro de Turismo – EMBRATUR. Ademais, aumentou os impostos, reduziu os créditos bancários e também estabeleceu uma política de arrocho salarial. Destaques para este período foram a criação do Instituto Nacional de Previdência Social – INPS; e o início das negociações com o Paraguai, para a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu.

Em 18 de julho de 1967, morre o ex-presidente Castello Branco, vítima de um acidente de avião, provocado por um avião da Força Aérea Brasileira, no Ceará. As causas não foram totalmente esclarecidas.

A ditadura, que perdurou por duas décadas, imprimiu um regime autoritário, alinhado com os elementos políticos norteadores dos Estados Unidos e que

provocou austeras mudanças econômicas, políticas e sociais no Brasil. As intervenções militares chegaram a mais de duas mil organizações sindicais. Volta a censura e cai a liberdade de imprensa. Dirigentes sindicais são torturados, comunistas são mortos, políticos de esquerda são perseguidos, fica totalmente proibida qualquer manifestação política contrária ao regime militar.

O arrocho salarial despertou os trabalhadores que foram silenciados pelos primeiros anos ditatoriais, tanto que foi criado o Movimento Intersindical Anti-arrocho – MIA, composto por sindicalistas combativos, mas também por “pelegos”, reunindo, assim, sujeitos de posições políticas diversas. Percebe-se um movimento nacional de luta contra o regime de ditadura e uma melhor organicidade sindical.

#### 4.3 OS EMBATES À DITADURA E O FORTALECIMENTO DA ORGANIZAÇÃO SINDICAL

O ano de 1968 é marcado por intensas manifestações estudantis, ocasionando algumas mortes, a exemplo do estudante de segundo grau Edson Luís de Lima Souto, em 28 de março de 1968, em uma passeata no Rio de Janeiro, ocasião em que protestavam contra a alta dos preços das refeições do Restaurante Calabouço (uma espécie de restaurante universitário da época). A polícia invadiu o local, com violência, e os estudantes revidaram atirando pedras e paus. Em princípio, a polícia recuou, deixando os estudantes no interior do espaço, mas voltaram em seguida e nova estratégia foi adotada, disparos de tiros do alto do edifício da Legião Brasileira de Assistência. Os estudantes se dispersaram, saindo correndo, mas o líder estudantil Edson Luís, de apenas 17 anos, foi alvejado no peito, a queima roupa pelo comandante da tropa da Polícia Militar, Aloísio Raposo.

**Imagem 27** - Estudantes velando o corpo do secundarista Edson Luís Lima Souto



**Fonte:** Disponível em: <<https://palavrastodaspalavras.wordpress.com/2008/04/29/1968-a-sexta-feira-sangrenta-por-manoel-de-andrade/>> Acesso em: 02 jun. 2018

Os estudantes temiam que os policiais sumissem com o corpo do jovem, de modo que os próprios colegas o carregaram em passeata até a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, onde o velaram, sem deixá-lo levar para o Instituto médico legal. Os legistas tiveram que fazer a autópsia neste local. O sepultamento ocorreu no dia seguinte, precedido por um cortejo acompanhado por uma multidão de cerca de 50 mil pessoas.

A missa de 7º dia aconteceu na igreja da Candelária, e movimentou mais uma vez, centenas de pessoas. Contudo, um contingente de dois mil soldados da polícia sitiou a igreja, montados a cavalo e esperavam os presentes do lado de fora, recém-saídos da missa, estes indivíduos foram covardemente atacados pelos policiais com golpes de sabre.

Dentro da igreja se comprimiam 600 pessoas amedrontadas, divididas entre as que confiavam no amparo divino, no bom senso da polícia ou magnetizadas por maus pressentimentos. Quando a missa chegava ao fim, os ruídos dos cascos dos cavalos e o ronco de um avião se ouviam entre as altas naves do templo, como se ouvia também um surdo murmúrio prenunciando o angustiante calvário da saída. [...] A saída, calmamente iniciada, foi subitamente cercada pela Cavalaria, numa sinistra e calculada operação de encurralamento ante as portas já fechadas da Igreja. Foi uma pancadaria ou um massacre, segundo os jornais da época (ANDRADE, 2008, p.2).

Alguns enunciados se depreenderam deste triste episódio, são eles: “Mataram um estudante. E se fosse seu filho?”; “Os velhos no poder, os jovens no caixão”; “Abaixo a Ditadura. O povo no poder”; “Bala mata fome?”, sendo este último nos remete também ao 29 de abril de 2015, ano em que foi criado o slogan “menos bala, mais giz”, o que demonstra que a história segue ressignificando, cinquenta anos mais tarde. Isso ficará mais evidente no capítulo de análise do *corpus*.

Em abril de 1968 o Estado de Minas Gerais desencadeia uma série de greves e paralisações operárias do parque industrial, motivadas pelos cortes salariais e pelas inúmeras demissões que haviam ocorrido naquele período. Houve a Greve de Contagem, Greve em Ibirité, greve nas metalúrgicas, nas siderúrgicas, dentre outras que pararam, por 10 dias, cerca de 1.200 trabalhadores em todo o Estado.

Em maio, na França, as manifestações também fervilhavam, vários alunos ocupavam as principais universidades do país para protestarem contra as políticas governamentais da época. A união estudantil mobilizava o país, tanto que a categoria de professores também entrou em greve, ou seja, discentes e docentes lutando, lado a lado, por melhorias na educação. Essa mobilização teve um desfecho não muito satisfatório, em 3 de maio, com a entrada da polícia na Universidade da Sorbonne, em Paris. Nessa ocasião, cerca de quinhentos estudantes foram presos. A data ficou conhecida como “sexta-feira vermelha”.

No Brasil, em 1º de maio de 1968, ocorre a primeira resistência operária à ditadura, que ficou conhecida como “o 1º de maio de 68”, data em que aproximadamente 15 mil trabalhadores ocuparam a antiga Praça da Sé. Foi convidado para a ocasião o então governador Abreu Sodré que subiu ao palanque para defender a ditadura, o que promoveu reações contrárias, acirrando os ânimos, tanto que alguns manifestantes jogaram pedras, pedaços de pau e atearam fogo ao palanque.

“Estes movimentos a partir das fábricas trazem uma nova proposta de ação operária e servirão como referência aos trabalhos que a Oposição Metalúrgica desenvolverá nos anos seguintes.” (OPOSIÇÃO Sindical, 1982, p. 12).

Os manifestantes saíram pelas ruas protestando contra o arrocho salarial e contra o regime ditatorial. A maioria era representada por jovens que não temiam a força da repressão militar.

**Imagem 28** - Manifestação de estudantes, no 1º de maio de 1968



**Fonte:** Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/revistas/140/o-1o-de-maio-de-1968-na-se-terminou-sob-pedras>> Acesso: 31 maio 2018.

De maio a julho o Brasil vivenciou um período de inúmeras greves e manifestações, mesmo estando estas proibidas pela Constituição de 1967. Dentre essas, ganharam destaque a Greve de Osasco e a Greve de Contagem. Ambas resistiram à forte repressão militar. As lideranças políticas destes movimentos foram todas cassadas e sofreram perseguição política e tortura.

Em 16 de julho de 1968, operários ocupam a metalúrgica COBRASMA, em Osasco, liderados por José Ibrahim, de apenas 20 anos, para uma grande greve, cuja pauta principal reivindicava o fim do arrocho salarial e um aumento de 35%. Mais uma cena de confronto marca a história dos trabalhadores brasileiros. Ibrahim fazia parte da Vanguarda Popular Revolucionária – VPR e conseguiu paralisar seis das onze principais fábricas da região, por três dias, quando foram cercados por tropas do Exército. Nenhum pleito foi logrado e 400 trabalhadores foram presos.

A greve de Osasco foi uma experiência muito significativa por causa da Comissão de Fábrica formada na Cobrasma e outras fábricas da região. Ela colocava como ponto fundamental a organização nos locais de trabalho, o que é negado pela estrutura sindical brasileira. (OPOSIÇÃO Sindical, 1982, p. 26).

Os estudantes, mesmo após inúmeras prisões e mortes, se mantinham em constantes manifestações contra a ditadura e os movimentos foram agregando cada vez mais pessoas, de diversos segmentos da sociedade. A polícia sempre esteve presente e os embates seguiam com violência, até que o líder estudantil Jean Marc Von Der Weid é preso no dia 18 de junho de 1968, em uma manifestação junto ao Ministério da Educação, o que resultaria três dias depois em um dos maiores confrontos entre estudantes e policiais do Brasil, “a Sexta-feira Sangrenta”.

Na manhã do dia 21 de junho (1968), ainda tendo como pauta a prisão de Jean Marc, e com a lembrança recente da morte do secundarista Edson Luis, ocorre nova passeata, no centro do Rio de Janeiro, entretanto, sendo os manifestantes recebidos pela cavalaria da polícia que não poupava golpes. O que os policiais não esperavam é que os estudantes reagiriam com bolas de gude, o que fazia com que os cavalos tombassem. A população circunvizinha também apoiava os estudantes e atacavam a cavalaria com pedras e outros objetos. Das janelas dos edifícios a população, atirava objetos pesados contra os soldados, a exemplo de vasos e até máquinas de escrever. E, como ocorrido em 29 de abril de 2015, na greve dos professores, o Governo parece apoiar a ação dos policiais, com helicópteros que lançavam bombas e atiravam nos manifestantes.

**Imagem 29** - A cavalaria da Polícia em ação na “Sexta-feira Sangrenta” 1968

**Fonte:** Disponível em: <<https://crbnaditadura.wordpress.com/fotografia/>> Acesso em: 02 jun. 2018

O embate levou horas, se estendendo até o início da noite. O saldo desta manifestação é assustador, mais de oitenta feridos, aproximadamente mil civis presos e 23 pessoas baleadas, 4 mortos, sendo um deles um policial que morreu por traumatismo craniano, após ser atingido por um balde de cimento, atirado do alto de um prédio em obras. Muito sangue foi derramado, o que marcou o movimento pelo nome “sexta-feira sangrenta”.

As feridas e os óbitos não eram suficientes para calar o movimento estudantil, cuja luta tomava proporções ainda maiores, contando, inclusive e inesperadamente, com o apoio da classe média e conservadora do país. Assim, cinco dias após a sexta-feira sangrenta, no dia 26 de junho, organizam uma passeata na Cinelândia, com o objetivo de chamar a atenção do Ministro da Educação. Esse movimento, liderado por Vladimir Palmeira, deputado e presidente da UME – União Metropolitana Estudantil e Luis Travassos, presidente da UNE à época, mobilizou cerca de 100 mil pessoas, incluindo políticos, músicos, artistas, compositores, ficando intitulada como a “A Passeata dos Cem Mil”, marcada como a maior demonstração de força e resistência contra o regime ditatorial.

**Imagem 30** - Discurso de Vladimir Palmeira na Passeata dos Cem Mil

**Fonte:** Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Passeata\\_dos\\_Cem\\_Mil](https://pt.wikipedia.org/wiki/Passeata_dos_Cem_Mil)> Acesso em: 02 jun. 2018

A passeata contemplava uma passagem pela igreja da Candelária, em memória do estudante Edson Luis e das vítimas da sexta-feira sangrenta. Nesse espaço Vladimir Palmeira profere palavras sobre as mortes e os massacres ocorridos neste primeiro semestre de 1968 e esbravejava o fim da ditadura militar (**Imagem 40**). A passeata terminou em frente à Assembleia Legislativa, porém, desta vez, sem a intervenção (de forma violenta) da polícia. Vladimir foi preso no dia seguinte, solto mais tarde e novamente preso em outras três ocasiões entre 1967 e 1969, até que se exilou, regressando somente dez anos mais tarde.

A prisão mais emblemática de Vladimir Palmeira foi no 30º Congresso da UNE em Ibiúna, em 12 de outubro de 1968, ocasião em que 920 estudantes foram levados ao cárcere, por uma ação do DOPS – Departamento de Ordem Política e Social (**Imagem 41**). Desta vez não houve resistência e, por conseguinte, os soldados não agiram com violência.

**Imagem 31** - Soldados da polícia em ação de prisão no Congresso da UNE (Ibiúna)



**Fonte:** Disponível em: <<http://revistasera.ne10.uol.com.br/wp-content/uploads/2014/02/UNE4.jpg>>  
Acesso em: 02 jun. 2018.

Os estudantes tiveram que ser levados em vários caminhões da Polícia Militar, foto que virou capa da revista *Veja* da época, com uma manchete sensacionalista “**TODOS PRESOS: Assim acabou o Congresso da ex-UNE**”, que insinuava o fim da União Nacional dos Estudantes, após essas prisões.

O presidente Costa e Silva estava disposto a dar um fim à onda de manifestações e, principalmente aos movimentos estudantis que ganharam destaque nacionalmente e no âmbito internacional. Em dezembro de 1968 publica a edição do AI-5, considerado o mais rígido da história, por meio do qual fecha o Congresso Nacional, põe fim à liberdade de imprensa, restringindo, inclusive, a liberdade de expressão de todos os cidadãos. O mesmo decreto garantia ao Executivo legitimidade para cassar o mandato de políticos contrários ao seu governo e favorecia a repressão aos movimentos sindicais, sociais e estudantis. Esta época foi marcada por tortura, desaparecimento e morte de muitos militantes políticos.

Com essa normativa o movimento estudantil teve uma queda e perde forças, principalmente pelo decreto da censura que abrangia até a produção cultural. Foi nessa época que muitos cantores e compositores foram presos e exilados, ao mesmo tempo em que belas canções da Música Popular Brasileira foram escritas, a exemplo de “Coração de Estudante” e “Menino”, de Milton Nascimento, ambas em homenagem à morte do secundarista Edson Luís.

No final de agosto de 1969, Costa e Silva sofre um derrame cerebral e morre em 17 de dezembro do mesmo ano. Assume a presidência em seu lugar o general do Exército Emílio Garrastazu Médici que endurece, ainda mais, o período ditatorial.

O governo Médici intensifica a censura, não tolerava nenhum tipo de manifestação contrária ao seu governo e intensifica também o uso da tortura e assassinatos a lideranças políticas.

No Governo Médici foram registradas várias violações dos direitos humanos com prática de tortura pesada, tanto física, quanto psicológica. Entre as formas mais comuns de castigo estavam choques, uso de pau-de-arara, queimaduras, traumas, afogamentos, espancamentos e perfurações (ANOS 70, 2018, p. 2).

Sua gestão ficou historicamente conhecida como “Anos de Chumbo”, embora tenha sido eleito pelo Congresso Nacional, com a promessa que retomaria a Democracia, mas ocorreu justamente o contrário, foi o período do auge da ditadura militar.

Logo no início do governo Médici há uma intensa repressão sobre todos os movimentos sociais (operário, estudantil, bancário, etc.) que no ano anterior haviam se manifestado massivamente. A Oposição Sindical, reduzida ao silêncio nas fábricas tenta reconstituir pequenos grupos para resistir às péssimas condições de vida e trabalho. Frente às dificuldades impostas pela repressão, não consegue constituir chapa para as eleições sindicais.” (OPOSIÇÃO Sindical, 1982, p. 13).

Foi neste período que se criou o DOI-CODI – Destacamento de Operações de Informação / Centro de Operações de Defesa Interna, que era um órgão de inteligência e repressão, subordinado ao Exército.

Em 1969 temos as primeiras participações de Luiz Inácio da Silva – Lula, no movimento sindical, no ABC Paulista e sua projeção no cenário político brasileiro, em um contexto de efervescência dos trabalhadores metalúrgicos.

Em face da repressão e da necessidade de consolidar o trabalho de base nas fábricas, surge a União Metalúrgica de Luta. A própria ditadura criou todas as condições para a sua criação.

A gente não podia fazer reuniões abertas como a gente fazia antes com os metalúrgicos. Vimos a necessidade de criar a Oposição por setores, circular documentação, etc... E a gente tinha que ter um nome para assinar documentos, porque estes não podiam ser jogados nas portas das fábricas sem um nome, porque tinham muitos movimentos distribuindo boletins (OPOSIÇÃO Sindical, 1982, p. 28).

Com o término do mandato de Médici assume o poder, após eleições indiretas o militar Ernesto Geisel, em 1974. Ainda sob o regime militar, seu governo se destacou pela segunda versão do Plano Nacional de Desenvolvimento – PDN, que manteve a economia aquecida. Nesse período, a dívida externa foi acentuada e a inflação aumentou bruscamente, haja vista que Médici deixou o poder com um índice inflacionário de 15,54% e Geisel terminou o seu mandato com o índice de 40,81%.

Geisel revogou o AI-5 e deixou uma legislação pronta para o seu sucessor realizar a anistia política e o regresso dos políticos exilados. E foi o responsável por boa parte da construção da Usina de Itaipu. No âmbito da Educação, criou o Crédito Educativo (algo parecido com o FIES<sup>13</sup>). Foi em seu governo também que surgiu o INAMPS – Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social.

Em 1978 vence o processo eleitoral João Figueiredo, que assume o país com a economia bastante deficitária, com altos índices de inflação. Seu governo foi marcado por várias greves, principalmente no ABC Paulista. “A exploração continuava e o bolo prometido não tinha chegado à mesa do trabalhador. Então, ele só tinha uma alternativa: lutar e se organizar. E aí partimos para as lutas de 1978.” (OPOSIÇÃO Sindical, 1982, p. 37).

Em maio de 1978 entram em greve os trabalhadores da fábrica Saab-Scania, mesmo estando os movimentos grevistas proibidos pela Lei 4330/64. Foi uma paralisação simbólica e inesperada aos patrões, em que os operários

---

<sup>13</sup> O Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) é um programa do Ministério da Educação destinado a financiar a graduação na educação superior de estudantes matriculados em cursos superiores não gratuitas na forma da Lei 10.260/2001. Podem recorrer ao financiamento os estudantes matriculados em cursos superiores que tenham avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação. O período de carência é de 18 meses e o período de amortização para 3 (três) vezes o período de duração regular do curso + 12 meses. O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) passou a ser o Agente Operador do Programa para contratos formalizados a partir de 2010. Além disso, o percentual de financiamento subiu para até 100% e as inscrições passaram a ser feitas em fluxo contínuo, permitindo ao estudante o solicitar do financiamento em qualquer período do ano. A partir do segundo semestre de 2015, os financiamentos concedidos com recursos do Fies passaram a ter taxa de juros de 6,5% ao ano com vistas a contribuir para a sustentabilidade do programa, possibilitando sua continuidade enquanto política pública perene de inclusão social e de democratização do ensino superior. (Disponível em: <http://sisfiesportal.mec.gov.br/?pagina=fies>)

chegaram, vestiram os seus uniformes, bateram os seus pontos, como de costume, foram para frente das máquinas e cruzaram os braços. Essa greve reivindicava aumento de 20% dos salários, melhores condições de trabalho, mas, sobretudo, o fim da ditadura.

A greve da Scânia, em São Bernardo, foi o sinal verde para nós. A palavra greve, que era cochichada, falada baixinho, passou a ser berrada, gritada. O estalo que deu em São Bernardo foi o motor de arranque, um exemplo. Se dizia por várias partes do país, “é possível fazer greve, está vendo, São Bernardo fez!” (OPOSIÇÃO Sindical, 1982, p. 37).

A experiência das comissões por fábricas foi muito boa, mas não perdurou, se enfraqueceu com apoio advindo dos próprios sindicatos que delatavam seus companheiros.

Em novembro de 1978, em resposta ao crescimento da organização operária, o patronato se organiza e liquida a maioria das comissões de fábrica, com apoio do peleguismo e a omissão de todo o movimento sindical brasileiro Grande parte dos nossos companheiros entram numa lista negra, auxiliados pela delação da diretoria do Sindicato. A diretoria do Sindicato, quando via nossos companheiros nas portas das fábricas avisava imediatamente para o departamento de pessoal das firmas (OPOSIÇÃO Sindical, 1982, p. 37).

No ano seguinte, em 13 de março, é deflagrada a Greve Geral de 1979, disparada pelos metalúrgicos do ABC Paulista, contando com a adesão dos operários das fábricas automobilísticas, somando 200 mil trabalhadores que desafiavam a força da ditadura. Reivindicavam 78,1% de aumento salarial. A paralisação levou duas semanas, teve uma pausa de 45 dias e após esse período, conquistaram o reajuste de 63%, um dos maiores índices conquistados em movimentos grevistas. Lula teve importante participação neste movimento.

**Imagem 32** - Lula discursando na Greve geral de 1979, em São Bernardo do Campo



**Fonte:** Disponível em: <<http://memorialdademocracia.com.br/card/a-grande-greve-dos-trabalhadores-do-abc>> Acesso em: 02 jun.2018

Além da conquista do alto índice de reajuste, esta greve ficou reconhecida pela capacidade de articulação dos trabalhadores e também pelo apoio concedido pela igreja católica. Para esta mobilização foi criado um fundo de amparo para cobrir os salários cortados dos dias parados e alimentos. Logo no primeiro dia de greve, o Tribunal Regional do Trabalho a considerou ilegal e ordenou que os trabalhadores regressassem ao trabalho. No entanto, 80 mil permaneceram em greve.

Os metalúrgicos do ABC paulista, nesta década, mais organizados, desencadearam outros ciclos de greves, começando sempre no dia 1º de maio, marcando a data do dia do trabalhador e porque esta era a data base da maioria dos trabalhadores. A organização dos metalúrgicos se propagou nacionalmente, sendo exemplo para inúmeras outras categorias.

É importante refletir que as greves da década de 1970 e início dos anos 1980, não surgiram apenas com o objetivo de reivindicar melhores salários e condições de trabalho, mas, sobretudo, para lutar contra o regime autoritário da ditadura, contra a censura e contra as políticas que favoreciam apenas aos latifundiários e donos de indústrias. Buscavam redemocratizar o Brasil, com liberdade de imprensa e liberdade sindical, sendo que esta última só foi possível com a Constituição de 1988:

**Art. 8º** - É livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte:

I - a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao poder público a interferência e a intervenção na organização sindical;

II - é vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município;

III - ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas;

IV - a assembléia geral fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva, independentemente da contribuição prevista em lei;

V - ninguém será obrigado a filiar-se ou a manter-se filiado a sindicato;

VI - é obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho;

VII - o aposentado filiado tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais;

VIII - é vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.

*Parágrafo único.* As disposições deste artigo aplicam-se à organização de sindicatos rurais e de colônias de pescadores, atendidas as condições que a lei estabelecer.

**Art. 9º** - É assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender.

§ 1º A lei definirá os serviços ou atividades essenciais e disporá sobre o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade.

§ 2º Os abusos cometidos sujeitam os responsáveis às penas da lei. (BRASIL, 1988).

A aproximação que os movimentos sindicais e os diferentes segmentos da sociedade tiveram nas greves de 1978 a 1980, permeado pela vontade de colocar um fim ao período ditatorial, favoreceu a criação e a legalização do Partido dos Trabalhadores - PT em 10 de fevereiro de 1980, tendo como um dos principais fundadores o líder sindical Luiz Inácio Lula da Silva, e figurando por vários anos como o segundo maior partido do Brasil, à época perdendo apenas para o PMDB.

Em 1981, ocorre a Primeira Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (CONCLAT), evento que reuniu em Praia Grande (litoral de São Paulo), mais de 5 mil delegados que representavam mais de mil entidades sindicais

de trabalhadores urbanos e rurais. A **CONCLAT** foi a responsável por importantes mudanças no cenário político nacional. Contudo, houve a ruptura de alguns movimentos, dando vida à outra organização, a Central Única dos Trabalhadores – **CUT**. Ambas as organizações defendiam os trabalhadores, reivindicavam melhores condições trabalho e sonhavam com um regime político mais democrático.

A CUT marca o início de um sindicalismo de massa, combativo e classista, que desmontava, de certa forma, o “peleguismo”. Via os trabalhadores como um todo e não segmentado, talvez por isso, à época, tenha ganhado tanta força e mostrado capacidade de organização e, por conseguinte, de mobilização, com disposição a se oporem à classe burguesa.

#### 4.4 DIRETAS JÁ! O AVANÇO DAS CAMPANHAS CÍVICAS E O ENFRAQUECIMENTO DA DITADURA

Em 1983, é realizada primeira manifestação em prol das eleições diretas, organizada pelo Partido dos Trabalhadores – PT que reuniu 10 mil trabalhadores, na cidade de São Paulo. A partir daí, outros segmentos da sociedade ecoavam o mesmo som, gerando o conhecido movimento **Diretas Já!**, uma das maiores campanhas cívicas da nação e que se avolumava a cada dia. As praças públicas se tornaram palco destes protestos, artistas, músicos, operários e sociedade em geral clamavam pelo fim da ditadura militar e pelas eleições diretas, como pode se observar pelas **Imagens 43 a 45**.

**Imagem 33** - Artistas apoiando o movimento de Diretas Já



**Fonte:** Disponível em: <<https://www.osasconoticias.com.br/diretas-ja.html>>  
Acesso em: 3 jun. 2018

Em 25 de janeiro de 1984, aniversário de São Paulo, ocorre um grande comício, impulsionado pelo movimento das Diretas já. Neste evento Lula, líder dos trabalhadores metalúrgicos discursou para quase 1,5 milhão de pessoas. Este seria o prelúdio de um outro maior que marcaria a história do país, meses depois.

**Imagem 34** - Lula discursando em Comício pelas Diretas Já!



**Fonte:** Disponível em: <<https://lula.com.br/nos-precisamos-aprender-valorizar-democracia-afirma-lula-30-anos-depois-das-diretas-ja>>. Acesso em 3 jun. 2018.

Em 10 de abril de 1984, quase dois milhões de pessoas preenchem todo o entorno da Praça da Candelária, em uníssono pelas eleições Diretas, se configurando como o mais emblemático movimento cívico do país. Discursaram no palanque mais de 50 pessoas, líderes sindicais, artistas e políticos, dentre estes, podemos destacar Leonel Brizola, Jô Soares, Fafá de Belém, Chico Buarque e Milton Nascimento. A presença desses renomados cantores garantia a presença e participação do estrondoso público.

**Imagem 35** - Mobilização na Praça da Candelária movimento Diretas Já

**Fonte:** Disponível em: <<http://www.historiabrasileira.com/files/2010/02/diretas-j%C3%A1.jpg>> Acesso em: 3 jun. 2018.

O militarismo e a ditadura se viram enfraquecidos perante o movimento das Diretas Já. Começa aí o fim deste tenebroso regime de governo. A campanha eleitoral de 1984 tinha como candidato do governo, Paulo Maluf e como candidato da oposição, Tancredo Neves.

Em campanha, Tancredo fez inúmeros comícios que moveram milhões de pessoas, pelos quais proferiu célebres frases que o levaram à vitória: “Maluf simboliza tudo quanto a Revolução realizou de negativo nesses 20 anos!”; “Restaurar a democracia é restaurar a República. É edificar a Nova República, missão que estou recebendo do povo e se transformará em realidade pela força não apenas de um político, mas de todos os cidadãos brasileiros!”.

#### 4.4.1 A NOVA REPÚBLICA E O FIM DA DITADURA MILITAR

Tancredo Neves foi eleito como se fosse por eleições diretas, vencendo por 480 votos do Colégio Eleitoral, contra 180 do oponente. Tancredo Neves declarou à época “Fomos ao colégio eleitoral para que ele nunca mais seja utilizado”. Inicia-se aí a Nova República e o fim de vinte e um anos de regime de ditadura militar. Após o anúncio de sua vitória, discursou ao povo:

Não vamos nos dispersar. Continuemos reunidos, como nas praças públicas, com a mesma emoção, a mesma dignidade e a mesma decisão. Se todos quisermos, dizia-nos, há quase duzentos anos, Tiradentes, aquele herói enlouquecido de esperança, podemos fazer deste país uma grande nação. Vamos fazê-la! (TANCREDO NEVES, 1984).

Contudo, Tancredo Neves não chegou a receber a faixa presidencial, haja vista que foi acometido de uma grave doença que o levou a realizar sete cirurgias. Em 21 de abril de 1985 o presidente eleito falece, antes de tomar posse, vítima de uma diverticulite, *causa mortis* divulgada, mas que tempos depois se cogitou ser um câncer. Sua morte levou o país a uma enorme comoção que vivia o luto como um membro da família. Toma posse, então, o vice-candidato José Sarney (José Ribamar Ferreira de Araújo Costa).

**Imagem 36** - Outdoor saudando o início da Nova República (15/03/1985)



**Foto de:** U. Dettmar. Disponível em: <<https://bndigital.bn.gov.br/exposicoes/doutor-ulysses-senhor-brasil/modulo-3/>> Acesso em 3 jun. 2018.

Mesmo sendo a eleição de Tancredo Neves o início da Nova República, o Partido dos Trabalhadores - PT e a Central Única dos Trabalhadores - CUT consideraram essa vitória uma grande manobra, uma “engenharia política”, que contou com aliados do governo, deputados e governadores dos Estados, desse modo, declararam oposição a Tancredo, logo após o resultado da eleição, tanto que esta notícia foi propagada em um dos principais jornais da época (**Imagem 47**).

**Imagem 37** - Capa do Jornal da Tarde – 11 de fev. 1985



**Fonte:** Disponível em: <<http://alertabrasil.blogspot.com/2010/10/um-resgate-da-historia-do-pt-algum.html>>. Acesso em 3 jun. 2018.

A CUT e o PT consideravam a vitória de Tancredo um grande acordo político entre os governadores dos Estados, um pacto que contemplava novo arrocho salarial e o fim das políticas sociais que foram conquistadas após muitos anos de luta. Tanto que já anunciavam às portas das fábricas, outra grande greve para o 1º de abril de 1985.

O Governo de José Sarney perdurou até 1990 e nestes 5 anos podemos apontar alguns destaques. O principal deles foi o advento de uma nova Constituição, a de 1988, em vigor até a atualidade e que por contemplar direitos humanos, direitos dos trabalhadores, incluindo o direito de livre associação e de poder realizar greves, foi apelidada de Constituição Cidadã. Esse texto constitucional substituiu a que estava em vigor desde 1967 e que regia as ações da Ditadura Militar. Para que

fosse possível a implementação desta nova carta magna, em 1987 se formou uma Assembleia Constituinte.

A seguir, apresentamos uma síntese da legislação que tratava sobre greves no Brasil. Cabe salientar que antes da Constituição de 1934, a temática era tratada pelo Código Penal e não pelas cartas magnas.

**Quadro 2** - Legislação que contemplava o Direito ou a proibição de Greve

Ano	Documento Legal	Permite Greve	NÃO permite greve	Observações
1890	Código Penal		X	Considera crime o exercício de greve. Punição de 1 a 3 meses de detenção.
1934	Constituição de 1934	X		Estabelece o Direito de greve e paralisações
1937	Constituição de 1937		X	Greve e o <i>lock out</i> são considerados antissociais, nocivos ao trabalho e ao capital
1940	Código Penal de 1940		X	Pune a greve seguida de perturbação da ordem pública. Pena: detenção de 6 meses a 2 anos, e multa.
1946	Constituição de 1946	X		Reconhece o Direito de Greve
1964	Lei 4330/64		X	Revoga o Direito de Greve da Constituição Federal de 1946
1967	Constituição de 1967		X	Proíbe a greve nos serviços públicos. (Ditadura Militar)
1988	Constituição de 1988	X		Considerada a Constituição Cidadã. Reconhece o Direito de Greve
1989	Lei nº 7.783, de 28 de junho de 1989.	X		Dispõe sobre o exercício do direito de greve, define as atividades essenciais, regula o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, e dá outras providências.

Fonte: a autora, com base na literatura carreada.

Embora a Constituição de 1988 tenha amenizado a tensão entre os trabalhadores e o governo, uma vez que garante o direito de greve e reconhece o direito de livre associação, a luta segue,

[. . .] mesmo após a sua garantia constitucional, o direito de greve, como direito, é um processo contínuo de luta. O reconhecimento de um direito só vem com a luta pelo seu reconhecimento. Em direitos, como o direito de greve, a luta por uma série de fatores históricos, econômicos e sociais, ainda é uma luta constante (SIQUEIRA, 2000, p. 128).

O marco da Constituição Cidadã traz a independência dos poderes legislativo, executivo e judiciário e também a eleição direta para presidentes (sendo as chapas compostas por um candidato a presidente e um candidato a vice-presidente), o mesmo ocorre para o posto de governadores e prefeitos. Estava posto o regime presidencialista.

#### 4.4.2 A Constituição Cidadã e os desdobramentos do regime presidencialista

A Constituição Cidadã trouxe alento à população que sofria com o assombro da inflação. Para tentar frear os índices inflacionários, foram adotados vários pacotes econômicos, o mais importante deles foi o Plano Cruzado (1986), que criou uma nova moeda com o mesmo nome. Houve o congelamento de salários, ainda assim, entre os anos de 1986 e 1987 percebeu-se um índice anual inflacionário de 367%. Para tentar minimizar os danos, José Sarney decretou também o congelamento dos preços de mercadorias, mas não logrou êxito por muito tempo, uma vez que os produtos começaram a desaparecer do mercado.

O ano de 1988 fechou com um índice inflacionário recorde de 1000%, o que levou o Governo Sarney, a instituir uma medida intitulada Plano Verão (1989), com congelamento de salários, e a criação de uma nova moeda, o Cruzado Novo. Entretanto, estas ações foram ineficazes, haja vista que o ano de 1989 fechou com inflação de 1764%. Estava instaurada uma das maiores crises financeiras do país, mas que, de certa forma, acompanhava uma crise geral da América Latina. Os investimentos na Educação e Saúde públicas foram drasticamente reduzidos nesta época. Os juros aumentaram e o consumo caiu.

Apesar de toda a crise, foi na Administração de José Sarney que o Brasil se incorporou ao Mercosul – Mercado Comum do Sul. Também foi na sua gestão que o Ministério da Cultura foi criado, como ministério independente, porque até 1985 era uma pasta dentro do MEC – Ministério da Educação e Cultura.

Em 1990 vencem as eleições Fernando Collor de Mello (presidente) e Itamar Franco (vice-presidente), já por eleições diretas, e em segundo turno, quando teve mais votos que o candidato Lula. Collor foi o mais jovem presidente da história do país, assumindo a presidência com apenas 40 anos e iniciou o período chamado de Nova República. Um de seus fortes apelos de campanha era o enunciado “Caçador de Marajás”, por meio do qual prometia acabar com as regalias dos funcionários

públicos “fantasmas” e privilegiados que detinham altos salários, mas que não apareciam para trabalhar.

Logo no dia seguinte de sua posse instituiu o Plano Collor, como uma tentativa frustrada de estancar o crescimento da inflação herdada do governo passado. Outro ponto negativo foi o bloqueio dos ativos financeiros (poupança), por dezoito meses, para quem tinha acima de 50 mil cruzeiros na conta. Sem poder usar o dinheiro, a população passou a comprar menos, o mercado sofreu impacto, as taxas de juros aumentaram e seu primeiro ano de governo fechou com taxa inflacionária de 1200%. Este período ficou marcado por forte recessão e muitos escândalos de corrupção, envolvendo, inclusive, familiares do presidente.

O arrocho da política econômica mergulhou o país numa recessão histórica e o presidente Collor teve que rever as medidas com a liberação do dinheiro retido nos bancos; e a inflação voltou a explodir. A economia brasileira só seria estabilizada em 1994 com o lançamento do Plano Real. O Plano Collor foi esquecido, mas o confisco da poupança está até hoje na memória dos brasileiros. (GOMES, 2016, p.2).

Conforme elucidada VILLA (2016, p.42) um novo congelamento de salários se instaura no país, paralelamente ao “aumento das tarifas de transporte público (36%), de combustível (álcool e gasolina em 46%), de energia elétrica (59,5%), de telefone (56,6%) e do gás de cozinha (50%).” Aproximadamente cem mil funcionários públicos (não estáveis) foram demitidos, parte após um plano de recadastramento do funcionalismo público, e parte por um plano de demissão voluntária. Foram extintas as estatais Embrafilme, Siderbrás, Portobrás e Empresa Brasileira de Transporte Urbano – EBTU.

O insucesso dos planos econômicos, o confisco da poupança e os escândalos de corrupção motivaram inúmeras manifestações no Brasil, organizados, especialmente por estudantes secundaristas, tendo à frente a UBES – União Brasileira de Estudantes Secundaristas, em conjunto com a UNE – União Nacional de Estudantes. Juntos, deram vida ao movimento “Caras pintadas”, que pediam o *Impeachment* do presidente, com seus rostos pintados com as cores da pátria (**Imagem 48**).

**Imagem 38** - Movimento estudantil “Caras Pintadas”



**Fonte:** Disponível em: <<http://www.politize.com.br/impeachment-collor-porque-sofreu/>>  
Acesso em 12 jun. 2018.

As manifestações se avolumavam a cada semana, chegando ao marco de 400 mil pessoas, no dia 25 de agosto, de 1992, em São Paulo, aglomerando estudantes e lideranças sindicais pertencentes à CUT e à CGT (**Imagem 49**).

**Imagem 39** - Manifestação pró Impeachment em São Paulo (25/08/1992)



**Fonte:** disponível em: <<http://www.clickideia.com.br/porta/conteudos/c/27/22183>>  
Acesso em: 12 jun. 2018.

As manifestações se arrastaram por semanas e tinham o apoio da mídia. Collor, tentando se desvencilhar das acusações, vai à imprensa, em rede nacional, pedir o apoio da população e que fizessem uma manifestação a seu favor, todos

trajando roupas nas cores verde e amarela. Entretanto, no dia seguinte, o que se viu foi uma grande massa de pessoas, aproximadamente 700 mil manifestantes, trajando preto (**Imagem 50**), carregando faixas de “FORA COLLOR”, movimento que foi denominado “Domingo Negro”.

**Imagem 40** - Domingo Negro (manifestação pró Impeachment do Collor)



**Fonte:** Disponível em: <<http://www.politize.com.br/impeachment-collor-porque-sofreu/>>  
Acesso em 12 jun. 2018.

A pressão popular era tão grande que o Congresso Nacional decidiu instaurar uma Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI, para investigar as denúncias de corrupção e desvio de verbas. Ocorre, então, o primeiro processo de *Impeachment* do país, aprovado pela Câmara dos Deputados, por ampla maioria, em de 29 de setembro, com a obrigatoriedade de transcorrer em 180 dias (período em que Collor deveria ficar afastado do cargo), o que daria até 30 de dezembro de 1992.

Contudo, com a certeza de ser condenado pelo Senado, e, por conseguinte, ficando inelegível pelos próximos oito anos, Collor decidiu renunciar, faltando um dia para vencer o prazo dos 180 dias, assim, no dia 29 de dezembro, o presidente deixa o poder e assume a presidência o seu vice, Itamar Franco.

#### 4.4.3 O cenário político-econômico brasileiro após o *Impeachment* de Fernando Collor

O resultado do *Impeachment* trazia um sentimento de que dias melhores viriam, a esperança de que os problemas políticos e econômicos se amenizariam e que a crise econômica se estabilizaria. A gestão de Itamar Franco buscou atender aos anseios da sociedade, de modo que tentou realizar uma administração transparente. Como recebeu o país em aguda crise econômica, com altos índices inflacionários, chegando a 2.708,55% em 1993, a maior da história do país, pouco conseguiu fazer. Ainda assim, logrou êxito com o crescimento do Produto Interno Bruto - PIB em 10%, e diminuiu o índice inflacionário anual em 274,66%. Desenvolveu o Plano Real, mas que foi consolidado no governo seguinte, implementando a nova moeda, o Real.

Itamar Franco trocou por diversas vezes os seus ministros, especialmente o de Economia e da Fazenda, na tentativa de recuperar um pouco os danos causados pelas gestões anteriores. Ganhou destaque Fernando Henrique Cardoso, em sua atuação como Ministro da Fazenda, o que o impulsionou a concorrer às eleições subsequentes, obtendo êxito.

Fernando Henrique Cardoso presidiu o Brasil por duas gestões consecutivas, de 1995 a 1998 e depois de 1999 a 2002. Durante os oito anos de mandato, buscou manter a estabilidade econômica, iniciada por Itamar Franco. Criou as agências regulatórias e enxugou a estrutura do funcionalismo público. Criou o Conselho Nacional de Desestatização, por meio do qual privatizou inúmeras empresas estatais, a exemplo da Vale do Rio Doce, da Telebras e da Eletropaulo.

A onda de privatizações reacendeu as manifestações da sociedade civil e das entidades sindicais e de diversas categorias como a dos caminhoneiros, metalúrgicos, e movimento dos sem-terra. Em 1999 os caminhoneiros fecharam as rodovias por quatro dias (**Imagem 51**), o que fez o Brasil parar, com a adesão de mais de 700 mil caminhoneiros, o que desestabilizou a economia e promoveu um caos no país, gerando aumento de preços de produtos e falta de alimentos nos mercados. Os caminhoneiros reivindicavam a regulamentação da aposentadoria e protestavam contra os altos preços dos pedágios e do Diesel, pauta bem próxima da Greve dos Caminhoneiros que tivemos há pouco tempo (final de maio de 2018).

**Imagem 41** - Greve dos Caminhoneiros de 1999 (Governo FHC)



**Fonte:** Disponível em: <<https://br.sputniknews.com/brasil/2018052511311294-greve-caminhoneiros-abastecimento-crise/>> Acesso em: 18 jun. 2018.

Na mesma semana da greve dos caminhoneiros surge outro movimento e que contou com a força da CUT, do MST e de partidos de esquerda, a Marcha Pelo Brasil e Contra FHC (**Imagem 52**), “com mais de dez mil manifestantes protestando contra o plano de Fernando Henrique de por fim ao monopólio estatal de petróleo” (CORREIO CIDADANIA, 1999).

**Imagem 42** - Marcha Pelo Brasil e Contra FHC



**Fonte:** Disponível em: <<https://jovempan.uol.com.br/programas/dentro-da-lei-ou-golpe>> Acesso em: 18 jun. 2018

Na sequência, 850 trabalhadores rurais, saíram em marcha ao encontro dos caminhoneiros que estavam paralisados na Rodovia Washington Luiz. Esta não foi a

única manifestação do MST no governo FHC, que defendia a necessidade da Reforma Agrária. Em 17 de abril de 1996, ocorre o Massacre de Eldorado do Carajás, que culminou na morte de 19 sem-terra, por policiais do sul do Pará.

**Imagem 43** - Sepultamento das vítimas do Massacre de Eldorado do Carajás (Pará, 1996)



**Foto:** João Roberto Ripper. Disponível em: <<https://anistia.org.br/noticias/massacre-de-eldorado-dos-carajas-20-anos-de-impunidade-e-violencia-campo/>> Acesso em 18 de jun. 2018.

Uma triste coincidência com outros violentos episódios de luta pela democracia e por direitos trabalhistas, é o fato de ocorrerem no mês de abril, a exemplo do espancamento da mulher judia em 3 de abril de 1941, na Alemanha; a invasão dos militares ao Palácio Guanabara em 1 de abril de 1964; e o Massacre de 29 de abril, um dos motes deste estudo.

**Imagem 44** - Marcha dos Trabalhadores Rurais e MST (1999)



**Fonte:** Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/blogs/roldao-arruda/as-dificuldades-do-mst-ficam-mais-evidentes/>> Acesso em: 18 jun. 2018.

Fernando Henrique Cardoso implementou o Bolsa Escola em 2001, com vistas erradicar o trabalho infantil e minimizar a evasão escolar, incentivando as famílias de baixa renda que empregavam os menores no trabalho a enviarem os seus filhos às escolas. Funcionava como uma bolsa, atribuída mensalmente. Esse programa foi aproveitado pelo Governo Lula, se aprimorando e dando origem ao Bolsa Família. Registrou-se em sua administração a redução da inflação de 915% para 12,5% (ao longo dos 8 anos) e o crescimento do PIB de 19,39%, durante todo o período.

Ao término do mandato de FHC, temos as eleições de 2002, com Lula (PT) vencendo o candidato José Serra, em segundo turno, com 61,27% dos votos, o que representa ter sido a opção de 50 milhões de eleitores<sup>14</sup>. Vale lembrar que Luiz Inácio já havia disputado as urnas presidenciais em três outras campanhas, a de 1989, quando perdeu para Fernando Collor, e as de 1994 e 1998, ambas tendo sido derrotado por Fernando Henrique Cardoso.

O ex engraxate e torneiro mecânico se destacou no âmbito político desde muito jovem, mas se consagrou como líder sindical como membro do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, e ainda maior destaque por ter liderado, em 1978, a grande greve dos operários do ABC Paulista. Em 1980 fundou o Partido dos Trabalhadores do qual foi presidente por vários anos e também preso, por muitas vezes, por estar à frente dos movimentos sindicais de maior expressão.

<sup>14</sup> Dados do Tribunal Superior Eleitoral (consultado em 01 de jul. 2018). Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/legislacao-tse/res/2002/RES212622002.htm>>

Lula teve ao término de suas duas gestões na presidência da República o maior índice de aprovação a que se tem registro no Brasil, 83%<sup>15</sup>, percentual que foi essencial para o apoio à candidatura de Dilma Rousseff em 2010. Ao se estudar o porquê de tamanha aprovação popular, tem-se inúmeros feitos pelo Governo Lula que beneficiaram boa parte da população menos favorecida, tendo como meta a redução da desigualdade social e da pobreza.

É possível destacar, conforme descrevem (VIEIRA; VERÍSSIMO, 2009, p. 525), que nos primeiros anos de gestão de Lula “a condução da política econômica manteve as linhas gerais do governo anterior (FHC), adaptando apenas alguns conceitos, relacionados à área social, aos princípios do Partido dos Trabalhadores.” Ganham destaque também, segundo o mesmo autor, os progressos na indústria automobilística que bateu seu recorde de vendas em 2005, aumento da geração de emprego e renda, controle da inflação.

Trouxe para o Brasil grandes eventos desportivos mundiais, para os quais, o Governo precisou dispendir muito dinheiro e, por conseguinte, estas ações receberam críticas da população brasileira. A justificativa, à época, era atrair mais recursos internacionais, aprimorando políticas de incentivo ao turismo. Os Jogos Pan-Americanos de 2007; a Copa do Mundo FIFA (2014) e os Jogos Olímpicos (2016), estes dois últimos realizados já no Governo Dilma Rousseff, mas pleiteados e planejados, em parte, na administração de Lula. As críticas se baseavam nos recursos para a construção de infraestrutura dos ginásios e estádios, finanças que poderiam ter sido, ao olhar dos críticos, revertidas em políticas públicas de Saúde e de Educação.

Marcado por um viés social, o governo de Dilma Rousseff criou o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (as tratativas começaram no Governo Lula), por meio do qual implementou vários programas que auxiliavam as camadas mais pobres do Brasil. Dentre eles, o Bolsa Família, que se iniciou no ano de 2004, e tinha como meta tirar os brasileiros do estado de miséria e vulnerabilidade, especialmente nas mais afetadas do norte e nordeste. Atualmente, 13,9 milhões de famílias são beneficiadas por este programa que perdurou no governo Dilma Rousseff e se manteve no Governo Temer.

---

<sup>15</sup> Aprovação de Lula chega a 83%, diz Datafolha. R7Brasil. 19 de dezembro de 2010. Disponível em: <<http://noticias.r7.com/brasil/noticias/aprovacao-de-lula-chega-a-83-diz-datafolha-20101219.html>> Acesso em 22 jun. 2018

Mais que operar uma transferência condicionada de renda, o Bolsa Família integra um esforço do governo e da sociedade de enfrentar as difíceis condições de vida de uma parcela ainda importante da população brasileira. Entre 2003 e 2009, conseguimos reduzir em 27.9 milhões o número de pessoas pobres no Brasil e melhorar as condições de vida daqueles que continuam na pobreza (CASTRO; MODESTO, 2010, p. 12).

O investimento global do Programa Bolsa Família é relativamente pequeno se compararmos ao PIB, haja vista que o valor destinado a cada família cadastrada, à época era ínfimo, mas já contribuía para a queda da vulnerabilidade. Segundo Castro e Modesto (2010, p. 20), que descrevem os primeiros anos do programa:

A despesa global baixa (de apenas 0,4% do PIB) e seus benefícios podem ser considerados modestos (o valor médio das transferências por família é de R\$ 95/mês). Mesmo assim, as transferências do Bolsa Família respondem por 16% da redução da desigualdade de renda ocorrida entre 1999 e 2009, por 1/3 da queda da extrema pobreza e por outros 16% da queda da pobreza no mesmo período.

Atualmente (julho de 2018) o valor máximo do programa por família é de R\$ 195,00, mas seu valor real de compra diminuiu nos últimos dois anos, em função do aumento da inflação e da alta dos preços da cesta básica e do gás de cozinha, que em 2018 chegou a R\$ 80,00 em alguns Estados.

O implemento do ProUni (criado na gestão de Fernando Haddad, enquanto Ministro da Educação), um programa de bolsas integrais e parciais para estudantes ingressarem em Instituições de Ensino Superior Privadas é motivo de orgulho para os governos do PT, entretanto, para muitos educadores esse programa representa a maior transferência de verba pública para IES privadas que já houve no Brasil. Muitas faculdades particulares foram beneficiadas com o ProUni, a exemplo da Kroton, cuja sede encontra-se em Londrina. Para receber o benefício o estudante precisa ter tido bom desempenho no ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio.

Outros destaques no âmbito da educação foram a criação da Universidade Federal do ABC, da Universidade Federal do Triângulo Mineiro; da Universidade Federal do Semi-árido, projeto que, segundo detalha o Portal do MEC (2005) “fazia parte do plano de meta do governo de expansão do ensino público, gratuito e com qualidade, em uma das regiões de maior importância econômica para o país”. Na sequência, em 2006 cria-se a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, segundo a mesma ótica.

No âmbito da habitação, há de se destacar o Programa implementado em 2009, intitulado “Minha casa, minha vida”, que buscava diminuir o déficit habitacional em 14%, com a construção de um milhão de casas. Esse programa se manteve no governo subsequente.

Em 2005 o governo federal se vê envolto em escândalos de corrupção, vão a público, esquemas como o do Mensalão. A investigação tirou dos respectivos cargos vários ministros como Benedita da Silva, José Dirceu e Palocci. Mais uma vez o país sofre uma crise econômica e a bolsa de valores cai. Mesmo em meio a um cenário conturbado, o presidente Lula se reelege no ano seguinte, dando sequência aos seus projetos do governo anterior.

Os dois governos de Luis Inácio foram marcados por muitas greves, especialmente no funcionalismo público. A CUT não “baixou a guarda” nesse período e fez oposição ao governo do combatente sindicalista. O Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG) do Dieese demonstra que:

Entre 1995 e 2002 foram realizadas 133 greves na esfera pública federal, o que inclui funcionalismo e empresas estatais. Já entre 2003 e 2010, durante os dois mandatos presidenciais de Lula, o número de greves atingiu 248. Como a CUT representa aproximadamente 90% dos trabalhadores públicos federais e dos trabalhadores de estatais, pode-se concluir que a imensa maioria desses movimentos grevistas foi realizada por entidades cutistas (CONTRAF, 2012).

Instituições como Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, Justiça do Trabalho, Polícia Federal, Polícia Militar, Instituto Nacional da Seguridade Social - INSS, Receita Federal, e as Instituições de Ensino Superior: Universidade Federal do Amazonas – UFAM, Universidade Federal do Mato Grosso – UFMT, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – UFMS, Universidade Federal de Alagoas – UFAL, Universidade Federal da Bahia – UFBA, realizaram greves ao longo dos 8 anos do governo Lula.

Esse período, ainda que conturbado pelas greves e escândalos de corrupção, teve benesses importantes, como o crescimento da renda per capita de 2,8%, decréscimo da inflação de 12,53% para 5,9%, aumento do PIB em 32,62%, queda da taxa de desemprego para 5,3% (IBGE, 2010) e o maior crescimento real

do salário mínimo até então<sup>16</sup>. Em 2007 foi implantado com Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, que contribuiu ainda mais com a criação de novos empregos, uma vez que o referido programa “promoveu a retomada do planejamento e execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do país, contribuindo para o seu desenvolvimento acelerado e sustentável”<sup>17</sup>.

Falar à alma do povo - Lula preferiu abandonar os discursos escritos e as rubricas protocolares para alimentar sua empatia com o cidadão comum, utilizando uma linguagem popular, sem “economês” ou expressões acadêmicas. Muitas vezes externou seus sentimentos sem pudor, deixou que a emoção o levasse às lágrimas e a raiva o fizesse usar as mesmas expressões que a gente simples do povo usa quando lhe pisam no calo (FREI BETTO, 2011).

Analisando os dados apresentados em linha alhures, é possível inferir que o Governo Lula contribuiu, de certa forma, para minimizar a desigualdade social no país, e que seus programas favoreceram, em parte, as políticas públicas de educação, saúde e habitação. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva despontou como liderança e conseguiu apoiar a candidatura de Dilma Rousseff, que logrou êxito nas eleições de 2010.

Em janeiro de 2011 toma posse a primeira presidenta mulher do Brasil, após vencer nas urnas o Candidato José Serra. É reeleita em 2014. Em linhas gerais, Dilma Rousseff deu continuidade aos projetos de cunho social do governo Lula, com destaque ao “Minha Casa, minha vida” e o PAC.

Entretanto, seu mandato foi acometido por uma grave crise econômica, especialmente em seu segundo mandato. A inflação cresceu, assim como as taxas de juros. Ainda assim, conseguiu aumentar o salário mínimo, ficando acima da taxa inflacionária. Conforme dados do Dieese (2011), “o aumento determinado fez com que o poder de compra do salário mínimo alcançasse o nível mais alto em mais de 30 anos”.

Contudo, em decorrência das obras para os preparativos dos dois eventos desportivos mundiais, Copa do Mundo Fifa 2014 e Olimpíadas 2016, embora tenham sido articulados no Governo Lula, foi no Governo Dilma Rousseff que os estádios e

---

<sup>16</sup> SALÁRIO MÍNIMO. Ministério do Trabalho e Emprego. 24 de janeiro de 2006.

<sup>17</sup> PAC. Programa de Aceleração do Crescimento. 2007. Disponível em: <<http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac>> Acesso em 06 jun. 2018.

aeroportos tiveram que ser reformados e/ou construídos, gerando gastos. Os jogos olímpicos custaram 41,03 bilhões, segundo dados da Autoridade da Governança do Legado Olímpico (AGLO, 2017). A copa teve um custo de 28,2 bilhões, segundo dados do Ministério dos Esportes, de modo que a soma dos dois jogos fica na casa dos 69 bilhões.

Esses gastos geraram comoção nacional e promoveram uma série de protestos contra o governo, especialmente na época da Copa do Mundo. Alguns deles ocorrendo com violência (**Imagem 55**), ataques a bens e prédios públicos, queima de ônibus (**Imagem 59**) e carros de polícias, como ocorreu nas cidades de São Paulo, Brasília e Recife. Houve também greves que paralisaram alguns serviços, a exemplo da greve dos metroviários de São Paulo (**Imagem 60**).

**Imagem 45** - Confronto entre polícia e manifestantes, em frente ao Maracanã, contra os gastos da reforma do estádio (jun. 2013)



**Fonte:** Disponível em: <<https://esporte.uol.com.br/album/2013/06/15/protestos-na-copa-das-confederacoes.htm>> Acesso em 12 jul. 2018.

A insatisfação da população era tanta que a presidenta Dilma Rousseff não conseguiu proferir seu discurso de abertura da Copa do Mundo, em função das vaias, e o mesmo se repetiu nos jogos olímpicos. Temendo que o mesmo se passasse quando da condução da taça da copa do mundo, na final dos jogos, a Fifa decidiu que quem conduziria a premiação fosse a modelo brasileira Gisele Bündchen. Foi a primeira vez que um chefe de estado do país anfitrião não procede à entrega da estatueta.

**Imagem 46** - Presidenta Dilma Rousseff sendo vaiada ao tentar fazer o discurso de abertura da Copa das Confederações (15 jun. 2013)



**Fonte:** Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/esporte/jogo-de-abertura-da-copa-tem-14-000-ingressos-para-convidados/>> Acesso em: 12 jul. 2018.

A cerimônia de encerramento também foi marcada por protestos, ganhando destaque os voluntários que conseguiram furar o bloqueio de segurança e, como membros do corpo de bailarinos da apresentação artística, saíram de dentro das bolas cênicas exibindo faixas contra a privatização do estádio Maracanã.

**Imagem 47** - Faixa de protesto em cerimônia de encerramento da Copa das Confederações (30 jun. 2013)



**Fonte:** Disponível em: <<https://copadomundo.uol.com.br/noticias/redacao/2013/06/19/fifa-afirma-que-nao-permite-protestos-dentro-dos-estadios.htm>> Acesso em: 12 jul. 2018

**Imagem 48** - Protesto contra a copa no Rio de Janeiro (25/01/2014)



**Fonte:** Disponível em: <<http://jcabrasil.org/protestos-contr-a-copa-do-mundo-levara/>>  
Acesso em: 14 jul. 2018

**Imagem 49** - Ônibus queimado em protesto contra a Copa (abril de 2014)



**Fonte:** disponível em: <<https://espinhodemetal.wordpress.com/tag/onibus/>>  
Acesso em: 14 jul. 2018.

**Imagem 50** - Greve dos Metroviários em São Paulo (julho de 2014)

**Fonte:** disponível em: <<https://espinhodemetal.wordpress.com/tag/onibus/>>  
Acesso em: 14 jul. 2018.

Essas manifestações contra os investimentos nas obras preparativas para os eventos desportivos deram força para outros movimentos que ocorreram em 2015, porém, tendo como pauta, o *Impeachment* da presidenta Dilma Rousseff.

#### 4.4.4 O *impeachment* volta a assombrar o Palácio do Planalto

Os protestos contra os investimentos/gastos dos eventos desportivos e a publicitação de escândalos de corrupção fizeram emergir deste período o “Movimento Brasil Livre – MBL<sup>18</sup>” que clamava pela investigação da “Lava Jato”, envolvendo o Presidente Lula, e “Vem para Rua<sup>19</sup>” que convocava a população para sair às ruas de verde amarelo, contra a corrupção e em favor do *Impeachment*. Assim, vê-se, mais uma vez, a movimentação de parte da sociedade para tirar do poder um presidente, como havia ocorrido com o presidente Fernando Collor.

---

<sup>18</sup> O Movimento Brasil Livre, com o slogan “construindo um Brasil melhor”, foi criado em 01 de novembro 2014, e se define como um movimento liberal e republicano. Autores do projeto “Escola sem Partido” cuja bandeira de luta é contra a doutrinação ideológica e política nas escolas.

<sup>19</sup> O Movimento Vem pra Rua, coordena manifestações contra a corrupção, e seus manifestantes se declaram suprapartidários, democráticos e plurais. Foram os responsáveis pelo enunciado “Tchau, Querida” que fazia alusão à saída da presidenta Dilma após o *Impeachment*. Esse enunciado continuou ressignificando por muito tempo.

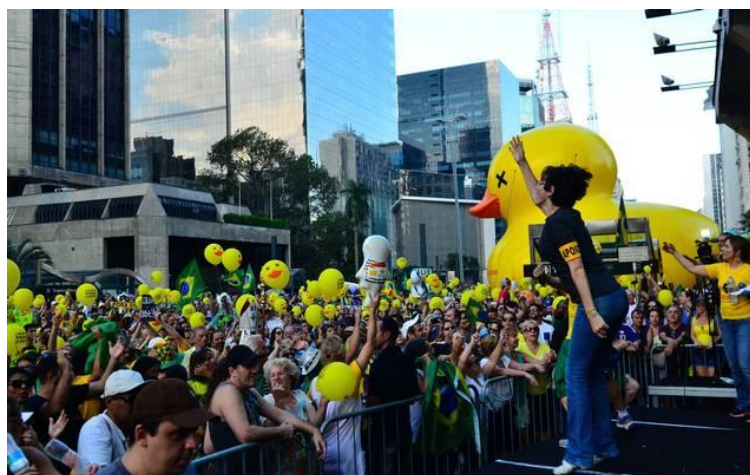
**Imagem 51** - Manifestação em prol do Impeachment de Dilma Rousseff (15 mar. 2015)



**Fonte:** Disponível em: < <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/impeachment/manifestantes-pro-impeachment-ocupam-a-avenida-paulista.html> > Acesso em: 12 jul. 2018.

Em 15 de março de 2015, aproximadamente 2 milhões de pessoas (Datafolha 2015) realizaram uma manifestação na avenida paulista (**Imagem 61**) e inúmeros outros também volumosos se espalharam por todo o Brasil. Surge também um símbolo do movimento pró *impeachment* e contra o PT, o “pato da Fiesp<sup>20</sup>”, presente nas maiores manifestações de direita do país.

**Imagem 52** - Movimento Vem pra Rua, com o Pato da FIESP



**Fonte:** Disponível em: < <http://www.esquerdadiario.com.br/Lider-do-movimento-Vem-Pra-Rua-e-funcionario-fantasma-em-Manaus> > Acesso em: 12 jul. 2018.

---

<sup>20</sup> FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. O Pato, grosso modo, retratava que a população estava cansada de “pagar o pato”, segundo os líderes do movimento.

As posições político-partidárias dividiam opiniões e grupos. Os que trajavam verde e amarelo ganharam o apelido de “coxinhas”, que segundo explanação da Professora Margarete Schmidt (2017), é um resgate de uma antiga gíria paulistana, designada para os policiais que faziam ronda em bairros menos favorecidos e retiravam os andarilhos e pedintes da frente das padarias, bares e restaurantes, em troca de coxinhas e café coado. A releitura do termo, nesse momento político, foi atribuída aos manifestantes que eram contra os partidos de esquerda. Se designavam de classe média, trabalhadora e que queriam “limpar” o país da corrupção. Estes viam na expulsão de Dilma Rousseff do poder, a solução plausível para os malefícios causados pelo governo da esquerda.

Havia, por outra banda, os manifestantes de esquerda, intitulados pelo jornalista Reinaldo Azevedo, de “petralhas”, originada pela contração das palavras petista + metralha (desenho da Disney, que representava uma quadrilha de irmãos que roubavam e, por conseguinte, viviam presos). O termo foi incluído como verbete pelo dicionário Sacconi, em 2010, o que causou revolta entre os militantes da esquerda que o consideravam pejorativo. O termo já havia sido usado pelo citado jornalista em 2008, na época dos escândalos do mensalão, tendo ele escrito um livro, neste mesmo ano, pela editora Record, com o título: “O País dos Petralhas”.

**Imagem 53** - página do dicionário Sacconi (2010) – verbete Petralha

**pe.tral.ha** adj. e s.cdd.(o/a) Pejorativo **1.** Que ou pessoa que, sem nenhum escrúpulo, não vacila em cometer todo e qualquer ato marginal à lei, como usurpar, mentir, extorquir, ameaçar, chantagear, roubar, corromper, ou que defende com ardor ladrões, corruptos, usurpadores, mentirosos, cínicos, extorsionários, chantagistas, etc. que, porém, posam de gente honesta e defensores intransigentes da ética: jornalista petralha; jornaleco petralha; há petralhas nesse governo? \ s.f.(a) **2.** Petralhada: se há algo positivo nas agressões que a petralha vem dirigindo contra a imprensa é o fato de que, finalmente, o verdadeiro caráter desse grupo veio à tona. \ adj. **3.** Característico ou próprio desse tipo de pessoa; sórdido; nojento; asqueroso; canalha; calhorda: comentário petralha; o jeito petralha de governar; a agressividade petralha. Æ Este neologismo foi criado pelo jornalista Reinaldo Azevedo, que o formou de petista (em referência ao simpatizante ou membro desonesto, aloprado ou inescrupuloso do PT) + Irmãos Metralha, gêmeos bandidos atrapalhados das estórias em quadrinhos e dos desenhos animados. @ **petralhada** (pe) s.f. [bando de petralhas; petralha (2)].

**Fonte:** Disponível em: < <https://twitter.com/reinaldoazevedo/status/333944851303378948>>  
Acesso em: 12 jul. 2018.

A gana pelo *Impeachment* já tomava conta da câmara dos deputados e do Senado (**Imagem 64**). O Supremo Tribunal Federal avançava com as investigações e, de certa forma, contribuía para o processo seguir o caminho pelo o qual a direita ansiava.

**Imagem 54** - Deputados de oposição pedindo o Impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff



**Fonte:** Disponível em: < <https://bereianews.com/tag/tchau-querida/> Acesso em: 12 jul. 2018

O processo teve início em 2 de dezembro de 2015, com o aceite por parte do presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, da denúncia de crime de responsabilidade. A Câmara dos Deputados, no dia 17 de março de 2016, aprovou, em votação aberta, com 433 votos favoráveis e apenas um contrário, a Comissão Especial de *Impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, com vistas a avaliar o pedido de autoria de Miguel Reale Júnior, Janaína Paschoal e Hélio Bicudo, com fulcro em crime de responsabilidade, um pacote que continha acusações de pedaladas fiscais, desrespeito à lei orçamentária, improbidade administrativa, acusações de corrupção envolvendo a Petrobrás. Desse modo, a presidenta ficaria afastada por um período máximo de 180 dias, para que o processo fosse analisado.

O relatório, ao término do prazo, foi favorável ao *Impeachment*. O caso vai a plenário. Para que Dilma Rousseff fosse condenada seria necessário 2/3 dos deputados, o que representava, de um universo de 513, o voto de 342 em desfavor à presidenta. A votação foi aberta e exibida em rede nacional. Uma vitrine para muitos deputados, cujas justificativas dos votos mais pareciam um vexatório episódio de comédia.

**Imagem 55** - Aprovação do Processo de Impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff pela Câmara dos Deputados



**Fonte:** Disponível em: <<https://epoca.globo.com/tempo/noticia/2016/04/camara-aprova-impeachment-de-dilma-rousseff>> Acesso em: 12 jul. 2018

Enfim, após a “balbúrdia” que perdurou por 6h, em 17 de abril de 2016, com 367 votos favoráveis e 137 contrários (**Imagem 65**), a Câmara autoriza o processo de *Impeachment* da presidenta. Agora seguia para o Senado, que em 12 de maio do mesmo ano, aprovou por 55 votos a 22 o processo que afastava Dilma Rousseff do cargo. Nesse período, e enquanto perduravam as investigações, assumiu interinamente o vice-presidente, Michel Temer.

Mesmo com todo o esforço do Partido dos Trabalhadores e do trabalho de defesa de José Eduardo Cardozo – da Advocacia Geral da União, em 31 de agosto de 2016, tem-se na história política do Brasil, o segundo presidente destituído do cargo por um processo de *Impeachment*. Assume definitivamente o poder, o presidente Michel Temer. Festejam os partidos de direita, lamentam os partidos de esquerda e reagem, alegando que todo o processo foi um Golpe (**Imagens 66 e 67**).

**Imagem 56** - Argumentos dos contrários ao Impeachment



Fonte: Disponível em:

<<http://mineiropt.com.br/tudo-o-que-voce-precisa-saber-sobre-o-golpe-por-igor-fuser/>> Acesso em 12 jul. 2018

**Imagem 57** - Argumentos dos favoráveis ao Impeachment



Fonte: Disponível em:

<<https://wporfirio.wordpress.com/2016/03/25/voce-sabe-o-que-e-golpe-refutando-os-petistas-foradilma-lulanacadeia/>> Acesso em 12 jul. 2018

Aqueles que acreditavam que a saída de Dilma Rousseff representaria o fim da corrupção e o retorno do progresso do Brasil, tiveram os seus sonhos devastados. Michel Temer se tornou o presidente com o menor índice de aprovação da história do mundo, segundo pesquisa do Eurasia Group<sup>21</sup> (jul.2017), cujos dados demonstram que apenas 7% da população consideram bom o seu governo. Essa impopularidade baixou ainda mais no ano de 2018, chegando a 3% (no primeiro semestre). A inflação cresceu, os direitos trabalhistas foram ameaçados e a corrupção seguia, porém agora, com o apoio do Supremo Tribunal.

<sup>21</sup> Disponível em: <<https://www.eurasiagroup.net/live-post/direct-from-sao-paulo>> Acesso em: 12 jul. 2018

Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/levantamento-aponta-temer-como-presidente-mais-rejeitado-do-mundo-21994959>> Acesso em: 12 jul. 2018

#### 4.4.5 A PEC 241 E O DESMONTE DA EDUCAÇÃO PÚBLICA NACIONAL

O biênio 2016/2017 ficou marcado pelos projetos de Michel Temer de reforma da previdência, tendo apoio de Gilmar Mendes, ministro do Supremo Tribunal Federal, além da PEC 241 que propunha o congelamento das verbas públicas federais, especialmente da saúde e educação, por 20 anos. Essa proposta de Emenda Constitucional desencadeou uma série de paralisações e greves e uma comoção nacional dos militantes da educação pública.

**Imagem 58** - Aprovação em primeira instância da PEC 241 / Câmara (10/10/2016)



**Fonte:** Disponível em: < <https://www.cartacapital.com.br/politica/deputados-congelam-verba-da-saude-e-educacao-por-20-anos> > Acesso em: 06 fev. 2018.

Com a justificativa de enxugar gastos e acertar as contas federais, após banquete oferecido por Michel Temer, 366 deputados aprovam, em primeira instância a PEC 241, com verdadeiras manobras políticas e judiciais, passando por cima de prazos regimentais e ritos constitucionais, estava posta a derrota das políticas públicas que mais impactam a população: saúde e educação.

A análise de conjuntura realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2016) revelou que “a perda acumulada em 20 anos para a saúde seria de 654 bilhões de reais, em um cenário de crescimento do PIB de 2% ao ano.”

Já para o âmbito da Educação, de acordo com a Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira, da Câmara dos Deputados (CONOF, 2016), a PEC 241 trará uma redução anual de 24 bilhões, o que representaria, ao final dos 20 anos, uma perda de investimentos na casa dos 480 bilhões.

Em entrevista à Carta Capital de outubro de 2016, o ex-ministro de Educação do Governo Dilma Rousseff, Sr. Renato Janine Ribeiro declara que a Proposta de Emenda Constitucional “inviabiliza o cumprimento da meta de universalizar o atendimento das crianças e adolescentes até 2020, como prevê o Plano Nacional de Educação.” Nesta mesma edição da revista, o ex-ministro da Saúde do Governo Lula, José Gomes Temporão declara que a PEC é uma “condenação de morte” para milhares de brasileiros. Estamos falando de fechamento de leitos hospitalares, de encerramento de serviços de saúde, de demissões de profissionais, de redução do acesso, de aumento da demora no atendimento.”

No que tange especificamente à Educação, entrariam nesse plano de redução dos déficits públicos cortes de bolsas, redução de investimentos em pesquisa, escassez nas verbas destinadas à melhoria das instituições de ensino, redução e exclusão de alguns programas como o PROUNI e diminuição de verbas destinadas à qualificação dos professores.

Com base nos dados apontados à época pelo Ministério da Educação, publica a revista Carta Capital:

O avanço da educação no século XXI, escasso para as necessidades dos brasileiros e da economia, não se repetirá, com o congelamento de verba. As matrículas em universidades pularam de 3 milhões para 7 milhões entre 2001 e 2013, embaladas pela criação instituições federais (18) e de bolsas (Prouni). No ensino profissional, as inscrições em estabelecimentos federais subiram de 315 mil em 2001 para 784 mil em 2014. O orçamento da rede de escolas técnicas saltou de 850 milhões de reais em 2003 para 10 bilhões em 2015, descontada a inflação. (CARTA CAPITAL, 2016).

Para a sua efetiva implantação, a PEC 241 ainda necessitava ser aprovada pelo Senado, assim, houve mobilizações em todo o Brasil para que esse congelamento dos gastos públicos não ocorresse e, desse modo, salvaguardar os direitos conquistados a duras penas, ao longo de décadas.

**Imagem 59** - Manifestação em São Paulo Contra a PEC 241 (out.2016)



**Fonte:** Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/17/politica/1476722269\\_459922.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/17/politica/1476722269_459922.html)> Acesso em: 02 jul.2018.

Foi agendada uma manifestação nacional para o dia 19 de outubro de 2016 e em várias cidades ocorreram atos e passeatas contra a PEC 241. A **Imagem 69** mostra 10 mil pessoas que saíram da frente do Museu de Arte de São Paulo – MASP e caminharam por toda a Avenida Brigadeiro Faria Lima. Havia muitos estudantes e professores, além de agentes de saúde, dois segmentos mais afetados pelo congelamento dos investimentos públicos. No dia 11 de novembro novas manifestações ocorreram em 18 Estados Brasileiros e no Distrito Federal, alguns com paralisação das rodovias, conforme mostra a **Imagem 70**.

**Imagem 60** - Manifestantes fecham a Anchieta em protesto contra PEC 241



**Fonte:** Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/11/manifestantes-protestam-contrapec-dos-gastos.html>> Acesso em: 2 de jul.2018.

Mesmo com tantos protestos contra o texto da Emenda Constitucional, esta foi aprovada, em segundo turno, pelo Senado, no dia 13 de dezembro de 2016, uma sessão conturbada, repleta de manifestações, tanto da base aliada, quanto da oposição. Estava estabelecido, pelos próximos 20 anos, o teto para os gastos públicos.

Para o diretor e 2º tesoureiro do ANDES-SN, João Negrão, a PEC representa a retomada do conservadorismo e de uma visão de Estado que não atende aos interesses dos usuários dos serviços públicos.

É um discurso que irá beneficiar os grandes investidores, o mercado financeiro, banqueiros, latifundiários, empresários, pois visa cortes em áreas sociais para gerar superávit primário e pagar a dívida pública, aprofundando o desmonte dos serviços públicos e favorecendo a privatização em vários setores como Saúde e Educação. Uma das alternativas para aumentar a arrecadação e reequilibrar as contas públicas, seria taxar as grandes fortunas e ainda realizar uma auditoria da dívida pública e rever o pagamento de juros e amortizações que consome mais da metade do orçamento da União (ANDES-SN, ago. 2016).

Na primeira quinzena de agosto de 2018 já foi possível perceber os reflexos da PEC 241, com a notícia do corte de bolsas anunciado pelo Ministro da Educação, para passar a valer a partir de agosto de 2019. O Conselho Superior da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, se manifestou contrário da decisão, uma vez que o corte representaria uma diminuição de no mínimo 580 milhões. Caso o Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) de 2019 seja aprovado com essa diminuição de recursos a pesquisa no Brasil sofrerá um apagão.

Além das bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado, o corte também pode afetar abalar a manutenção de programas nacionais importantes, como o Programa Nacional de Professores da Educação Básica – PARFOR; o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID; e o Programa de Residência Pedagógica. Mais uma vez os brasileiros vão às ruas para se manifestarem contra uma política de Michel Temer, conforme mostra a **Imagem 71**.

**Imagem 61** - Manifestação de pesquisadores no MASP, contra o corte de bolsas da CAPES



**Fonte:** Foto de Fábio Vieira. Disponível em: < <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2018/08/03/protesto-contr-a-corte-nas-bolsas-da-capes-bloqueia-avenida-paulista.ghtml> >  
Acesso em 3 ago. 2018.

As medidas de Temer também englobam uma reforma da Previdência, que prevê o aumento da idade para se aposentar e a cobrança de taxas ainda maiores dos inativos. Além disso, cogita-se que o presidente planeja realizar, sem a consulta prévia popular, um projeto de semi-presidencialismo que, por meio de emenda constitucional, fará figurar o cargo de primeiro-ministro como chefe de governo. Nesta perspectiva, o Presidente da República teria competência para:

[...] propor leis ordinárias e complementares, além de ser o responsável por nomear e exonerar o primeiro-ministro, sancionar, promulgar e vetar leis. E, enquanto vigorar o sistema presidencialista, haveria o cargo de “ministro-coordenador”, ocupado por um parlamentar. Além disso, privatizações e vendas de terras para estrangeiros também estão no radar do Planalto (GUIMARÃES, 2017, p. 3).

Enquanto boa parte dos brasileiros reprovava o presidente interino, este se justificava: “Usei a minha impopularidade para fazer as reformas necessárias” que “ninguém tinha coragem de fazer”, excerto de sua fala no 22º Encontro Anual da Indústria Química, ocorrido na cidade de São Paulo.

A Era Temer pôs fim a outros programas que foram criados pelos governos do PT e que atendiam diretamente à população mais fragilizada do Brasil, a exemplo do fim do Programa Farmácia Popular que comercializava medicamentos, a baixos custos, e alguns gratuitos, como uma das diretrizes da Política Nacional de Assistência Farmacêutica. Há de se registrar ainda o fim do Programa Ciência Sem Fronteiras, que acabou com o sonho de estudantes de universidades públicas de terem experiência acadêmico-cultural no exterior.

O país que saiu do mapa da fome da ONU no Governo Lula, agora está a um passo de regressar a esta triste estatística<sup>22</sup>. A educação básica está à margem das enfraquecidas políticas públicas. O Ensino Superior vive na “corda bamba”, equilibrando-se com a pequena “sombriinha” do governo, e olhando para baixo vê o abismo da privatização. As condições de trabalho dos professores estão cada vez mais precárias. O desprestígio do ensino perante a sociedade e a imprensa é latente.

Fazer greve nesse cenário desolador é difícil, ainda mais sem contar com o apoio da população. Nem os próprios educadores se motivam a participar dos movimentos sindicais. Os impactos dessas paralisações recaem sobre calendários de reposições que representam mais punições do que cumprimento de horas. Pautas são atendidas parcialmente, parceladamente e, algumas, revogadas meses depois. Assim caminha a educação do Brasil. Com deputados protegidos por camburão da polícia e professores bombardeados. Nos campos de batalha? Não, nos campos da Assembleia Legislativa do Paraná e em outros campos de diversos pontos do país.

A carreira dos professores só não está pior em função da existência de sindicatos combativos como os que explicitaremos no capítulo a seguir. São décadas de lutas e conquistas, graças à militância incansável destes agentes sindicais.

---

<sup>22</sup> Em setembro de 2018, período de fechamento desta versão da tese, encaminhada para a qualificação, o Brasil ainda não figurava no Mapa da Fome da ONU, mas estava muito próximo disso, assim, talvez, quando da defesa deste estudo, esta realidade pode ter se alterado.

## **5. OS GRITOS, OS ECOS E O SILÊNCIO QUE EMERGIRAM DA GREVE DOS EDUCADORES DE 2015 – Análise do *Corpus***

A greve dos educadores em 2015 envolveu as instituições públicas, mas teve apoio de escolas e universidades privadas e confessionais, haja vista que a precarização do trabalho do professor atinge, há tempos, todos os níveis da Educação Brasileira. E, infelizmente, essa realidade não é diferente de outras classes de trabalhadores. O modelo neoliberal trouxe a degradação das condições de trabalho.

Para compreendermos melhor os impactos dessa degradação, se faz necessário, antes, conhecer um pouco da história do sindicalismo dos docentes do Brasil, como surgiram, como suas pautas se ressignificaram ao longo dos tempos e as principais greves que antecederam a de 2015, as quais deixaram um lastro histórico que é possível perceber por meio da análise do discurso.

Como foi descrito em capítulos anteriores, nosso atual sistema de relações coletivas de trabalho é herdado do modelo corporativista implantado por Getúlio Vargas na década de 1930. Trata-se de modelo intervencionista, em que o sindicato nasce e morre no Estado, não havendo liberdade de organização sindical e permanece até a atualidade, praticamente intacta, mesmo após o advento da Constituição Federal de 1988, que apenas vedou ao Estado a interferência direta na organização sindical.

Considerando que o sindicalismo antes de 1930 era incipiente e que o modelo corporativista de organização sindical não foi extirpado com a Constituição de 1988, podemos até concluir que não vivenciamos outro sindicalismo senão o do tipo corporativista.

No Brasil, a primeira preconização em lei da organização sindical foi o decreto 979 de 1903, direcionado aos trabalhadores e empresas agrícolas, já que, à época, a economia brasileira era fortemente voltada para a agricultura. Aos sindicatos era expressamente permitida a formação de uniões ou sindicatos centrais com personalidade jurídica separada e com a atribuição de reunir sindicatos de diversas circunscrições territoriais.

A organização sindical ganhou forças especialmente após a instituição do imposto sindical que estabelecia o desconto de um dia de trabalho do empregado a

ser destinado para o sindicato de sua categoria. Essa pecúnia fortaleceu a organização dos trabalhadores.

A história dos sindicatos caminha paralelamente à história da exploração do trabalho de alguma categoria, e com a classe trabalhadora da Educação não foi diferente.

Os sindicatos que se constituírem com o espírito de harmonia entre patrões e operários, como sejam os ligados por conselhos permanentes de conciliação e arbitragem, destinados a dirimir as divergências e contestações entre o capital e o trabalho, serão considerados como representantes legais da classe integral dos homens do trabalho e, como tais, poderão ser consultados em todos os assumptos da profissão (MAGANO, 1991, p. 12. 11).

Nos capítulos anteriores, percebemos que boa parte dos movimentos de classes, das manifestações sociais e das revoluções contava com a presença de professores e estudantes. Na luta pela liberdade, mestres e discentes foram perseguidos na idade média. Contudo, a organização por categoria de educadores levou muito tempo, começando a aparecer somente a partir do século XX. Percebe-se maior união da classe dos educadores a partir de 1920, impulsionadas pelas reformas estaduais da legislação educacional brasileira e pelo advento das primeiras Universidades do Brasil.

Em 1924 cria-se a Associação Brasileira de Educação – ABE, que surgiu dos conflitos entre o caráter laico e/ou confessional do ensino. Essa Associação é o primeiro despertar de um movimento de luta, ainda não em formato sindical, mas despontava por não ser meramente reativa, haja vista que suas pautas não priorizavam os direitos trabalhistas e aumentos salariais, reivindicavam a educação pública e as políticas educacionais.

A ABE se consolidou principalmente pela organização das primeiras Conferências Nacionais de Educação e, mesmo em um momento conturbado como o do Governo de Getúlio Vargas, consegue disseminar as reivindicações dos educadores por meio do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em 1932.

A educação nova assume, com uma feição mais humana, a sua verdadeira função social, preparando-se para formar a hierarquia democrática pela 'hierarquia das capacidades', recrutadas em todos os grupos sociais, a que se abrem as mesmas oportunidades de educação. Tem por objeto dirigir o desenvolvimento natural e integral do ser humano em cada uma das etapas de seu crescimento, de acordo com certa concepção de mundo (BARROS, 2019, p.12).

A primeira representação de professores a que se tem registro no Brasil é o CPP – Centro do Professorado Paulista, em 1930, que aglutinava a maior categoria de servidores públicos do Estado de São Paulo. Defendiam a escola pública, na contramão do advento de várias escolas privadas que vinham surgindo nesta década.

O sindicato formal de docentes surgiu da precarização do trabalho dos professores de escolas privadas na década de 1930, mais acentuada na época do Estado Novo (1937-1946), atingindo especialmente os secundaristas e os do curso Normal.

O período democrático que se segue ao fim do Estado Novo é marcado pela tensão entre centralização e descentralização na educação brasileira e, tanto a Constituição de 1946 quanto a LDB de 1961 tentam conferir uma maior coesão ao conjunto disperso da legislação getulista. A perspectiva é resolver a questão através de uma maior centralização do Sistema de Ensino. No entanto, essa perspectiva terá pouca efetividade prática, pois é rapidamente interrompida pelo golpe de 1964 (GOUVEIA; FERRAZ, 2013, p. 115).

Nasce o SINPRO de Minas Gerais, criado legalmente em 1933, em Belo Horizonte, cidade onde à época, existiam 6 colégios privados, sendo que destes, 4 eram confessionais. Foi fundado com vistas a defender uma educação de qualidade e garantir os direitos da categoria, contudo, desde a sua constituição sofreu perseguição do Estado. Em 1943 o DOPS – Departamento de Ordem Política e Social impediu a posse da diretoria do SINPRO deste ano.

Em 1944 foi realizada a primeira campanha pelo repouso remunerado e, entre 1956 e 1960, a entidade participou dos debates sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e a criação da Federação dos Professores do Ensino Secundário, além de ter desenvolvido uma luta mais sintonizada com a ascensão do movimento sindical da época. (SINPRO, 2018).

Em março de 1945 surge a APESNOESP - Associação dos Professores do Ensino Secundário e Normal do Estado de São Paulo, em São Carlos. Em agosto de 1973, precisou trocar de nome, assumindo a sigla APEOESP (Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo), em razão da substituição das nomenclaturas primário e secundário pelos termos 1º e 2º graus.

Em 26 de abril de 1947, buscando congregar os professores da rede pública, surge a Associação dos Professores de Escolas Públicas do Paraná – APP, que se fortaleceu com a união com a Associação do Pessoal do Magistério do Paraná (APMP) e também com a Associação do Pessoal do Magistério do Paraná (APLP) e que quatro décadas mais tarde, após um longo período ditatorial, se transforma em sindicato, passando a se denominar APP-Sindicato, representando os professores das redes públicas (estadual e municipais) do Paraná.

Cabe destacar que a ABE se fortaleceu nacionalmente e deu origem, em 1960, à Confederação dos Professores Primários do Brasil – CPPB. Nessa época, fomentava-se fortemente o ensino profissionalizante, e eram inseridos na carreira docente profissionais com menos qualificação, o que, por conseguinte, ao mesmo tempo em que contribuía para a precarização do trabalho e desvalorização profissional, pois estes aceitavam ganhar salários mais baixos, também faziam cair a qualidade do ensino.

A CPPB aumenta a o seu escopo de representatividade e passa, em 1973, a abranger todos os professores do território nacional, passando a se chamar Confederação dos Professores do Brasil – CPB. Esta entidade figurou até 1990, quando altera o seu estatuto de forma a abrigar também os docentes secundaristas (antigo ginásio) e se transforma em Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE.

Importante salientar que todas essas associações, no período de 1982 a 1988 estavam proibidas de efetivar a sindicalização de professores de escolas públicas, o que dificultava a filiação destes servidores e, de certa forma, enfraquecia a organização da classe. Com o advento da Constituição Cidadã, essa realidade mudou e no ano de 1988 a CNTE se filia à Central Única dos Trabalhadores – CUT:

o contínuo crescimento absoluto do número de professores, configurou um conjunto ideal de condições sociais objetivas para o crescimento da atividade política de cunho corporativo, que resultou nas greves de finais dos anos de 1970 e início de 1980. É nessa conjuntura que as associações de professores começam a assumir um caráter propriamente de representação de interesses, dando origem, após a Constituição de 1988, a entidades propriamente sindicais (GOUVEIA; FERRAZ, 2013, p. 115).

O período político, o crescente número de escolas privadas que passaram a contratar mais professores, em algumas vezes, de forma precária, e as mudanças

da legislação educacional nacional mudaram o perfil de ação dos sindicatos de trabalhadores da educação, com destaque para os seguintes elementos:

1) a coexistência entre ações corporativas e ações de disputa sobre os rumos da política educacional; 2) a coexistência entre associações de caráter trabalhista e entidades associativas sobre a temática educacional, por exemplo, a convivência entre a CPPB e a ABE, ou mais recentemente a CNTE, o Fórum Nacional de Defesa da Escola Pública e a Campanha Nacional pelo Direito à Educação; e 3) a diversidade das entidades de representação, fruto tanto da descentralização do Sistema de Ensino quanto do período e das peculiaridades regionais em que foram fundadas (GOUVEIA; FERRAZ, 2013, p. 116).

Com sindicatos mais combativos, as greves começaram a ser uma constante na carreira docente, a partir da década de 1960. O dia do professor era uma data que promovia a reflexão das questões e que era marcada por paralisações simbólicas que pautavam a precarização do trabalho. A primeira greve de maior destaque no magistério ocorreu em 1963, que foi deflagrada em São Paulo, mas se alastrou por boa parte dos Estados brasileiros.

A organização sindical e a luta dessas entidades de classe acarretaram grandes conquistas à categoria, especialmente entre as décadas de 1980 a 2000, a exemplo da hora/atividade (que reconhece o trabalho do professor para além do tempo da sala de aula, ou seja, um tempo remunerado, destinado ao preparo das aulas e correções de atividades), a instituição de pisos salariais, a inserção do art. 212 na Constituição de 1988 que deu origem ao FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, o Plano Nacional da Educação, a garantia de investimento de 10% do PIB em Educação.

Em fevereiro de 1981, surge a Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior – ANDES, na cidade de Campinas, buscando abrigar, em um primeiro momento, os docentes das universidades federais, depois as estaduais que não se viam contemplados pelas associações e sindicatos que haviam sido criados até então.

Pelo perfil de seus filiados, a ANDES avançou em pautas mais amplas, contemplando temáticas como políticas de gênero, reforma agrária, questões ligadas à etnia, além de aspectos da ciência e tecnologia, aproximando mais a educação da realidade social.

Para se expandir no território nacional a ANDES passou a criar seções sindicais individuais em cada universidade, intituladas de ADs, mas que ficavam abarcadas pelo estatuto da associação maior. Com a promulgação da Carta Magna de 1988, a ANDES se tornou em Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ANDES-SN, passando a sua sede para Brasília, estendendo a sua representatividade aos professores da educação básica, do ensino técnico e tecnológico do Brasil.

Em 2005 surge o Sindicato dos Professores do Ensino Superior Público Federal – PROIFES, com vistas a lutar por pautas trabalhistas (carreira, salários, melhores condições de trabalho) específicas dos professores das Instituições da esfera federal. Importante salientar que a mesma base era contemplada pelo ANDES, logo, pela obrigatoriedade brasileira de unicidade sindical, surgia uma disputa pela base.

Com tantas associações se transformando em sindicatos, logo passou-se a uma disputa por bases, uma vez que havia muitas entidades que representavam a mesma categoria, a exemplo do SINPRO e ANDES, no que concerne à base dos docentes de Ensino Superior. A Carta sindical destas duas entidades de classes está sob judicío há mais de vinte anos, por uma disputa de base dos docentes de ensino superior da esfera privada. O SINPRO contesta na justiça que esta base pertence a ele. Contudo, o ANDES alega que representa a totalidade dos docentes de ensino superior, independente da Instituição ser pública ou privada.

Essa disputa pela base se deu, historicamente, não somente pela representatividade da classe propriamente, mas, sobretudo, pelo imposto sindical, fundamental para a manutenção das entidades. Assim, enquanto um sindicato detém o registro/carta sindical, este pode cobrar de seus filiados a contribuição sindical compulsória. Contudo, essa obrigatoriedade que consta da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, foi derrubada em julho de 2018, no final do Governo Michel Temer. Com isso, o filiado só repassa o valor se for de sua vontade, passando de imposto para contribuição sindical. Com essa falta de imposição, é possível que as ações dos sindicatos sejam enfraquecidas, haja vista que, com o tempo, os recursos ficarão escassos.

Até 1992 os docentes das universidades paranaenses tinham suas relações de trabalho regidas pela CLT, o que permitia ao sindicato recorrer ao dissídio coletivo e arbitragem pela justiça do trabalho quando não se chegava a um acordo sobre as cláusulas anuais de negociação. Depois que o Governador Requião transformou as fundações universitárias em autarquias (1992), os docentes passaram a serem considerados funcionários públicos e, nessa medida, não mais regidos pela CLT (SINDIPROL/ADUEL, 2018, n.p).

Em Londrina também se percebe a presença de mais de um sindicato representando a mesma categoria, embora essa disputa já tenha sido judicializada na década de 1990. Contudo, essa situação gera um pouco de confusão no âmbito das universidades, paranaenses chegando a ter, por exemplo, duas associações que dividem a mesma base, desafiando a unicidade sindical.

#### 5.1 A ORGANIZAÇÃO SINDICAL DOS PROFESSORES DE LONDRINA E DA UEL

Os sindicatos, historicamente, representam uma classe de trabalhadores que se configuram como uma base sindical, que pode se dar por ramo de atividade, ou territorial, podendo nesse último caso aglutinar vários municípios em uma única entidade.

Em Londrina, até a data de fechamento deste trabalho, encontramos três sindicatos que representam os professores, quais sejam: SINPRO Londrina (cuja base está demarcada pelos professores da rede privada de ensino, incluindo os de ensino superior, além de todos os Centros de Educação Infantil Filantrópicos); Há também a APP Sindicato – Núcleo Sindical de Londrina (abrange professores e funcionários da educação infantil, ensino fundamental, médio e especial, de instituições públicas municipais e estaduais de Londrina e região que abrange dezenove municípios; Para representar os docentes da Universidade Estadual de Londrina temos o SINDIPROL / ADUEL, cuja base sindical também contempla os professores da Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR e da Universidade Norte do Paraná - UENP.

O SINDIPROL surgiu em 1980 para representar, em plano inicial, os professores da UEL, das instituições privadas de ensino superior e das faculdades isoladas. Essa base sindical figurou até 1994, quando por uma decisão judicial, os docentes das faculdades particulares passaram a ser representados pelo SINPRO.

A ADUEL, juntamente com a ADUSP e ADUNICAMP foram as propulsoras do ANDES, assim, desde sua criação, em 1981 foi uma seção sindical do ANDES/SN, mas com a fusão com o SINDIPROL, esse vínculo não foi mantido.

Importante esclarecer que para a criação do SINDIPROL/ADUEL, houve uma fusão, em 2009, de duas entidades de classe, ou seja, a Associação dos Docentes da UEL – ADUEL - que já havia surgido de outra instituição sindical, a Associação dos docentes e servidores do Hospital Universitário – ADHUEL e o SINDIPROL – Sindicato dos Professores do Ensino Superior Público Estadual de Londrina e Região.

Em 2015, volta à tona o desejo de se filiar novamente ao ANDES, movimento decorrente das duas últimas greves e das ações dos últimos governos que mostraram que os sindicatos precisam ser mais combativos e com estruturas mais fortes e de impacto nacional. Assim, no Congresso do SINDIPROL/ADUEL do ano de 2017, decide-se por realizar uma assembleia, com pauta específica e quórum qualificado dos filiados para deliberar acerca da integração com o ANDES.

Todo esse processo foi precedido por um amplo debate com os associados, reuniões por Centros de Estudos, divulgação de textos esclarecedores por meios dos jornais do sindicato, dentre outras ações que ocorreram de 4 de julho a 21 de setembro. No ano de 2018 se daria a consulta formal aos associados, por meio de votação.

A incorporação ao Sindicato Nacional nos recolocará no movimento docente nacional – junto com as principais entidades representativas dos docentes do país, como a ADUNICAMP, ADUSP, ADUFRJ, APUFPR etc. – num momento em que se intensificam os ataques às universidades públicas e aos trabalhadores em geral (SINDIPROL/ADUEL, 2018).

No dia 19 de outubro de 2018 concluiu-se a consulta aos associados acerca da vinculação do SINDIPROL/ADUEL ao ANDES-SN, com aprovação de “87,8% dos votos favoráveis, 10,6% contrários, 1,2% de votos em branco e 0,4 de votos nulos. Votaram ao todo 564 (quinhentos e sessenta e quatro) professores associados ao sindicato em todos os Centros de Estudos da UEL, da UNESPAR-Apucarana e dos campi da UENP” (SINDIPROL/ADUEL, 2018).

Há de se mencionar que mesmo com a existência de três sindicatos representando a classe de professores, nas greves mais expressivas ocorridas em

Londrina e no Paraná como um todo, essas entidades se mantiveram, em boa parte, unidas, uma vez que em alguns momentos as suas pautas se entrelaçavam, a exemplo da greve de 2015, foco deste trabalho.

## 5.2 A GREVE DOS 6 MESES

Embora o mote deste estudo tenha sido a Greve dos professores das Instituições de Ensino Públicas do Paraná, avaliamos ser relevante descrever neste capítulo um importante movimento sindical ocorrido na UEL que foi a Greve dos 6 meses, para cotejarmos, inclusive, quais eram as pautas daquela época com as que motivaram esta última.

Conhecida como a mais longa greve da América latina, a greve dos professores das universidades públicas do Paraná, ocorrida entre setembro de 2001 a fevereiro de 2002, perdurou por aproximadamente 6 meses (170 dias). Estavam paralisadas a UEL, a UEM e a UNIOESTE, período do governo de Jaime Lerner.

Embora tenha iniciado por um movimento de docentes, os servidores também aderiram à greve, paralisando também serviços essenciais como o Hospital Universitário (sendo atendidos somente casos de emergência), Clínica Odontológica, Hospital Veterinário, Restaurante Universitário, além de setores importantes como o de Compras, ficando inviabilizada naquele período a compra de insumos para abastecer os projetos de pesquisa dos órgãos suplementares. O vestibular também foi suspenso neste período (época em que havia vestibular de verão e de inverno).

Estava em pleito o projeto de autonomia universitária e para isso, foram mobilizados os vereadores e deputados estaduais, com vistas a pressionar a Assembleia Legislativa do Paraná – ALEP. Uma pauta de reposição salarial de 50,3% também fazia parte das negociações com o Governo, uma vez que o salário dos docentes estava muito defasado com relação ao restante do país. A regulamentação de novos cargos também era uma bandeira dos grevistas.

A remuneração de um docente concursado, em início de carreira na UEL, em 2001, perfazia um valor de R\$ 800,00. Os doutores e que já tinha mais tempo de carreira ganhavam em média R\$ 3,8 mil ao mês. A média salarial no mesmo ano

para os educadores do ensino médio em início de carreira era de R\$ 1.572,00<sup>23</sup>. O salário mínimo da época era de R\$ 270,00. Os salários estavam defasados desde 1995, quando receberam 10% de reajuste, de modo que nem a reposição constitucional da inflação foi respeitada nos anos subsequentes.

O governo, por sua vez, contestava que não poderia atender ao aumento pleiteado, em razão de um impedimento legal, atrelado ao teto do comprometimento da arrecadação com gastos de pessoal, o que incorreria em improbidade administrativa, pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

As verbas de custeio também foram reduzidas. A ALEP havia aprovado R\$ 104 milhões para o Ensino Superior, mas o Governo só liberou 57 milhões para dividir entre as IEES do Paraná.

Até o início de janeiro, o governador Jaime Lerner, do PFL, não havia apresentado nenhuma proposta ao movimento. Para resolver o impasse, os trabalhadores chegaram a recuar com sua pauta. Aceitariam o reajuste salarial de 30% apenas. Mas o governador foi contra. Alegou que se desse um índice de aumento aos trabalhadores do ensino superior, todos os servidores públicos iriam reivindicá-lo e isso ele não aceitaria (PSTU, 2018, n.p).

A coerção por parte do Governo e de algumas entidades públicas para o fim da greve foi muito grande, a exemplo do promotor público Dr. Bruno Galatti, da comarca de Londrina, que por meio de uma ação judicial obrigou que os médicos dos hospitais universitários da UEL e UEM retornassem ao trabalho. O Ministério Público Federal também impetrou mandado de segurança para que o reitor à época, Prof. Dr. Pedro Gordan, garantisse o funcionamento de pelo menos 70% da UEL.

A pressão pela privatização da Educação era forte e fazia parte de um plano maior de privatização das estatais. O corte de verbas destinadas ao ensino tinha por objetivo rever a gratuidade da educação superior. O que pode perceber alguma semelhança com o movimento de greve de 2015.

Lerner privatizou o Banco Público paranaense (BANESTADO), a companhia telefônica do estado (TELEPAR) e continua tentando vender a Companhia Paranaense de Energia Elétrica (COPEL), considerada modelo de gestão hidrelétrica e a mais lucrativa do país. Quanto ao ensino superior, ele força a “privatização por dentro”, obrigando-as a instituir taxas e vender serviços (PSTU, 2018, n.p).

---

<sup>23</sup> Segundo dados da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS de 2012.

O apoio dos estudantes e do DCE foi vital para a manutenção da greve por todo esse tempo, embora houvesse turmas isoladas, como a de formandos de medicina que garantiram, na justiça, a conclusão do curso e a consequente colação de grau no tempo regular. Os grevistas também contaram com a solidariedade dos próprios servidores e outros sindicatos que levavam mantimentos e comida para as ocupações. Nos últimos meses, os professores e funcionários que resistiram na greve, tiveram que contar com o auxílio de cestas básicas, compradas por amigos e representantes sindicais porque os salários dos grevistas foram bloqueados pelo Governo.

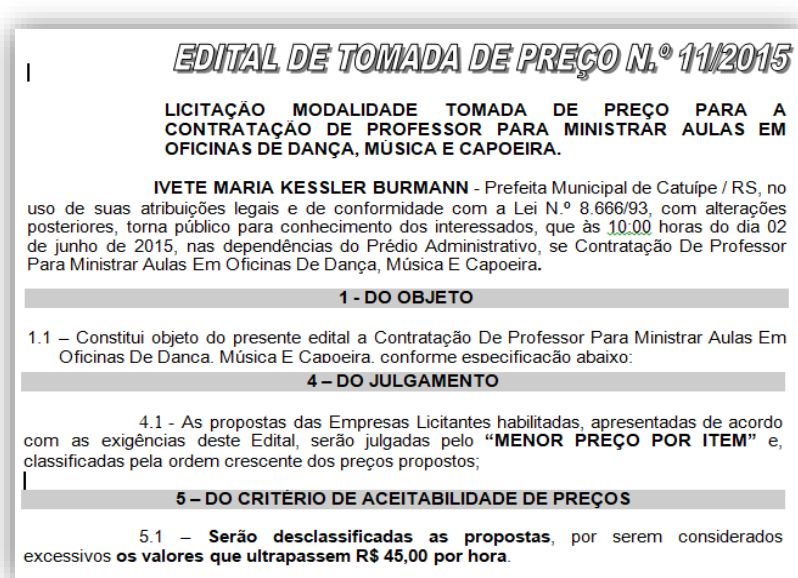
A respeitabilidade do movimento deu sustentabilidade para a greve. “Embora perdendo algumas questões jurídicas, o movimento popular que fizemos foi muito forte o que conseguiu manter a greve.” (REVISTA DO SINDIPROL ADUEL, 2012, p.48-49). Boa parte da pauta foi atendida. O projeto de autonomia entrou em pauta na ALEP. Houve reajustes médios de 35% aos servidores e aos docentes reajustes lineares de 12%.

Ao se comparar a greve de 2001/2002 com a ocorrida em 2015, percebe-se muita semelhança, a questão da autonomia universitária, a luta pela garantia das verbas de custeio, segurança do fundo da previdência, reposição salarial (índice da inflação), contudo, o que difere uma da outra é o tempo, sendo a primeira mais longa e as conquistas que também lograram mais êxito no Governo Jaime Lerner. Na greve de 2015, ao final, nem se falava mais em reajuste salarial, o que moveu os professores para o 29 de abril foi a manutenção dos direitos já conquistados, como o fundo do Paranaprevidencia.

### 5.3 A GREVE DE 2015 E OS ENUNCIADOS CONSTRUÍDOS

O Governo Temer imprimiu forte pressão para a privatização dos serviços públicos, especialmente da Educação Superior, com os ataques aos direitos trabalhistas conquistados com muita luta, há décadas, com os desmontes à previdência, e esse conjunto de atrocidades contribuiu para a degradação do trabalho. Chegamos a ter tomada de preços para contratação de professores, sem nenhuma garantia trabalhista, veja o exemplo disposto na **Imagem 72**.

**Imagem 62** - Edital de Tomada de preços para contratação de professor.



**Fonte:** disponível em: <[www.catuipe.rs.gov.br/wp-content/uploads/.../TP-11-2015-AULAS-DE-DANÇA.docx](http://www.catuipe.rs.gov.br/wp-content/uploads/.../TP-11-2015-AULAS-DE-DANÇA.docx)> Acesso em: 20 ago. 2018

O modelo capitalista neoliberal se aproveitou do enfraquecimento das classes trabalhadoras, especialmente nas décadas de 1980 e 1990, para debilitar a educação pública, fazendo ganhar força a privatização do ensino, período em que houve um *boom* de escolas privadas no Brasil. O mesmo modelo adotado por Margareth Thatcher e sua política de enfraquecimento dos sindicatos, e a conseguinte retirada de direitos trabalhistas, historicamente conquistados. Percebia-se que a educação deixava de ser um bem público para se transformar em mercadoria.

O Estado adotando a política social do neoliberalismo, cuja característica fundamental é a redução e a supressão de direitos sociais, não possui tampouco interesse em integrar, sequer de modo restrito segmentado, os trabalhadores à riqueza produzida. Nesse novo quadro político, a escola, a universidade e os trabalhadores em educação perdem importância como elementos de um projeto nacional e popular. Gasto público com educação é visto assim mesmo: como gasto (BOITO JR, 2002, p. 5).

Essa política nacional ganhou guarida no Estado do Paraná, com o Governo Beto Richa, berço do desmonte da educação pública, período em que ocorreu a greve, foco deste estudo.

A greve, muitas vezes é considerada pelos sindicatos, o último recurso do trabalhador, quando a situação já se torna insustentável, uma vez que é difícil manter as ações de luta, estabelecer as pautas, suportar as pressões do governo, as ondas de violência, dentre outros aspectos. A deflagração da greve se dá em razão de algum direito do trabalhador que está sendo ameaçado, ou de algum prejuízo da classe trabalhadora, cuja negociação com a entidade patronal, ou, no caso dos educadores das IES públicas, o Estado, não surte efeito. Contudo, terminar a greve se torna uma ação complexa, especialmente quando já perdura por muitos dias e a negociação não avança.

Os dias de paralisação passam, as pautas, em alguns casos, não são atendidas. A pressão aumenta dos dois lados (trabalhadores e governo), a ameaça de desconto de salários, ainda que ilegal, é um fantasma em todo o movimento grevista, de modo que o sindicato precisa ser muito combativo para conseguir vencer os propósitos de luta. Grevistas ativos e em luta, trabalhando pela greve nos Comandos, já não são tão expressivos. Em tempos de internet, faz-se greve pelas redes sociais.

Se antigamente a greve era uma ação para melhorar os salários, em 2015 presenciamos este movimento não só para recuperar os proventos defasados em função do não acompanhamento das correções dos índices inflacionários, mas sim, em prol da melhoria da educação, das condições de trabalho dos professores, da garantia do ensino e da pesquisa e da manutenção da hora-atividade e todos os direitos dessa classe.

O final do semestre de 2014 já apresentava alguns indícios de que uma greve poderia ocorrer. Décimo terceiro não depositado, salário de novembro pago

com atraso... mas, como é sabido pelos dirigentes do governo, final do ano é um período de total desmobilização dos docentes, atribulados com os fechamentos de notas e pautas, e na sequência, os recessos de natal e *réveillon*, praticamente nula a possibilidade de articulação de maior mobilização.

O início de 2015 foi pouco motivador para os professores da Universidade Estadual de Londrina. O 1/3 constitucional de férias não havia sido depositado no período legal, para boa parte dos servidores. Os ânimos para com o Governo Estadual já não estavam bons. A data base não tinha sido respeitada. O parcelamento do reajuste acordado em 2014 não vinha sendo pago, e tudo estava se encaminhando, com base nas tratativas com o secretário de Fazenda, que novamente no mês de maio, não haveria as reposições devidas, qual seja o mínimo constitucional estabelecido, que compreende as perdas da inflação.

Doze de fevereiro de 2015. Docentes da UEL, reunidos em assembleia geral, deflagram greve contra um “pacotão” - apelido dado pela classe trabalhadora dos professores - a um conjunto de projetos de leis, anunciado pelo o então, governador Beto Richa (PSDB), que contemplava cortes de benefícios de servidores da educação pública, alterações ao sistema de previdência estadual, cortes das horas atividades dos docentes, dentre outras. Isso seria levado à votação na Assembleia Legislativa do Paraná, em um momento de difícil mobilização de docentes e estudantes, uma vez que as atividades acadêmicas estavam em recesso.

Cabe aqui salientar que o governador já havia utilizado dois bilhões do fundo Paraná Previdência (sistema de previdência), sem anuência dos usuários e estava propondo sacar mais R\$ 145 milhões mensais, até sanar as dívidas dos cofres públicos. Esse foi o estopim da greve e de um cenário de horror, a que passaremos a relatar e analisar na sequência.

A greve recém-deflagrada contava com os seguintes pontos de pauta:

1. Retirada definitiva de qualquer projeto que altere a PARANAPREVIDÊNCIA.
2. Abertura de negociações entre o governo e o movimento grevista (docentes, técnico-administrativos e estudantes); **as propostas devem ser assinadas e publicitadas** pelo governador, apresentadas aos representantes do movimento de greve.
3. Imediata retirada da UENP e UNESPAR do META 4, e revogação dos decretos que ameaçam colocar as outras universidades sob gestão direta do governo.
4. Revogação do decreto que cria o GT sobre autonomia.
5. Pagamento imediato do terço constitucional de férias.
6. Repasse imediato dos valores devidos às universidades.
7. Implementação do incentivo por titulação já acordado com o governo.
8. Nomeação imediata dos docentes aprovados em concursos públicos (Fonte: SINDIPROL ADUEL, março de 2015, grifo nosso).

O item 1 que concerne ao ParanaPrevidência já detalhamos em linhas alhures, mas como o “assalto” a esse fundo seguia mês a mês, ele continuava como ponto de pauta e de luta. O item 2 indica a retomada do diálogo, porque desde o início da greve o Governador não sentou com os representantes sindicais para negociar a pauta. A tratativa se dava sempre com o líder do Governo à época, Deputado Luiz Cláudio Romanelli, do Partido Socialista Brasileiro, que ouvia as demandas dos trabalhadores somente, haja vista que a decisão final competia ao governador do Estado. O que nos chama a atenção nesse ponto são as palavras “as propostas **devem ser assinadas e publicitadas**”, o que nos remete a um passado (2014, grifo nosso) em que as promessas ficaram no vazio, sem nenhum documento oficial assinado. Queriam assegurar também, que os termos fossem firmados pelo Governador, e não mais por intermediadores.

O item 3 faz menção ao Sistema de Gestão de Folha de Pagamento, imposto pelo Estado, chamado de Meta 4, no qual já estavam inseridas as universidades UENP e UNESPAR, e que relatavam a total perda da autonomia universitária pós-implantação deste sistema. Beto Richa articulava agora incluir as outras cinco IES nesse mesmo software. Para elucidar ao leitor, o Meta 4 passava para o controle do Estado os pagamentos de cada docente, a decisão sobre a aprovação de progressões na carreira, pagamento de titulação e uma série de ingerências que feriam a autonomia. O governo alegava que o sistema seria

implantado para dar mais transparência e visibilidade dos gastos públicos (das universidades) à população, uma inverdade, uma vez que o Portal da Transparência já se encarrega disso. Esse era o discurso adotado pelo Governo para convencer a sociedade e colocá-la contra a classe dos professores em greve.

O item 4 pedia a revogação do decreto que criou o Grupo de Trabalho pautado pelo Governo para discutir a autonomia. Foi composto, em boa parte, por sujeitos que não compreendiam o funcionamento das universidades públicas do Paraná e dava um prazo de 90 dias para essas IES deliberarem acerca de sua autonomia, algo totalmente esdrúxulo, uma vez que a autonomia universitária é um direito constitucional, preconizado pela Carta Magna de 1988, em seu artigo 207.

O item 5, pedia o pagamento do 1/3 constitucional de férias, conforme já explicitamos anteriormente, que não havia sido pago no início do ano de 2015. Já o ponto 6 exigia o repasse imediato das verbas para o custeio da Universidade, já que não havia pago nem o último trimestre de 2014. Nessa época, a universidade estava com suas contas de água, luz, telefone e diversos outros tributos atrasados há meses, por falta de recursos.

O pleito do item 7 defendia o pagamento da progressão por titulação dos docentes, previstos na carreira, algo que o Governo prometia cortar, alegando que as universidades, pela grande quantidade de titulados (mestres e doutores) custavam (oneravam) muito ao Estado. E, por fim, mas não menos importante, o item 8 que exigia a nomeação imediata dos docentes aprovados em concursos públicos, desde 2011 e 2013. Muitos cursos começariam o semestre com algumas turmas sem professor. Não se autorizava nem a contratação de temporários.

Muitas mobilizações ocorreram desde o início da greve, aulas públicas, materiais publicados, passeatas pelas ruas da cidade, shows, manifestações artísticas e algumas assembleias para discutir as pautas e analisar a conjuntura. Mas, como quase toda a greve, começa muito fortalecida e, com o passar dos dias, das semanas, vai se enfraquecendo, especialmente quando não se percebe nenhuma vontade, por parte do Governo, de negociação.

O Deputado Romanelli continuava à frente das tratativas com os manifestantes e representantes sindicais. O Governador só falava com a imprensa e se recusava a ouvir os professores e qualquer representação sindical. Os sindicatos, por sua vez, se mantinham mobilizados, porém, pela experiência, já imaginavam que com esse Governo a contemplação da totalidade da pauta não seria possível. Ainda

assim, persistiam em firmar um acordo com o próprio Governador. Algo efetivamente oficial, que virasse decreto.

Em 17 de março de 2015, a reunião com o governador Beto Richa e os dirigentes sindicais dos servidores da educação, enfim, aconteceu, após horas de negociação, nenhuma proposta que contemplava algum ponto da pauta de reivindicações foi firmada, mas já se sentia o momento de terminar a greve. Já haviam se exaurido quaisquer possibilidades de acordos. Assim, em 19 de março, com base em várias promessas, mas a principal delas o compromisso do governo em não levar à ALEP os Projetos de Lei (pacotão), selam acordo os sindicatos dos servidores da UEL e o Governo e colocam fim à greve de 40 dias.

Docentes e servidores da UEL retomam as aulas na semana seguinte, com sentimento de derrota, uma vez que as suas reivindicações não haviam sido atendidas. Além disso, o peso de algumas semanas de calendário letivo para repor, sendo este um dos maiores ônus de uma greve de professores, na visão dos educadores grevistas, uma das poucas categorias que têm a obrigatoriedade de repor as horas de greve, em função dos 200 dias letivos a que devemos cumprir.

Tudo voltava, aos poucos, à normalidade. O Governo muito quieto, sem nenhum ataque. Professores concentrados no primeiro mês de aulas e com muito trabalho oriundo da reposição das horas. Eis que em 23 de abril de 2015 o Governo se movimenta mais uma vez e “ressuscita” o “pacotão”, agora “fatiado”, ou seja, separado em diversos PLs, mas com o mesmo teor de maldades. Em regime de urgência, já entraria em votação no dia 27 de abril, a Reforma da Previdência.

Professores de todo o Estado e de todos os níveis de educação pública se mobilizaram e seguiam em caravanas, no dia 25 de abril, para acompanharem a votação na ALEP. A UEL também participou, levando 2 ônibus com professores, estudantes e servidores técnico-administrativos. Chegaram a Curitiba e foram recepcionados por um contingente exorbitante de policiais militares que cercavam toda a Assembleia Legislativa, conforme demonstra a **Imagem 73**, a seguir.

**Imagem 63** - Cerco de soldados na ALEP (Curitiba) – 25 de abril de 2015



**Fonte:** Disponível em: < <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/assembleia-aprova-em-1-votacao-o-projeto-que-muda-a-paranaprevidencia-bsasqh33k52fe4ldoer8j20n0> >  
Acesso em: 20 ago. 2018

O céu cinza (chumbo) parecia o prenúncio de algo não muito auspicioso. Nuvens e armas carregadas recebiam as caravanas dos defensores da educação pública do Paraná. A pressa dos que estavam para o lado de dentro da ALEP era visível. O povo, não poderia adentrar à casa do povo! A votação seguiria e a polícia, atenta aos comandos dos líderes coronel Arildo Luís Dias e o tenente-coronel Hudson Teixeira. A ordem era: não deixar nenhum cidadão invadir a Assembleia. A votação deveria ocorrer naquele dia. E dentro desse enunciado cabiam muitos efeitos de sentidos.

Por 31 votos favoráveis e 21 contrários, a Assembleia Legislativa aprovou no dia 27 de abril, em primeira discussão, o projeto do governador Beto Richa que mexia na aposentadoria dos servidores, o Parana Previdência. Seguiria agora (já no dia seguinte) para a apreciação da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), responsável por avaliar as 16 emendas propostas pelo “pacotão”. Em tempo recorde, e por subterfúgio de diversas manobras legais (ou melhor dizendo, ilegais) os PLs já voltariam para o plenário, em segunda discussão, no dia 29 de abril. Assim, professores, servidores e estudantes continuaram acampados em frente à ALEP.

Os policiais também não baixaram guarda. Ao contrário, como os ânimos dos manifestantes estavam acirrados, foi chamado o reforço do Grupo de Choque da polícia militar. Alguns soldados invadiam as barracas e tentavam desmobilizar os alojados. O confronto começava. Já se percebia movimentação de bombas. O dia 28 já era um prenúncio de algo que não terminaria bem. Essa noite foi longa, já com algumas marcas de violência. Muitos se mantinham acordados, em vigília, para não terem os seus acampamentos destruídos.

Após uma longa e fria (sentido polissêmico) noite curitibana, o dia amanhece, ainda cinza. Um helicóptero voando baixo, com o seu ruído ensurdecido causava, pouco a pouco, uma espécie de tortura junto aos manifestantes acampados. O vento que o mover de suas pás provocava, arrancavam as barracas dos alojados e as lançava longe, em uma estratégia calculada para desmobilizar a organização dos grevistas... a votação, em segunda instância, precisa acontecer.

O desmonte da carreira do servidor público, especialmente os do âmbito da Educação, estava nas mãos do Deputado Ademar Traiano (PSDB), presidente da Assembleia Legislativa, com sua condução firme e implacável, e em poucas horas estaria posto em prática o Pacote do Governador Beto Richa. Havia aproximadamente 200 mil servidores em frente à ALEP. Mais uma vez o policiamento foi reforçado. As bombas e a violência aumentavam. Já se via sangue e gente sendo socorrida pelos próprios manifestantes.

Não se via proteção para os acampados, a segurança estava toda voltada para os deputados imbuídos do propósito de efetuar a votação. Adiar a pauta não era a intenção do governo. Para que os deputados adentrassem e furassem o bloqueio dos manifestantes, foi preciso um camburão (**Imagem 74**), carro blindado da Tropa de Choque da Polícia Militar, conhecido como “caveirão”. Todos no interior do automóvel estavam amedrontados pela multidão, mas encorajados pelos mandos do governador. Ficaram conhecidos pelos grevistas e pela imprensa como “a bancada do camburão”.

**Imagem 64** - Deputados protegidos e professores coagidos

**Fonte:** Disponível em: <<http://folhacentrosul.com.br/cidades/7032/parana-batalhao-de-choque-para-conter-professores-e-deputados-escondidos-em-camburao>> Acesso em 30 ago. 2018.

Dentro da Assembleia legislativa o presidente da casa acelerava a votação e os manifestantes do lado de fora pressionavam para entrar, mas eram impedidos pelos soldados. A pressão aumentava. As bombas eram arremessadas pelo helicóptero e em solo, com número maior. Os policiais já haviam avisado ao comandante geral da operação que não aguentariam por muito tempo, uma vez que os manifestantes estavam em número maior. A violência se agravava, mas a ordem seguia sendo: “continuar/finalizar a votação a qualquer preço”. Estava registrado na história do Paraná o Massacre de 29 de abril, de onde emergiram os enunciados que pautamos como mote para este estudo.

O Paraná já havia passado por episódio como este há 30 anos, quando em 30 de agosto de 1988, período que ficou conhecido pelos professores do Estado como “o ano que nunca terminou”, o governador à época, Álvaro Dias, ordenou à Polícia Militar partir para cima dos professores em greve há duas semanas e acampados à frente da ALEP, com a cavalaria e cachorros (**Imagem 75**). Foi uma cena de muita violência que “manchou” a educação pública à época.

**Imagem 65** - Cavalaria da Polícia militar do Paraná contra os professores grevistas – 1988  
(Governo Álvaro Dias)



**Fonte:** Disponível em: <<http://appsindicato.org.br/semana-de-luto-e-luta-e-30-de-agosto-outra-vez/>>  
Acesso em: 30 ago. 2018

Em 1988, ano que marcava a promulgação da Constituição Cidadã, que trazia uma sensação de paz, de sepultamento da ditadura, de tempos melhores para a classe trabalhadora, haja vista que a nova Carta Magna previa direitos trabalhistas importantes, se via no Paraná o desmonte da Educação e o massacre de direitos dos educadores.

A praça Nossa Senhora de Salete (santa que apareceu com os pés sobre flores) foi palco de um dia sangrento, com bombas de efeito moral, gás lacrimogênio, balas de borracha, cães e cavalos, em uma ação contra os manifestantes que ali reivindicavam melhores salários. A cavalaria não pisava em flores, como a santa, mas pisoteava os que tentavam diálogo com o governo, há semanas. O saldo foi de 10 pessoas gravemente feridas, 62 pessoas com ferimentos leves e 5 professores presos. Não se imaginava, na época, que outro episódio como esse se repetiria.

O ato de 29 de abril fez emergir inúmeros enunciados e ilustrações gráficas, como a da **Imagem 76**, que buscavam ecoar todo o sofrimento dos manifestantes e a truculência do governo e de sua base aliada. As pautas dos professores ganharam pouca repercussão no Estado, mas as cenas do 29 de abril se propagaram pela imprensa nacional e internacional. Inúmeras fotos foram produzidas, não como

espetáculo midiático, mas como uma forma de registrar, na memória histórica da nação, como a educação pública do Estado foi tratada.

**Imagem 66** - Representação gráfica do Massacre de 1988, de autoria de Robson Villalba



Fonte: Disponível em <<https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/1988-o-ano-que-nunca-terminou-cd7vz63ige1lu2arjta8i6vi/>> Acesso em: 30 ago. 2018.

Em 1988, o enunciado que ficou mais marcado pelo ocorrido em 30 de agosto foi o “**Luto e luta pela educação**”, aforização que também se fez presente em 2015, no massacre de 29 de abril (**Imagens 77 e 78**). O luto nessa frase tem um sentido polifônico, uma vez que representa o verbo lutar e, ao mesmo tempo, o sentimento de tristeza pela morte de alguém, nesse caso, a morte dos direitos dos trabalhadores da educação, a morte do respeito aos docentes, e ao ocorrido na praça da ALEP.

O luto pode representar tanto quem efetivamente estava lutando por seus direitos no momento da greve, quanto a sociedade que apoiava a causa, ou que se colocou em luto pelo o ocorrido na data, assim como diz Mengueau (2010), a aforização permite que o locutor venha para o lado de cá ou vá para o lado de lá:

Os textos tendem a estratificar planos enunciativos: diferentes figuras do enunciador, diferentes *status* polifônicos, diferentes planos de textos (primeiro plano, plano de fundo. [...] através da aforização, é possível ao locutor vir para o lado de cá, ou ir para o lado de lá, da diversidade infinita das interações imediata, dos gêneros de discurso e do texto. O aforizador assume o *ethos* do locutor que está no alto, do indivíduo autorizado, em contato com uma fonte transcendente. Ele é considerado como aquele que enuncia sua verdade, que prescinde da negociação, que exprime uma totalidade vivida: seja uma doutrina ou uma concepção vaga de existência (MAINGUENEAU, 2010, p. 14).

Essa característica da aforização exemplifica algumas das presenças dos discursos impressos nas cenas da greve. A presença do “Luto e Luta pela educação” reforça a segurança dessa enunciação amplamente empregada nas cenas discursivas. Ou seja, essa reiterada presença nas imagens, redes sociais e na fala dos envolvidos na greve assegura uma verdade existencial que escapa de apenas uma repetição do já dito. Esse discurso se desprende dessa ideia de repetição e assume uma verdade irreduzível: estamos na luta pela educação de qualidade, diferente da posição do governo.

O olhar da Análise de Discurso centra-se nos processos enunciativos e na dimensão de certeza que amplia a segurança do enunciado. Isso demonstra o caráter que a linguagem trouxe para os envolvidos e os que acompanhavam a greve. O enunciado confere um acontecimento linguístico para a greve e a

enunciação deixar de ser somente um envolvimento histórico, enquanto o dizer passa a ser parte da ação grevista.

Por outro caminho, esses processos de ancoragem do dizer pela aforização ampliam o percurso e necessariamente convertem em máximas que descolam de algumas cenas mais restritas. Ao nosso ver, a leitura da Análise de Discurso determina melhor esse funcionamento da linguagem e demonstra a passagem dessas frases até as posições simbólicas conferidas pela aforização e sua força existencial na prática cotidiana.

Essa é uma primeira singularidade da leitura aqui realizada pela Análise de Discurso, o potencial de desvendar esses sentidos empregados na greve e que acabam não sendo detalhados durante a leitura. O enunciado descreve um valor simbólico de não deixar de participar da luta.

As imagens tanto de 1988 quanto de 2015 demonstram que os enunciados seguem ressignificando ao longo da história e representam uma construção social e ideológica. Além disso, algumas palavras, como LUTO e LUTA não carregam sentidos nelas mesmas, mas carregam uma pluralidade de sentidos a partir da formação discursiva a que se integram. É como se cada uma desta se deslocasse de seu sentido para formar um outro:

todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro. [...] Todo enunciado, toda sequência (sic) de enunciados é, pois, linguisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar a interpretação. É nesse espaço que pretende trabalhar a análise do discurso (PÉCHEUX, 1997, p. 53).

Desse modo, a mudança de uma representação como o luto, espaço de tristeza e perda, passa por uma ressignificação e ganha a conjugação em primeira pessoa do verbo lutar. Essa transposição de sentido é descritível pela ascensão de uma determinada postura dos grevistas e pela formação discursiva dessa classe que não deixa de lutar. A posição de frente e de invencíveis (pelo menos no imaginário) ganha força existencial no dizer e não deixa a existência da greve findar por uma derrota. Assim, o interdiscurso grevista ganha fôlego e passa a ser preenchido pela persistência da luta.

“A formação discursiva se define como aquilo que numa formação ideológica dada - ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio - histórica dada - determina o que pode e o que deve ser dito.” (ORLANDI, 1997, p.43).

As linguagens e as técnicas que um escritor tem à mão já estão saturadas de certos modos ideológicos de percepção, certas maneiras codificadas de interpretar a realidade e o grau em que ele pode modificar ou recriar essas linguagens não depende apenas do seu gênio pessoal. Depende da ideologia, em um determinado momento histórico, ser tal que essas linguagens devam e possam ser alteradas (EAGLETON, 2011, p. 54).

A nosso ver, os levantamentos das frases com a palavra luto e luta são exatamente determinados pela conjuntura histórica e conseguem movimentar esses sentidos. Assim, é possível afirmar que no interior do aparato da Análise de Discurso descortinamos a mudança de sentido e sua conjuntura sócio-histórica de força para a greve. Esse aparato representa o desejo de não deixar o duelo e seguir lutando por uma educação pública e de qualidade.

Além desse sentido alterado do luto e luta, o movimento criador dessa frase no contexto da estética da criação ancora as formas e o fluxo da frase como representante de um fenômeno estilístico de rápido reconhecimento e de criação de uma identidade, um pertencimento.

Olhando essa frase pela estética da criação, a informação passa apresentar seu potencial enquanto fenômeno estilístico como recurso de organização do sentido e de recuperação histórica. Assim, Panichi e Contani (2003) nos ensinam:

Como se trata de registrar um fluxo, o que se capta assegurará a recuperação de apenas uma parte do que vem à mente. Tentar obter o texto escrito somente a partir da frase, embora haja pessoas com a capacidade de assim trabalhar, é uma inversão de procedimento. A frase considerada final e integrada no texto é sempre diferente da frase utilizada como recursos de organização e planejamento desse mesmo texto. Ignorada essa condição de construção, a ansiedade aumenta e nesse momento cai-se num campo de sentimentos e sensações de natureza irracional (PANICHI; CONTANI, 2003, p.7).

Essa ancoragem da frase na estética da criação textual divulga, legítima e aumenta o campo das sensações mais diretas. Ou seja, essas alegações das frases vinculam a valorização e ajudam assegurar a frase numa posição de encapsular o sentido da luta e de criar sensações de força, fortalecendo a natureza irracional e

emotiva da luta. Essa mesma postura é apontada pelos autores ao descrever o processo criador de Pedro Nava e seu recurso de planejar os textos.

Nesse quadro, de maneira semelhante ao trabalho de Pedro Nava, a frase no movimento grevista assume condição de recuperação e oferece um campo de sentimentos e sensações irracionais de persistência e de força para o embate com o governo.

Da mesma forma, a construção fonética dessa expressão colabora com seu realce no contexto da greve e pode ser melhor visualizada se recuperarmos a fonoestilística e seus desenvolvimentos criadores. Ou seja, a presença de uma consoante líquida como o “L” e sua organização com o “U” e depois o “T” oferece um movimento sonoro de fluidez e barreira. O “U”, a depender de sua posição no vocábulo, se torna uma vogal escura, presente em palavras também escuras como penumbra, luto, escuro, túmulo, fúnebre, dentre outras.

As cores também passam sentidos, a figura “Eu tô na Luta!” vem em vermelho, mostrando que a luta pode ir às últimas consequências, se necessário. Já a outra imagem, na cor preta do “Eu tô no luto!” significa a morte de direitos, o pesar pela educação pública.

O som plosivo da letra T representa a força e o desejo de colocar fim aos desmandos do governo. Os dois “T” na mesma frase reforçam que, assim como o som plosivo é uma expiração de ar que visa quebrar uma barreira feita pela língua, pelo dente ou pelo glote, o desejo dos sujeitos que enunciam a frase também é participar dessa história materialista e quebrar as barreiras sociais da falta de valorização da educação.

Interromper as barreiras no nível do som parece ser similar ao efeito de interromper as barreiras no nível social. Essa comparação entre a expressão fonoestilística e o sentido histórico do texto reforça sua força e seu ganho criativo e social com que foi, e continua sendo, empregada ao serem retomados os acontecimentos da educação, como vemos nas imagens a seguir:

**Imagem 67** - Faixa sobre o 30 de agosto de 1988



**Fonte:** disponível em:

<<http://blogpodegiz.blogspot.com/2013/11/atencao-o-profissionais-da-educacao-de.html>> Acesso em: 30 ago. 2018.

**Imagem 68** - Faixa sobre o 29 de abril de 2015



**Fonte:** disponível em:

<https://laislainy.wordpress.com/2015/05/29/massacre-de-29-de-abril-manifestantes-se-concentram-no-calçada/> Acesso em 30 ago. 2018

Um exemplo de que o mesmo enunciado pode mudar de sentido, em uma determinada formação ideológica e a partir de uma conjuntura sócio-histórica, é o retratado pelas **imagens 79 e 80**, o mesmo slogan criado para o início da greve de 2015, com o enunciado “Eu tô na Luta”, marcando a posição dos professores que resistiam às ameaças do governo, mudou de sentido após o massacre de 29 de abril e passou a assumir o sentido de “Eu tô no luto”, ou seja, os professores estavam em luto pelo desrespeito aos professores e ao descaso para com a Educação Pública.

Cabe aqui destacar a presença do “Eu”, polissêmico, que nesse contexto passa o sentido de pertencimento, de garra, de luta, aquele que não está em casa, esperando que a situação dos professores mude por si só.

**Imagem 69** - Frase Eu tô na Luta (durante a greve)



**Imagem 70** - Frase Eu tô no LutO (após o 29 de abril)



**Fonte:** Disponível em: <<http://appsindicato.org.br/manifesto-contr-a-os-ataques-sistematicos-do-governo-richa-a-app-sindicato/>> Acesso em: 30 de ago. 2018

Seguindo nessa esteira, as mesmas palavras, “luto”, “luta”, que emergiram das greves de professores, ressurgiu no auge dos projetos de escola sem partido, em 2016. O contexto era educacional, mas não era uma construção do âmbito grevista, evidenciando que o discurso é palavra em movimento. “As palavras mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam”. (PIOVEZANI; SARGENTINI, 2011, n.p). A presença do ponto de exclamação nas duas imagens deixa indícios de indignação e, ao mesmo tempo, de força, pertencimento ao movimento, daquele que está lutando por seus direitos. O punho cerrado da **imagem 81** também dá a ideia de luta, de força e de representação sindical, ao mesmo tempo.

**Imagem 71** - Enunciado tema da luta contra o Projeto Escola Sem Partido (dez.2017)



**Fonte:** Disponível em: <<https://www.change.org/p/c%C3%A2mara-municipal-de-ara%C3%A7atuba-contr-o-projeto-escola-sem-partido-em-ara%C3%A7atuba-por-um-escola-sem-censura>> Acesso em: 13 de set. 2018.

A mão em punho cerrado é muito empregada em cartazes de representações sindicais, por ser um símbolo de luta, resistência, enfrentamento. É visto especialmente em movimentos partidários voltados à esquerda.

Um estudo realizado pelo pesquisador Gottfried Korff “From Brotherly Handshake to Militant Clenched Fist: On Political Metaphors for the Worker’s Hand<sup>24</sup>” e compartilhado pelo Nexo Jornal, aponta que essa simbologia tem ligação

com o fato de a mão, por si só, ter se tornado uma alegoria do poder do trabalho na tradição visual europeia e em obras importantes do século 19 em diante. Alguns exemplos de pinturas que incorporam essa simbologia são “O Socialista” do alemão Robert Koehler, de 1885, e as mãos colossais do afresco “Indústria de Detroit”, do muralista mexicano Diego Rivera, concluído em 1933. Por essa razão, mais amplamente, o punho se associa às lutas e reivindicações dos movimentos de trabalhadores por melhores condições e direitos. ‘A mão se tornou um símbolo central das primeiras organizações trabalhistas. (...) tornou-se um elemento do repertório da iconografia socialista’. (NEXO Jornal, 2019)

O punho cerrado já figurava em manifestações populares do século XIX, a exemplo da “Primavera dos Povos”, na Europa, em 1848, depois em 1871, na

<sup>24</sup> Fonte: NEXO JORNAL. Disponível em: <<https://www.nexojournal.com.br/expresso/2016/06/24/Qual-o-significado-do-gesto-de-levantar-o-bra%C3%A7o-com-o-punho-fechado>>. Acesso em: 08 de maio 2019.

Comuna de Paris e seguiu se difundindo no século XX, durante toda a Revolução Russa e se faz presente, nos dias atuais em várias manifestações de classes trabalhadoras em defesa de suas pautas.

O enunciado “**Menos bala. Mais Giz (somos todos professores)**” faz alusão direta ao massacre do dia 29 de abril, em que os estudantes, professores e servidores foram atacados com balas de borracha pelas polícias militar e de choque (conforme explicita a **Imagem 82**). A faixa preta, grafada em branco, em uma primeira análise pode representar o quadro negro da sala de aula, escrito em giz branco, porém, permite-nos “escutar” outros sentidos, como o confronto entre a polícia e os manifestantes, as experiências passadas de ditadura, de governos autoritários, além da memória de luto, luto pela educação.

Esse segundo enunciado também reforça o acontecimento da greve e sua presença no curso da história. O menos em oposição ao mais dimensiona o importante para esse grupo, educação e o desimportante para os grevistas, a bala, a violência, o excesso de poder militar. Essa preservação da vida e do giz é diferente do que vemos nas imagens a seguir:

**Imagem 72** - Professores e Estudantes feridos na manifestação de 29 de abril



**Fonte:** Disponível em: <<https://www.esmaelmorais.com.br/tag/confisco/>>  
Acesso em: 30 ago. 2018.

Nos chama a atenção que boa parte dos ferimentos dos professores centra-se na região da cabeça, o que pode nos remeter, ainda que sem comprovação científica, mas simbolicamente, à destruição do pensamento do docente, demonstrando também o excesso de violência por parte da polícia.

Esse enunciado “Menos bala, mais giz” foi grafado em um adesivo de carro, que foi distribuído gratuitamente pelo sindicato dos docentes da UEL

SINDIPROL/ADUEL, tendo, circulado por toda a cidade de Londrina e região, Curitiba e outros Estados por onde viajavam os professores que o possuíam. É possível perceber nos diferentes contextos em que estes enunciados circulavam, produziam efeitos de sentido diversos.

**Imagem 73** - Adesivo Menos Bala. Mais Giz.



Fonte: SINDIPROL/ADUEL

Percebe-se nesse adesivo o uso da figura de linguagem metonímia, compreendida por uma substituição lógica de uma palavra por outra, mas mantendo uma relação de proximidade entre o sentido de um termo e o sentido do termo que o substitui, o que pode ser observado pelas palavras bala e giz. De certa forma, o enunciado representa um sentido de “menos violência, mais educação”. Pode-se depreender nesse mesmo enunciado a presença de dois aparelhos ideológicos do Estado, Polícia e Escola, ambos constituídos, grosso modo, para disciplinar e, portanto, não deveriam estar em confronto.

O analista de discurso deve compreender que os efeitos de sentidos são produzidos a partir das condições de produção a que está submetido um discurso. Deve considerar a exterioridade, a opacidade, o dito e o não dito em um discurso, a fim de apreender o que se diz. No que tange ao não dito, reporta-se a Orlandi que afirma haver uma “dimensão do silêncio que remete ao caráter de incompletude da linguagem: todo dizer é uma relação fundamental com o não dizer”. (ORLANDI, 1992, p. 12).

O massacre do 29 de abril ocorre no mesmo ano do Massacre de Charlie Hebdo, atentado terrorista que atingiu o jornal francês, em janeiro de 2015, deixando doze mortes e cinco gravemente feridas. De modo que as pessoas, de inúmeros países, já estavam assustadas com a violência com que havia começado o ano.

As condições de produção englobam sujeitos e situação, além da memória, que é um fator importante para estas condições, bem como o contexto sócio-histórico e ideológico. Segundo Orlandi (2007, p 31), “as condições de produção podem ser consideradas em sentido amplo (que considera o contexto sócio-histórico-ideológico) e estrito (aquele que considera as circunstâncias da enunciação num contexto imediato)”. É por esta razão que não há discurso novo, mas um já-dito e que é relacionado a outros discursos, a fim de criar efeitos (relações) de sentidos.

Todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho (mais ou menos consciente, deliberado, construído ou não, mas de todo modo atravessado pelas determinações inconscientes) de deslocamento no seu espaço (PÊCHEUX, 1997, p. 56).

É importante ressaltar as relações de força que um discurso traz a partir do lugar do qual fala o sujeito e que, por isso, constitui o que ele diz.

A análise de discurso concebe a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social. Essa mediação, que é o discurso, torna possível tanto a permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a transformação do homem e da realidade em que ele vive. O trabalho simbólico do discurso está na base da produção da existência humana. (ORLANDI, 2009, p. 15)

Diante disso, reconhecer o discurso “*Menos bala. Mais giz*”, representa perceber que a quantificação valorativa faz parte da sociedade e esse recurso é responsável pelo valor simbólico da nossa realidade. Assim, o efeito de sentido dessa filiação é o deslocamento do espaço da greve para a integração das determinações do já dito que é valorativo para a educação, a aprendizagem.

O enunciado reforça que mesmo no interdiscurso de revolução, o professor grevista é um enunciador com uma formação discursiva que valoriza a educação, com a figura do giz, uma metonímia da sala de aula e dos seus ajustes necessários para uma educação de qualidade.

Por outro lado, ao negar a bala, o mesmo recurso metonímico da parte pelo todo subtrai o valor da guerra, da violência e da imposição como uma realidade que não faz parte do interdiscurso dos professores grevistas. A posição ideológica

desses enunciadores fica visível: são enunciadores com uma memória de luta pela educação nacional.

As condições de produção desses discursos frutificam o emprego desses comparativos e da disposição das cenas de sentido ideologicamente assentadas na luta e na educação. Esse levantamento oferecido pela Análise de Discurso permite que façamos um levantamento desse sentido do acontecimento além do dito e do texto.

Ao investigar a origem do enunciado “Menos bala, mais giz”, encontramos uma possível intertextualidade com o enunciado “Menos Marx, mais Mises”, que despontou em uma campanha organizada pelo Instituto Atlantos, considerado uma versão brasileira do Instituto Ludwig von Mises, na qual soltaram no dia 13 de março de 2015, na cidade de São Paulo, dez mil balões com este *slogan*, em protesto contra a então presidenta Dilma Rousseff. Importante salientar que Mises foi um economista e filósofo do século XX que criticava as bases teóricas do socialismo, especialmente os preceitos de Marx, haja vista que para Ludwig von Mises, um dos grandes nomes da Escola Austríaca, afirmava que uma teoria econômica com base socialista era inviável.

**Imagem 74** - Menos Marx, mais Mises



Fonte: <https://revistaliberal.wordpress.com/perfil/>

Não se pode afirmar que o autor do slogan “Menos Bala, Mais giz” tenha se embasado na frase “Menos Marx, Mais Mises”, de forma consciente, porém, percebe-se uma igual preocupação com a seleção lexical e uma semelhança na escolha das cores e no plano das palavras:

Uma das grandes preocupações de um escritor reside, justamente, na escolha vocabular, na eleição da palavra mais expressiva para a perfeita contextura da frase. Essa escolha, no entanto, pode ser consciente ou espontânea pois, em alguns casos, as palavras surgem naturalmente, sem a exigência de um mínimo esforço,

coincidindo com aquilo que o autor quer expressar. Outras vezes, o autor se vê diante da necessidade de uma seleção, de uma procura para que a palavra melhor expresse os seus sentimentos e a sua visão de mundo (PANICHI, 2011, p. 530).

Um determinado enunciado ao ser analisado pela Análise do Discurso (AD) como um dispositivo de leitura passa pelo olhar da materialidade. O discurso é um observatório entre língua, sujeito, história, ideologia e política, o que significa dizer que o sentido do texto nunca está pronto no texto em si. O texto vai significando na história e na sociedade e vai produzindo ‘efeitos de sentidos’.

O sentido é efeito e o discurso um processo em movimento. Deste modo, o enunciado “Menos bala. Mais Giz” não teria sentido se não houvesse o Massacre do dia 29 de abril, ou mesmo com a barbárie desta data, uma pessoa que estivesse fora do país neste período e que não tivesse tido contato com o noticiário, poderia ler este texto e não lhe atribuir o mesmo sentido. A palavra bala, por exemplo, pode significar um doce, em outro contexto.

Como todas as evidências, incluídas as que fazem que uma palavra ‘designa uma coisa’, ou ‘tenha uma significação’ (logo, incluídas as evidências da ‘transparência’ da linguagem), essa evidência de que você e eu somos sujeitos – e que isso não é um problema – é um efeito ideológico, o efeito ideológico elementar. (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, p. 241, 2014).

As palavras “Menos Bala” representam uma crítica ao governo e o repúdio à ação da polícia que feriu dezenas de manifestantes com balas de borracha, e mais ainda à pessoa do Governador Beto Richa por ter permitido aqueles dias de violência. O enunciado ressalta ainda que o Estado deve investir mais em Educação, representado pelas palavras “mais giz”. O complemento “somos todos professores” apresenta uma crítica aos policiais que atacaram diretamente os professores, na tentativa de fazer uma relação de que a postura destes profissionais também deveria educar. É importante salientar que este sentido não é tão explícito, conseguimos chegar a esta análise pelas pistas deixadas no enunciado e pelas suas condições de produção.

Os dizeres não são como dissemos, apenas mensagens a serem decodificadas. São efeitos de sentido que são produzidos em condições determinadas e que estão de alguma forma presentes no modo como se diz, deixando vestígios que o analista de discurso tem de apreender. São pistas que ele aprende a seguir para

compreender os sentidos aí produzidos, pondo em relação o dizer com sua exterioridade, suas condições de produção. Esses sentidos têm a ver com o que é dito ali, mas também em outros lugares, assim como com o que não é dito, e com o que poderia ser dito e não foi. Desse modo, as margens do dizer do texto, também fazem parte dele. (ORLANDI, 2013, p. 30)

A frase “somos todos professores” alude ainda que o ocorrido no dia 29 de abril precisa ser repudiado por toda a sociedade, dando o sentido de que, a partir daquele momento, todos somos professores e sofremos os reflexos daquela calamidade. Cria-se uma ideologia.

A elucidação trazida pela Análise de Discurso de que o sentido parte dos lugares já enunciados e a retomada desses dizeres ajuda-nos a entender como o discurso produz sentido e constrói novas significações para o enunciado a partir das cenas enunciativas do passado. Esses sentidos têm relação com o que é enunciado e o que já foi dito.

Assim, a atualização do enunciado e sua enunciação salientam a relevância da leitura da Análise do Discurso e seu ganho metodológico de observarmos como o sentido é produzido em ato. Nessas frases que marcam o acontecimento da greve, reconhecemos o potencial da Análise de Discurso para trazer uma leitura que demonstre a força do sentido e a presença desses enunciados ao longo da greve.

Indo além, o discurso é “palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando” (ORLANDI, 2010, p. 15). Desse modo, podemos inferir que a formação discursiva não se dá em um espaço estável, fechado, homogêneo, mas sim, que esta formação sofre coerção das formações ideológicas em que está inserida.

[...] nem os sujeitos, nem os discursos e nem os sentidos estão prontos e acabados. Eles estão sempre se (re)construindo no movimento constante do simbólico e da história. Por esse motivo, o leitor precisa mergulhar na tessitura textual para interpretá-la e compreendê-la à luz dos seus conhecimentos e vivências, partindo do princípio de que cada sujeito, ao produzir um discurso, relaciona-o sempre com o interdiscurso ou memória discursiva (SILVA, 2008, p. 42)

Cada formação ideológica constitui um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem individuais, nem universais, mas que se relacionam. Nossas decisões são tomadas a partir de nossa posição na sociedade,

ou seja, não são autônomas/individuais. Não somos um agente autônomo que deseja enunciar algo. Estamos presos às relações de classe e a aparelhos ideológicos.

Práticas sociais existentes constituem as falas que, por sua vez, se fazem a partir de enunciados que estão presentes nessas práticas sociais; por isso, ideologia faz parte desta ideia de sujeito falante: ele fala ideologia, ou melhor, a ideologia passa por ele (JOANILHO; JOANILHO, 2011, p. 30).

Althusser (1985) afirma que para manter a sua dominação, a classe dominante gera mecanismos de perpetuação ou de reprodução das condições materiais, ideológicas e políticas de exploração. E é nesse diapasão que se faz presente o papel do Estado que

por meio de seus Aparelhos Repressores – ARE (compreendendo o Governo, a Administração, o Exército, a polícia, os tribunais, as prisões etc) e Aparelhos Ideológicos – AIE (a religião, a escola, a família, o Direito, a política, o sindicato, a cultura, a informação) intervém ou pela repressão ou pela ideologia, tentando forçar a classe dominada a submeter-se às relações e condições de exploração (JOANILHO; JOANILHO, 2011, p. 32).

Mesmo com esse campo de batalhas armado em plena praça da ALEP, o governador Beto Richa, em entrevistas aos canais de televisão, à época, profere os discursos de que não houve violência e que os ataques não foram de sua autoria. “Todos me conhecem, sabem que eu **sou do diálogo**, que nós **não aceitamos violência, agressão, sequer verbal às pessoas, o que dirá violência física.**”<sup>25</sup>(grifo nosso).

Quando inquerido acerca do aparato policial montado à frente da ALEP, e que foi empregado para atacar os professores, Beto Richa justifica “garantir o funcionamento desta instituição democrática, a sede do parlamento do Estado do Paraná para **garantir, inclusive a segurança e a integridade física de deputados e funcionários**, como vimos há cerca de um mês a invasão da assembleia e o pânico que foi gerado ali com a invasão de muitas pessoas que não tinham nada a ver com a educação, inclusive, tínhamos ali pessoas infiltradas para promover a

---

<sup>25</sup> **Fonte:** Entrevista concedida ao <[https://www.youtube.com/watch?v=cONnjx\\_qH98](https://www.youtube.com/watch?v=cONnjx_qH98)> Disponível em 30 ago. 2018.

baderna, pessoas para promover a provocação e isso **nós temos com muita serenidade, evitar o máximo.**<sup>26</sup> (grifo nosso).

O governador, na mesma entrevista, culpa os partidos políticos pela greve: “Só há motivação política para essa greve. **Não há justificativa para paralização de professores**, eu sou o governador na história desse Estado que deu o maior aumento salarial aos professores, 60%, eu até acredito que no Brasil não tenha um governador, um Estado que nos últimos 4 anos tenha dado maior aumento. Tudo o que era possível pela educação, foi feito, os maiores avanços se deram no meu governo. Demonstração de respeito e valorização dos professores e servidores do Estado foi dado na prática pelo meu governo. E o meu compromisso pessoal para com os nossos professores. O que há é **uma instrumentalização desse movimento por partidos políticos, pela CUT, pela APP Sindicato que é um braço sindical do Partido dos Trabalhadores**, que querem o **confronto**. (grifo nosso). Que querem o desgaste político do meu governo [...] Estamos do lado da verdade, sempre tratei a todos com muita sinceridade, com absoluta transparência e todos sabem que esta proposta que está em votação na Assembleia, que é um estudo atuarial que os técnicos da previdência do nosso governo fizeram, com amplo debate com a sociedade, 2 meses debatendo com fórum estadual dos sindicatos [...] a aprovação desse projeto vai garantir o equilíbrio financeiro do fundo previdenciário do Estado.”

**Imagem 75** - Professores e Estudantes sendo bombardeados na ALEP



**Fonte:** Disponível em: <<https://jornalgggn.com.br/noticia/professores-do-parana-reagem-contra-violencia-de-beto-richa-e-francischini>> Acesso em 30 ago. 2018

<sup>26</sup> **Fonte:** Entrevista concedida ao E-Paraná (rede de TV do Governo do Estado do Paraná), no dia 28 de abril (antes do massacre do 29 de abril) em <<https://www.youtube.com/watch?v=AIUXPh52nJ4>> Acesso em: 30 ago. 2018

As **imagens 85 e 87** corroboram os preceitos de Althusser (1985) quando aduz que os Aparelhos Repressores do Estado – ARE, aqui representado pelo Estado e pela Polícia “funcionam de uma maneira massivamente prevalente pela repressão (inclusive física), embora funcione secundariamente pela ideologia”. (ALTHUSSER, 1985, p. 46). Por outro lado, os Aparelhos Ideológicos – AIE, nesse ato representado pela Escola, pelo Direito e pelo Sindicato “funcionam de um modo massivamente prevalente pela ideologia, embora funcionando secundariamente pela repressão, mesmo que no limite, mas apenas no limite, esta seja bastante atenuada, dissimulada, ou até simbólica” (ALTHUSSER, 1985, p. 46-47).

A despeito de toda a cena de pavor, o Governador Beto Richa publica uma nota na página oficial do Governo do Estado que diz: “O que aconteceu foi uma manifestação absurda e violenta, que atenta contra a democracia, à liberdade de expressão e o estado de direito. Um grupo de baderneiros, infiltrado no movimento dos professores, impôs uma mordaza ao Poder Legislativo, impedindo temporariamente o seu funcionamento. É lamentável que a democracia, pela qual tanto lutamos, seja ameaçada por atos violentos como os que assistimos no dia de hoje”. Percebe-se aqui o Governo contando a história pela sua ótica. O mesmo fizeram os professores por meio dos enunciados que analisamos, a exemplo de: **“Não foi confronto, foi massacre!”**

O próprio enunciado **“Massacre de 29 de abril”** é empregado de forma metafórica, uma vez que não houve morte, embora tenha sido muito violento, mas a seleção lexical reforça o sentido de que foi um dia violento e difícil para os manifestantes. As palavras empregadas nos discursos dos professores e do governador são diferentes, para relatar a mesma realidade. O governo usa confronto e os professores retratam o ocorrido como massacre, algo contestado, inclusive, pelos manifestantes, conforme demonstra na **imagem 86**, a seguir.

**Imagem 76** - Manifestação após o Massacre (30/04)



**Fonte:** acervo do SINDIPROL/ADUEL

Outro exemplo é o das palavras “consenso” e novamente “confronto”. Nos materiais do sindicato, quase não há textos com a palavra consenso. Este vocábulo não é muito empregado pelos sindicalistas, mas pelo Governo. Em várias reportagens, algumas, inclusive do próprio site do Governo utilizam “consenso”. O sindicato emprega muito “confronto” na tessitura dos relatos. Pelas entrevistas concedidas pelo governador Beto Richa, percebe-se que o discurso do governo tenta suavizar o ocorrido, empregando palavras mais suaves, com menos carga de violência, ao contrário do sindicato que emprega uma seleção lexical mais forte, dura.

“A alma das ideias materializa-se no corpo da história, corpo esse constituído pelas relações sociais de **consenso** e de **conflito**, por um conjunto heterogêneo de práticas e de representações que se modificam ao sabor das diversas épocas e lugares.” (PIOVEZANI; SARGENTINI, 2011, n.p, grifo nosso).

A história se repete, ou melhor, segundo os preceitos da Análise do Discurso, ela segue significando (produzindo sentidos) e se perpetuando sócio-historicamente. Se analisarmos fotos da década de 1960 e as fotografias das greves aqui analisadas (**imagens 88 e 89**), esse fato fica ainda mais evidente. “A história está impregnada de memória e esta última, sabemos-lo, quase totalmente alheia à cronologia, faz-nos lembrar e esquecer, a depender de contingências que lhe são extrínsecas e de interesses que lhe são constitutivos.” (PIOVEZANI; SARGENTINI, 2011, n.p).

**Imagem 77** - A história se repetiu como tragédia.



**Fonte:** Disponível em: <<http://www.cutpr.org.br/destaques/1744/29-de-abril-nao-esqueceremos-jamais-nos-calarao>>. Acesso em: 22 out. 2017

**Imagem 78** - Fotografia da perseguição de manifestantes, pela polícia militar, na ditadura



**Fonte:** Disponível em: <<http://obaudoedu.blogspot.com/2014/04/entendendo-o-golpe-militar-de-1964.html>> Acesso em 30 ago. 2018

**Imagem 79** - Fotografia da perseguição de manifestantes, pela polícia militar, na greve dos professores “massacre de 29 de abril”.



**Fonte:** Disponível em: <<https://olhoabertopr.blogspot.com/2016/07/governo-richa-e-condenado-indenizar.html>> Acesso em: 30 ago. 2018

A cada ano, após o 29 de abril, o massacre é lembrado pelos sindicatos, para que a memória desse dia de embates políticos e ideológicos se perpetue pela história de luta pela educação. E a cada período, novos enunciados são criados a partir dessa história. Existem nestes enunciados uma memória discursiva.

A memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ser lido, vem restabelecer os ‘implícitos’ (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível. (PÊCHEUX, 1999, p. 52)

As questões políticas, as posições partidárias, as diferenças ideológicas podem ser retratadas por uma imagem e afloram, produzem efeitos de sentido, figurando em diferentes tempos.

A imagem determina o modo de esses funcionamentos significarem, fotógrafo é agenciado pelo acontecimento (pela língua e a temporalidade de seu funcionamento). E isso o desdobra em lugar social do autor enunciador na produção do sentido. Não se trata de uma relação direta entre uma forma e o sentido. Trata-se de uma relação estabelecida pelo acontecimento (ARANA, 2013, p. 1).

Exemplo disso é o rechaçar das ideias comunistas que foi alvo da “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, ocorrida em março de 1964, em pleno calor da Ditadura Militar, percebida pela **imagem 90**, e retorna agora, em 2018, na efervescência das eleições presidenciais, em adesivos de carros, conforme demonstra a **imagem 91**.

**Imagem 90** - Faixas utilizadas na “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”



**Fonte:** Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=cUD8MsaLkqw>> Acesso em: 31 de maio 2018.

**Imagem 91** - Adesivo de carro pedindo um “Brasil SEM comunismo”



**Fonte:** Acervo da autora, fotografado nas Ruas de Londrina, em agosto de 2018)

“[...] diferentes regiões que recortam o interdiscurso e que refletem as diferenças ideológicas, o modo como às posições dos sujeitos, seus lugares sociais aí representados, constituem sentidos diferentes” (ORLANDI, 1992, p. 20).

**Imagem 92** - O Bem-vindo à ditadura



**Fonte:** acervo SINDIPROL/ADUEL

A Análise de Discurso de orientação francesa preconiza que os sentidos ultrapassam o limiar do que está explícito no texto, uma vez que considera que as palavras “ganham sentido a partir das posições em que são empregadas, ou seja, desde as formações discursivas nas quais são produzidas”. (SILVA, 2008, p.41). Esse preceito também é corroborado por Pêcheux (1997), quando afirma que a formação discursiva compreende o lugar de construção dos sentidos, determinando o que “pode” e “deve” ser dito, a partir de uma posição, e, uma dada conjuntura. “É nas entrelinhas, nos interdiscursos, nos desvãos entre o dito e o não-dito, que se encontra a formação discursiva” (SILVA, 2008, p.41).

No percurso analítico desta tese, a Análise de Discurso proporcionou a leitura do material além dos objetivos de comunicação. A proposta de partir dessa posição do entremeio da linguística, da história e dos campos ideológicos colocou-nos diante do sentido construído para o acontecimento da greve e sua presença na história material.

Se para a Análise de Discurso a posição do dizer faz parte da conjuntura e determina o sentido, a prática social de leitura desses textos trouxe o reflexo do mundo dos sujeitos envolvidos na greve e seu modo natural de lutar por uma educação pública e de qualidade.

Assim, o caminho da Análise de Discurso ofereceu uma produção de sentido que significa nas bases históricas dos fatos e no envolvimento dos sujeitos com as ideologias que dão força para a luta. Se a luta do professor grevista é diária, a leitura pela história materialista não pode se ausentar dos espaços de linguagem para que o sentido dos enunciados seja realmente alcançado.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou responder às questões de pesquisa: quais os efeitos de sentido produzidos pelos enunciados construídos na greve dos professores da educação pública do Paraná em 2015? E em quais condições de produção foram elaborados? Assim, buscou como objetivo central analisar as discursividades produzidas sobre os enunciados que emergiram do momento de greve das Instituições de Ensino Públicas do Paraná, ocorrido de fevereiro a maio de 2015. Procurou, especificamente, apontar quais os enunciados representam o discurso do governo, dos sindicatos de professores, da mídia e dos professores, bem como as formações discursivas dos enunciados em análise.

No desenvolvimento da tese, reforçamos que os enunciados não se prestam à mera transmissão de informação, haja vista que os sujeitos são interpelados pela língua, pela história e pela ideologia, o que tece a marca da subjetividade daquele que fala, naquilo que fala.

Percebe-se que o governo Beto Richa representa um Aparelho (repressivo) de Estado, pautado pela violência pela ação truculenta, pela força da polícia, do exército e também das leis (pacotaço) para penalizar e ferir os direitos dos professores do ensino público do Paraná.

Ao longo da história de luta dos movimentos de classe e, especialmente dos trabalhadores, percebe-se que o proletariado se sente refém da ideologia defendida pelo Estado, uma vez que este detém o poder do capital e um apoio das mídias. Ao longo da história é possível encontrar elementos que demonstram que a classe que está no topo da pirâmide domina e manipula os sujeitos posicionados na base.

É comum ouvirmos que a história se repete, mas, em A.D pode-se dizer que os enunciados e os discursos se ressignificam e nos produzem variados efeitos de sentido que emergem de nossa memória discursiva.

Como detalhado nos capítulos de A.D. e na análise dos *corpora*, o sentido do discurso grevista marca o sentido por meio da *aforização*. Isso confere ao discurso uma presença do acontecimento histórico.

Para tanto, o olhar favorecido pela Análise de Discurso lembrou-nos com a recuperação da materialidade histórica que a condição de produzir sentido só poderia estar atrelada à concepção ideológica que o determina. Em outras palavras,

é pela ideologia que o enunciado assume sentido e os sujeitos trilham seu caminho de dizer.

Assim, ao invés de pensarmos em fatores de comunicação, pensamos na situação histórica e social do dizer e nos esquemas interpretativos do acontecimento enunciativo. Essa recuperação procura descobrir o sentido e descortiná-lo a partir da história, palco fundamental do próprio sentido.

O rigor e a objetividade previsto na análise ofereceram as potencialidades de compreensão da greve e contribuíram consideravelmente para o domínio linguístico. A capacidade de evidenciarmos o funcionamento discursivo e a posição dos sujeitos discursivos só foi possível pela compreensão de que a linguagem é uma prática social mediada e controlada pela ideologia.

Daí a justificativa para evidenciarmos o discurso grevista pela Análise de Discurso. Os fenômenos de linguagem vistos até aqui apostam na direção de uma sociedade mais justa e apoiadas no princípio da justiça social. Há a necessidade de lutas de professores e educandos por transformações da realidade educacional.

Sob tal direcionamento, os espaços de ensinar saem das dimensões escolares e universitárias e transformam a maneira de fazer da linguagem. Ou seja, a linguagem não perde seu interdiscurso escolar, em que pese sua dimensão de mudança. Sem renunciar esse interdiscurso, os professores assumem essa ideologia e colocam em equivalência com a verdadeira ideologia de mudança: a greve.

Logo, o professor grevista pauta-se na ideologia da conquista pela qualidade do ensino e pelo interdiscurso de ensinar e lutar. Não deixamos de seguir caminhando juntos na luta por dias de felicidade e dignidade para a educação pública!

**REFERÊNCIAS:**

AGUENA, Paulo. **O surgimento do movimento sindical no Brasil**. Maio de 2006. Disponível em: <<https://www.pstu.org.br/o-surgimento-do-movimento-sindical-no-brasil/>> Acesso em 12 abr. 2018.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **Proletários e escravos: imigrantes portugueses e cativos africanos no Rio de Janeiro. 1850-1872**. Novos Estudos. CEBRAP, n° 32, março de 1992, p. 72-84.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de estado**. Tradução de Joaquim José de Moura Ramos. 3 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

ANDES-SN. **Congresso Nacional aprova LDO de 2017 com limitação de gastos prevista na PEC 241**. Disponível em: <<http://www.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=8322>> Acesso em 02 fev. 2018.

ANDRADE, Manoel. **1968, a sexta-feira sangrenta**. <Disponível em: <https://palavrastodaspalavras.wordpress.com/2008/04/29/1968-a-sexta-feira-sangrenta-por-manoel-de-andrade/>> Acesso em: 2 jun. 2018.

ANOS 70. **Governo General Médici**. Disponível em: <<https://ano70.com.br/governo-general-medici/>> Acesso em: 02 jun. 2018.

ARANA, Luciana Inês de Oliveira Biazus. **Imagem: a concepção de sentidos, os significados e a presença de interdiscursos**. UNEMAT, ago. 2013. Disponível em: <[revistanativa.com/index.php/revistanativa/article/download/79/pdf](http://revistanativa.com/index.php/revistanativa/article/download/79/pdf)> Acesso em: 22 fev. 2019.

AROUCA, José Carlos. **O Sindicato em um mundo globalizado**. São Paulo: LTr, 2003.

BARROS, Tatiana. **Principais propostas da Educação Nova**. Disponível em: <[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/22e/doc1\\_22e.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/22e/doc1_22e.pdf)>. Acesso em: 20 fev. 2019)

BEZERRA, Juliana. **A história de Brasília**. Disponível em: <<https://www.todamateria.com.br/a-construcao-de-brasil/>> Acesso em 31 maio, 2018.

BIONDI, Luigi. **Mãos unidas, corações divididos. As sociedades italianas de socorro mútuo em São Paulo na Primeira República: sua formação, suas lutas, suas festas**. **Revista Tempo**. v. 16, n.33. jul-dez. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2012.

BOITO JR, Armando. **Neoliberalismo, sistema educacional e trabalhadores em educação no Brasil**. Revista Mensal - Ano II - Número 14 - julho de 2002. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/14cboito.htm>> Acesso em 20 ago. 2018

BRÉAL, Michel. **Ensaio de Semântica**: ciência das significações. Coord. e Rev. Técnica da Tradução de Eduardo Guimarães. 2.ed. Campinas: RG, 2008.

CARTA Capital. **Deputados congelam verbas da saúde e educação por 20 anos**. 10 out. 2016.

CARTILHA de greve. **O que é greve**. Disponível em: <file:///C:/Users/profl/Desktop/cartilha%20de%20greve.pdf> Acesso em: 12 jan. 2017.

CASTRO, Jorge Abrahão de; MODESTO, Lúcia (orgs.). **Bolsa família 2003 – 2010**: avanços e desafios. IPEA 46 anos. v.1. Brasília: IPEA, 2010.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso**. 3.ed. São Paulo: Contexto, 2014.

CONTRAF. **CUT fez quase dobro de greves no setor público no governo Lula do que FHC**. Disponível em: <<http://contrafcut.org.br/noticias/cut-fez-quase-dobro-de-greves-no-setor-publico-no-governo-lula-do-que-fhc-5bf4>> Acesso em: 02 jul. 2018.

CUTRIM, Ilza Galvão; MARQUES, Maxhemiliano Silva. **O materialismo histórico na epistemologia da Análise do discurso**. Disponível em: <<https://paginas.uepa.br/seer/index.php/ribanceira/article/view/1243>> Acesso em: 10 jan. 2019.

EAGLETON, Terry. **Marxismo e crítica literária**. Tradução Matheus Corrêa. São Paulo: Unesp, 2011.

FAGUNDES, Rita de Cássia. **Ensino jurídico e exame de ordem**: história, dilemas e desafios. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

FERNANDES, Antonio de Lemos Monteiro. **Direito do trabalho**: relações colectivas de trabalho. Coimbra: Almedina, 1994.

FREI BETTO. **Governo Lula**: avanços e falhas. 2011. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/node/5463/>> Acesso em: 5 de jun. 2018.

FONSECA, Rodrigo Oliveira. **Resenha O Discurso**: estrutura ou acontecimento. Conexão Letras, 2010. v.5, p. 144-150.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense, 1997.

GOMES, Gláucia. **História hoje**: confisco da poupança do Collor completa aniversário. Disponível em: <<http://radioagencianacional.ebc.com.br/geral/audio/2016-03/historia-hoje-confisco-da-poupanca-no-plano-collor-completa-aniversario>> Acesso em: 12 jun. 2018.

GOUVEIA, A. B.; FERRAZ, M. A. S. **Sindicalismo docente e política educacional: tensões e composições de interesses corporativos e qualidade da educação.** Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 48, p. 111-129, abr./jun. 2013. Editora UFPR.

GUIMARÃES, Eduardo; ORLANDI, Eni P. O conhecimento sobre a linguagem. In: PFEIFFER, Claudia C.; José Horta Nunes (Orgs.). **Introdução às ciências da linguagem – Linguagem, história e conhecimento.** Campinas, SP: Pontes Editores, 2006, p.141-157.

GUIMARÃES, Katya. **As 10 piores maldades do governo golpista contra o povo em 2017.** Disponível em: <<http://www.socialistamorena.com.br/as-10-piores-maldades-do-governo-golpista-contra-o-povo-em-2017-e-unica-bondade/>> Acesso em: 12 ago. 2018.

HARNECKER, Marta. Os conceitos elementares do materialismo histórico. 2.ed. Coleção bases. n.36. São Paulo: Global editoras, 1983.

HOBSBAWM, Eric J. **Mundos do trabalho: novos estudos sobre a história operária.** Tradução de Waldea Barcellos e Sandra Bedran. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

JOANILHO, André Luiz; JOANILHO, Mariângela P. Galli. Enunciado e sentido em Michel Foucault. **Revista Línguas e Instrumentos Linguísticos.** ed. 27/28, 2011.

LAGAZZI, Suzy. **A imagem do corpo no foco da metáfora e da metonímia.** In: REDISCO V.2. n.1, jan./jun. 2013b. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2013. p.104-110.

LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn. Abordagens teóricas sobre o associativismo e seus efeitos democráticos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais,** São Paulo, v. 29, n. 85, jun. 2014.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso.** 3.ed. Campinas: Pontes, 1997.

MAINGUENEAU, Dominique. **Doze conceitos em análise do discurso.** São Paulo: Parábola, 2010.

MAINGUENEAU, Dominique.. Aforização – enunciados sem texto? Tradução: Ana Raquel Motta. In: **Doze conceitos em análise do discurso.** Organização: Maria Cecília Perez de Souza-e-Silva, Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2010b. 9-24.

MAINGUENEAU, Dominique. **Aforização, enquadramento interpretativo e configuração humanista.** Coleção Mestrado em Linguística. v.6. 2011.

MARQUEZAN, Reinoldo. A constituição do *corpus* da pesquisa. Revista “**Educação Especial**”. v. 22, n. 33, p. 97-110, jan./abr. 2009, Santa Maria. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/viewFile/172/102>> Acesso em 20 ago. 2018

MARX, Karl Heinrich; ENGELS, Friedrich. **O manifesto comunista**. Edição para E-book. Rocket Edition. Disponível em: [www.jahr.org](http://www.jahr.org). Acesso em: 13 ago. 2017.

MARX, Karl Heinrich; ENGELS, Friedrich. **O manifesto comunista**. Tradução Álvaro Pina. São Paulo, Boitempo Editorial, 1998.

MEMORIAL da democracia. **Construção de Brasília**: os candangos. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/construcao-de-brasilvia/5> Acesso em 31 maio, 2018.

MOURRE, Michel. **Dicionário de história universal**, v.II, ASA, Porto,1998. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/i/internacional.htm>

MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina. **Introdução à Linguística - fundamentos epistemológicos**. v. 3 – 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NEIVA, Eduardo. **Dicionário Houaiss de comunicação e multimídia**. São Paulo: Publifolha, 2013.

ORLANDI, Eni P. **As formas do silêncio no movimento dos sentidos**. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 11.ed. Campinas: Pontes Editora, 2013.

OPOSIÇÃO Sindical. **Nas raízes da democracia operária** – a história da oposição sindical metalúrgica de São Paulo. Coleção Cadernos do Trabalhador. n.4. Porto Alegre: Urplan, 1982.

PANICHI, Edina Regina Pugas; CONTANI, Miguel Luiz. **Pedro Nava e a construção do texto**. Londrina: EDUEL; São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

PANICHI, Edina Regina Pugas; CONTANI, Miguel Luiz. **Em busca do termo preciso**. In: Anais do XV Congresso Nacional de Linguística e Filologia. Cadernos do CNLF, Vol. XV, Nº 5, t. 1. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2011.

PÊCHEUX, Michel. Sobre os contextos epistemológicos da análise de discurso. In: **Contextos epistemológicos da análise de discurso**. Revista Escritos 4. Publicação do Laboratório de Estudos Urbanos- LABEUBINUDECRI- Campinas:UNICAMP, 1999. Disponível em: <https://www.labeurb.unicamp.br/portal/pages/pdf/escritos/Escritos4.pdf> Acesso em 20 ago. 2018.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução Eni Orlandi. 5.ed. Campinas: Unicamp, 2014.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Campinas, SP: Pontes, 1997. Tradução de Eni Orlandi do original Discourse: Structure or Event?, texto originalmente apresentado por Pêcheux na conferência “Marxismo e Interpretação

da Cultura: Limites, Fronteiras, Restrições”, realizada na Universidade de Illinois Urbana-Champaign, de 8 a 12 de julho de 1983.

PIOVEZANI, C.; SARGENTINI, V. Legados de Michel Pêcheux e paradoxos da análise do discurso no Brasil. In: PIOVEZANI, C.; SARGENTINI, V. (Orgs.) **Legados de Michel Pêcheux: inéditos em análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2011.

PSTU. **A mais longa greve da história**. Disponível em: <<https://www.pstu.org.br/a-mais-longa-greve-da-historia/>>. Acesso em: 20 dez. 2018.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Rússia: (1917-1921) - anos vermelhos**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

REVISTA PROBLEMAS. **Nossa Política: As Últimas Greves do Proletariado e a Tese da "Paz Social"**. In: Problemas - Revista Mensal de Cultura Política nº 48 – ago. 1953. Disponível em: <[https://www.marxists.org/portugues/tematica/rev\\_prob/48/politica.htm](https://www.marxists.org/portugues/tematica/rev_prob/48/politica.htm)> Acesso em 12 nov. 2017.

SCHMIDT, Margarete. **O surgimento do termo ‘coxinha’**. Disponível em: <<https://www.revistaforum.com.br/finalmente-alguem-explicou-o-surgimento-do-termo-coxinha-leia-aqui/>> Acesso em: 12 jul. 2018.

SILVA, Hélio. **A renúncia de 1961**. Coleção História da República Brasileira. v.17, São Paulo: Editora Três, 1975.

SILVA, Obdália Santana Ferraz. **Os ditos e os não-ditos do discurso: movimentos de sentidos por entre os implícitos da linguagem**. Revista Faced, Salvador, n.14, p.39-53, jul./dez. 2008.

SILVA, Suely Braga da. **50 anos em 5: o plano de metas**. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Economia/PlanodeMetas>. Acesso em: 10 maio 2018.

SIQUEIRA, Gustavo Silveira. O direito de greve nas constituições brasileiras – um breve debate sobre o século XX. **Revista Direito Mackenzie**. v. 9, n. 1, p. 120-130. São Paulo, Mackenzie, 2000.

SOUSA, Rainer Gonçalves. **"Era Vargas – Governo Democrático"**. *Brasil Escola*. Disponível em <<https://brasilecola.uol.com.br/historiab/getulio-vargas.htm>>. Acesso em 20 de maio de 2018.

STALIN, Joseph. **Materialismo dialético e materialismo histórico**. 3.ed. Coleção bases. n.10. São Paulo: Global editora, 1982.

STEFZA – Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias da Zona Araraquense. **Origens do sindicalismo no Brasil**. Disponível em: <[http://stefza.com.br/listaprod.asp?lista=categoria&tipo\\_id=9&prod\\_id=5](http://stefza.com.br/listaprod.asp?lista=categoria&tipo_id=9&prod_id=5)> Acesso em: 12 ago. 2017.

STEINKE, Adriane Lemos. **O sindicalismo no Brasil**. Disponível em: <<http://www.sintet.ufu.br/sindicalismo.htm#HIST%C3%93RIA%20DO%20SINDICALISMO%20NO%20BRASIL>> Acesso em: 06 maio 2018.

STUTCHKA, Piotr. **Direito de classe e revolução socialista**. 2.ed. Instituto José Luis e Rosa Sundermann. Tradução de Emil Von München. São Paulo, 2001.

VILLA, Marco Antonio. **Collor presidente: trinta meses de turbulências, reformas, intrigas e corrupção**. Rio de Janeiro: Record, 2016.

VIEIRA, Flávio Vilela; VERÍSSIMO, Michele Polline. Crescimento econômico em economias emergentes selecionadas: Brasil, Rússia, Índia, China (BRIC) e África do Sul. In: **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 18, n. 3 (37), p. 513-546, dez. 2009.

VITORINO, Artur José. **Escravidão, proletários e a greve dos compositores tipográficos de 1858 no Rio de Janeiro**. Cad. AEL, v.6, n.10/11, 1999. Disponível em:<<https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ael/article/viewFile/2479/1889>> Acesso em: 10 out 2017.

WILLIAMS, Raymond. **Palavras-chave** – um vocabulário de cultura e sociedade. Tradução de Sandra Guardini Vasconcelos. São Paulo: Boitempo, 2007.

## **ANEXO A**

Imagens que contribuíram para o estudo.



### Grande Greve de Osasco – COBRASMA (1968)



Fonte: Disponível em: <<http://www.esquerdadiario.com.br/O-1968-operario-no-Brasil-a-greve-dos-operarios-da-Cobrasma>> Acesso em: 2 jun. 2018.

### Capa da Revista Veja acerca do Congresso da Une em Ibiúna (1968)



Fonte: Disponível em: <[http://www.vladimirpalmeira.com.br/ano1968\\_6.html](http://www.vladimirpalmeira.com.br/ano1968_6.html)> Acesso em: 2 jun. 2018.

### Primeiro jornal do SINDIPROL (1981)

No rodapé do jornal já se discutia a continuidade como Associação ou a transformação em sindicato



Fonte: <https://sindiproladuel.org.br/acervo-sindiprol/>

## Boletim da ADUEL (2002)

Interessante que no rodapé deste jornal, a ADUEL critica o Sindiprof, entidade ao qual se unificou, alguns anos mais tarde, em 2009.

# Boletim da ADUEL

informativo da Associação dos Docentes da UEL - 17 de Setembro de 2002

## Autonomia ou o pescoço na forca em troca de mais poder

Classe amito a situação e que pode o funcionamento dos índices. Na última versão da proposta da APIESP de regulamentação da autonomia, aprovada pelo Conselho Universitário, aparece o magico índice de 14,32% de ICMS, que de antemão se reconhece que pode ser menor, pois o Secretário de Ciência e Tecnologia já está "puxando" ele para baixo dos 10% e o próprio Vice-Reitor reconhece que as "negociações" pode-se chegar a um percentual imediato. Em síntese, os 14,32% não passam de um blefe em que todos "acredita" alegadamente. E, se não de qualquer negociação - ao menos pública, pois não sabemos de qualquer acordo por debate dos pares - já sabemos reduzir aquele índice, o que impedirá a um governo que nunca respeitou as universidades "fechar" finalmente em torno ao índice proposto por ele em fevereiro durante a greve!

É claro que em troca de qualquer índice que se fechar a APIESP vai trabalhar aos quatro ventos que agora temos uma lei de autonomia! E de lámbuja um super conselho de mestres para decidir onde fazer os cortes e ajustes necessários (VII do art. 9º do projeto).

A aprovação da proposta apenas confirma que de fato não existe autonomia universitária, uma vez que a burocracia segue se dando ao trabalho de argumentar nos poucos centros onde docentes debatem. Não sabemos de nenhuma assembleia de funcionários ou de estudantes em que tivessem debatido a proposta. Em torno a proposta da APIESP se juntaram *todas* os setores que controlam a direção da universidade, o que evidencia o verdadeiro sentido da proposta: *maior centralização do poder*, ao qual eles também aspiram.



O significado perverso deste passo não escapou a participação do candidato a governador Rogério que tripudiou da proposta durante os debates durante o debate eleitoral no Paraná.

A vinculação do financiamento a um determinado índice de arrecadação, longe de resolver o aperto que vem sendo imposto às universidades, será usada como o alibi para terminar de estrangular estas instituições e empurrá-las no sentido de uma privatização crescente. O exemplo das universidades paulistas sem si para ser percebido por todos. A firma de fundações irregulares em falcatruas das mais diversas, a existência de mais de 57.000 alunos de pós-graduação paga e, com todo o alarde de vinculação ao ICMS do Estado

mais rico da federação, os centros sofrem com a falta crônica de docentes, como foi exposto pela recente greve dos estudantes da UFPA.

É oportuno lembrar que a vinculação ao ICMS de São Paulo foi concedida pelo então governador Otávio Guaraná para dividir os universitários do conjunto de funcionários estaduais, logo após uma grande greve conjunta. E atualmente o que se propõe no inciso IX do art. 9º da proposta da APIESP "definir a política salarial dos servidores das universidades públicas estaduais e os índices de reajuste e de reposição", ou seja, *fixar o trabalho nojo para o governo*.

Em síntese, a proposta da APIESP coloca o pescoço das universidades na forca, basta ao governo puxá-la.

### Afinal, a quem defende o Sindiprof?

No último jornal da Aduel divulgamos que as perdas calculadas pelo DIEESE até junho de 2002 chegavam a 68,71%.

Em 30 de julho, foi divulgado pela internet um panfleto da chapa que acabou sendo eleito para direção do Sindiprof, em que se reconhecem perdas salariais de 25% desde março de 97. Posteriormente, em 6 de setembro, de novo pela internet o Sindiprof volta a afirmar que as perdas da categoria são de 26,14%, sempre datando em março de 1997 o início de nossas perdas salariais.

É curiosa a metodologia do Sindiprof para chegar a esses valores. Se fosse o governo a defender esses percentuais seria fácil de entender, pois todas as vezes que teve que repor as nossas perdas ele o fez sob a forma de alteração do plano de cargos e salários, de modo a não ser obrigado a concordar ao

conjunto do funcionalismo o mesmo índice por autonomia. Ou seja, ele nunca reconheceu que estava rependo as nossas perdas! É claro que quando fomos reivindicar a reposição de nossas perdas salariais ele vai dizer que já o fez quando alterou os nossos planos de cargos e salários. Essa é a lógica patronal. Quando lhe interessa diz que já repôs, quando não, diz que altera o PCCS.

O que não dá para entender é porque o Sindiprof, que deveria defender os professores, faz esse tipo de raciocínio tortuoso.

Por outro lado, se na campanha salarial de 2001 defendíamos 50,03% com o conjunto do funcionalismo, e se apenas tivemos 13%, que matemática explica que as nossas perdas depois de seis meses de negociação a greve sejam apenas de 26,14%?

Afinal, a quem defende o Sindiprof?

Fonte: <https://sindiprofduel.org.br/acervo-adel/>

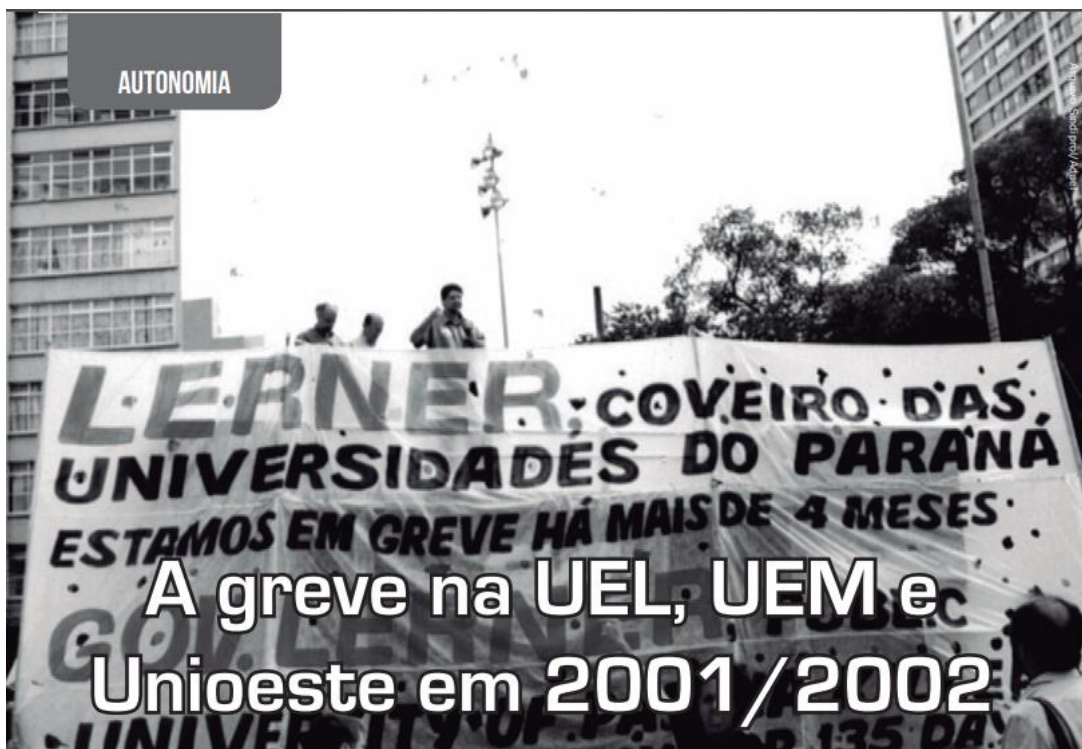
Mobilização dos sindicatos para haver eleições diretas para reitor na UEL (1984)

A primeira eleição direta para reitor na UEL ocorreu em 1985 – que elegeu Jorge Bounassar Filho (1986-1990).



Fonte: Acervo Sindiprol ADUEL

Foto da greve de 2001/2002 – Greve dos 6 meses



Fonte: <http://sindiproladuel.org.br/wp-content/uploads/2018/05/revista-do-sindiprol-aduel-edicao-01.pdf>